UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

ALEXANDRE MARQUES SILVA

**A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e
construção do *ethos* no discurso político presidencial**

São Paulo
2010

ALEXANDRE MARQUES SILVA

A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do *ethos* no discurso político presidencial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Zilda Gaspar Oliveira de Aquino

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

SILVA, Alexandre Marques

A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do *ethos* no discurso político presidencial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição _____

Assinatura _____

Julgamento _____

À minha mãe, Maria, criatura de bondade e caráter singulares, que me faz reconhecer a importância de se viver cada dia com honestidade, respeito e, sobretudo, humildade.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento não poderia ser a outra pessoa senão à minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, que, com sua confiança e orientação precisa e cordial, possibilitou-me o ingresso no instigante mundo da pesquisa acadêmica. Muitíssimo obrigado por toda a compreensão, pelos inestimáveis ensinamentos, pelas conversas, pelo apoio e pelos “puxões de orelha”, que me fizeram reconhecer que uma pedra no meio do caminho é só uma pedra e nada mais. Obrigado por permitir que eu fizesse, de um sonho, realidade.

Agradeço especialmente às professoras doutoras Leonor Lopes Fávero e Vanda Maria da Silva Elias pela atenção, pelo respeito e cuidado com que discutiram os resultados parciais do trabalho no Exame de Qualificação e pelas orientações, as quais foram de extrema valia para encaminhar o desenvolvimento desta dissertação.

Merecem um agradecimento muito especial a Universidade de São Paulo e, sobretudo, os funcionários do DLCV por possibilitarem que este trabalho fosse realizado. Muito obrigado!

Agradeço também à minha família: Maria, Rodrigo, Antonia e Elaine por me darem o suporte necessário ao bom andamento de minha pesquisa e por compreenderem as minhas prolongadas ausências decorrentes do ritmo alucinante de trabalho.

Também sou muito grato à Prof^a Dr^a Regina Helena Pires de Brito pelo carinho e pela dedicação dispensados a mim. Pelo incentivo ao meu ingresso no mestrado e por me mostrar que é possível, sim, ensinar com amor: “Ha’u hadomi ó”.

Por fim, estendo a minha gratidão aos meus bons amigos, os quais me ofereceram ajuda, ombro e ouvido e que souberam compreender que a minha ausência nunca significou “Adeus”, mas, somente, um “Até Breve”.

...não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas.

Braudel

Loucura? Sonho? Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira, mas tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.

Monteiro Lobato

RESUMO

SILVA, Alexandre Marques. A imagem por trás do mito: estratégias discursivas e construção do *ethos* no discurso populista de Getúlio Vargas. 2010. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O presente trabalho tem como escopo discutir questões relativas à construção do *ethos* no discurso político presidencial. Nesse processo, busca-se destacar as estratégias discursivas que permitiram a Getúlio Vargas formular um discurso populista, bem como constituir uma nova imagem, afinados ao novo contexto de abertura democrática que passou a vigorar no Brasil a partir das eleições de 1945.

Como aporte teórico, recorreremos, fundamentalmente, aos trabalhos de Charaudeau (2006 e 2008); Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]); Aquino (1997); Weffort (1980) e Laclau (2009). Para que se verificasse a aplicabilidade dessas teorias, foram selecionados sete discursos proferidos por Getúlio Vargas entre os anos de 1952 e 1953, os quais constituem o corpus de análise.

PALAVRAS-CHAVE: *ethos*, argumentação, discurso presidencial, estratégias discursivas.

ABSTRACT

SILVA, Alexandre Marques. The image behind the myth: discursive strategies and the construction of the *ethos* in the political discourse. 2010. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

This paper aims to discuss issues concerning the construction of *ethos* in presidential political discourse. In the process, the objective is to highlight the discursive strategies that allowed Vargas to formulate a populist speech as well as providing a new image, tuned to the new context of democratic opening that was introduced in Brazil since the 1945 elections.

As a theoretical contribution, we use basically the work of Charaudeau (2006 and 2008), Perelman and Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), Aquino (1997); Weffort (1980) and Laclau (2009). In order to verify the applicability of these theories, we selected seven speeches by Getulio Vargas between 1952 and 1953, which constitutes the corpus of analysis.

KEYWORDS: *ethos*, argumentation, presidential speech, discursive strategies.

ÍNDICE

Imagem 1 – Manifestação cívica no Dia do Trabalho em homenagem a Vargas no estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1941.....	27
Imagem 2 – Cartaz produzido pelo Departamento Nacional de Propaganda por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, 1942.....	28
Imagem 3 – Concentração trabalhista de 1º de Maio no estádio do Pacaembu, São Paulo, 1944.....	30
Imagem 4 – Mobilização popular em torno da campanha de Vargas para a presidência da República em, 1950.....	31
Tabela 1 – Gêneros da Retórica.....	85
Tabela 2 – Comparativo entre Demonstração e Argumentação.....	88
Gráfico 1 – Comparativo da taxa bruta de alfabetização por gênero – 1940 – 2000.....	134
Gráfico 2 – Comparativo entre a população rural e urbana no Brasil – 1940 – 1997.....	135
Imagem 5 – Manifestação cívica no Dia do Trabalho em homenagem a Vargas no estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1941.....	137
Imagem 6 – Cartaz produzido pelo Departamento Nacional de Propaganda por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, 1942.....	139
Imagem 7 – Concentração trabalhista de 1º de Maio no estádio do Pacaembu, São Paulo, 1944.....	140
Esquema 1 – Projeções do <i>Ethos</i> e do <i>Pathos</i>	145
Esquema 2 – Formação do <i>ethos</i> efetivo a partir das relações de interação entre distintos <i>ethé</i>	147
Tabela 3 – <i>Éthe</i> definidos por Charaudeau.....	172

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
INTRODUÇÃO.....	13
 Capítulo I – O Discurso Político Presidencial: especificidades de um domínio discursivo.....	 26
1.1 O ser que dá corpo e voz ao discurso.....	26
1.2 O Discurso sob o espectro de seus elementos constituintes.....	34
1.3 O Discurso Político.....	38
1.3.1 O Discurso Político: Questões Ideológicas.....	43
1.3.2 O Discurso Político Presidencial Populista.....	50
1.3.3 Características do Domínio Discursivo e do Discurso de Getúlio Vargas.....	58
1.3.3.1 Características do Domínio Discursivo Populista.....	58
1.3.3.2 Características do Discurso de Getúlio Vargas.....	70
 Capítulo II – Argumentação, Retórica e Estratégias Argumentativas no Âmbito do Discurso Político Presidencial Populista.....	 83
2.1 A Retórica Aristotélica e a Argumentação.....	83
2.2 Topoi: os Lugares da Argumentação.....	87
2.3. O Auditório: Elemento Fundamental à Argumentação.....	103
2.4 A Nova Retórica e as Técnicas Argumentativas.....	106
2.5. A Retórica Aristotélica e as Paixões.....	110
2.6 Estratégias Discursivas.....	111
 Capítulo III – A construção do <i>ethos</i> nos discursos de Getúlio Vargas.....	 132
3.1 Estado Novo: o início da construção da imagem pública de Getúlio Vargas.....	133

3.2 Da Antiguidade ao presente: perspectivas teóricas sobre a constituição do <i>ethos</i>	142
3.2.1 <i>Ethé</i> de Credibilidade: o convencimento do auditório por meio do <i>logos</i>	148
3.2.1.1 <i>Ethos</i> de “sério”.....	150
3.2.1.2 <i>Ethos</i> de “virtude”.....	152
3.2.1.3 <i>Ethos</i> de “competência”.....	155
3.2.2 <i>Ethé</i> de Identificação: a mobilização das paixões do auditório.....	160
3.2.2.1 <i>Ethos</i> de “caráter”.....	160
3.2.2.2 <i>Ethos</i> de “inteligência”.....	167
3.2.2.3 <i>Ethos</i> de “humanidade”.....	168
3.2.2.4 <i>Ethos</i> de “chefe”.....	169
3.2.2.5 <i>Ethos</i> de “solidariedade”.....	171
3.3 O <i>ethos sui generis</i> de Getúlio Vargas.....	173
CONCLUSÃO	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182
ANEXOS	189

A IMAGEM POR TRÁS DO MITO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E
CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* NO DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL

INTRODUÇÃO

Ao entendermos que todo discurso resulta da ação de um indivíduo que deseja transformar a realidade por intermédio da palavra (falada ou escrita), evidencia-se o fato de que isso só é possível a partir da utilização da língua manifestada por meio de “enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou outra esfera da atividade humana” (Bakhtin, [1927] 2003, p. 279). A língua, assim, mais do que uma representação do mundo, apresenta-se como elemento constitutivo do próprio homem e de sua história como ser social.

Nesse contexto, então, ganha destaque o discurso político, como um objeto delimitável temporal e espacialmente, passível de análise em seus elementos recorrentes. Desse modo, é fundamental relacionar o discurso político a suas esferas de produção e de circulação, já que estas constituem palco de confronto de forças simbólicas para a conquista e a gestão de determinado poder. Além disso, observa-se o fato de que o discurso político, sobretudo o de orientação populista, está intrinsecamente relacionado à organização da práxis social em que ele se inscreve.

Com o propósito de delimitar nosso campo de investigação, selecionamos um domínio de discurso que cumpre nitidamente uma função política, de modo que as observações e análises realizadas neste trabalho estão circunscritas aos domínios do discurso político presidencial populista. Nesse sentido, encontramos respaldo, especialmente, em Charaudeau (2008 p. 39), para quem:

A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo seu discurso.

Partindo do discurso político como objeto de análise, optamos pela investigação de três elementos: os elementos linguísticos constituintes do discurso político presidencial populista; as estratégias discursivas utilizadas na formulação desse discurso, destacando-se as argumentativas e, finalmente, a constituição do *ethos* do orador, representado pelo presidente Getúlio Vargas.

No âmbito de discussões sobre política e as formas de se fazê-la, o discurso e seus elementos constituintes, recentemente, começaram a ganhar relevo e a se tornar objeto de investigação sob a perspectiva linguístico-discursiva, mais especificamente dos procedimentos da Análise do Discurso (AD). Seguindo essa esteira, realizaram-se pesquisas direcionadas à análise do discurso pertencente aos mais distintos domínios (político, publicitário, religioso, institucional etc.); entretanto, no que diz respeito a trabalhos relacionados ao âmbito do discurso político e de suas especificidades, há as atuais contribuições de Charaudeau (2006 e 2008) e, no Brasil, poucos se dedicaram, entre os quais se destacam os de Osakabe (1979) e Aquino (1997 e 2005).

Desse modo, sem negar a relevância de tais trabalhos, consideramos necessária uma ampliação no que tange às investigações sobre o discurso político, mormente o presidencial de orientação populista. Assim, os discursos políticos proferidos por Getúlio Vargas durante o período do segundo mandato como Presidente da República (1951-1954) constituirão o ponto central de investigação neste trabalho.

Chamou-nos a atenção o fato de Vargas, apesar de ter sido acusado de golpista, por seus adversários políticos, e mesmo após a instauração do Estado Novo, vigente entre 1937 e 1945, ser eleito, por meio do sufrágio, novamente Presidente da República em 1950. Ademais do sabido carisma que ele tinha junto às massas, principalmente trabalhadores, em função do novo contexto sócio-político por que passava o Brasil, foi necessário que ele ajustasse seus discursos e ações (e consequentemente sua imagem) às novas demandas da sociedade que depositava nele toda a esperança de modificações da realidade, então estabelecida pelo governo autoritário de Eurico Gaspar Dutra.

O discurso político, embora caracterizado pela presença do binômio orador/auditório, diferentemente das interações face a face, nas quais, ao menos em tese, os interlocutores gozam de possibilidades mais ou menos simétricas de construção e

desenvolvimento dos enunciados, distingue-se por uma posição unilateral do orador, que determina os tópicos a partir dos quais se desenvolve o discurso e define, na maior parte dos casos, de modo prévio, quais estratégias argumentativas serão empregadas no processo de convencimento e persuasão do auditório, dado que, conforme Charaudeau (2008, p.31),

[...] o espaço público não é homogêneo. Ele é fragmentado em diferentes espaços que se entrecruzam e não respondem às mesmas finalidades, o discurso político circula nesses meandros metamorfoseando-se ao sabor das influências que sofre de cada um deles.

É importante considerar que os discursos populistas adquiriram uma função de grande relevância na história da sociedade brasileira a partir da década de 1930, mas não foram exclusivos dos homens públicos do Brasil, tendo sido observados, sobretudo, na Argentina. Observa-se, assim, que, no período histórico compreendido entre as décadas de 1930 e 1960, esse foi um fenômeno de significativa expressão no cenário político latino-americano.

Em função dessa característica bastante peculiar é que surgiu o interesse em analisar os discursos de Getúlio Vargas, para verificar de que modo e por meio de quais estratégias discursivas seu *ethos* foi construído após o período em que havia governado o país com base em um regime marcadamente ditatorial, conhecido como Estado Novo. Dessa forma, justifica-se a proposta de analisar o discurso presidencial populista de Getúlio Vargas e, por meio dele, examinar a construção da imagem do orador, apontando para as transformações ocorridas nesse processo, bem como destacar as estratégias discursivas empregadas em seus discursos, as quais se articulam à construção de sua imagem pública.

Entendemos, com base no exposto, que o presente trabalho justifica-se como contribuição aos estudos do discurso, em específico, ao discurso político, considerando-se a importância que lhe é atribuída por Charaudeau (2008, p. 32), ao afirmar que:

...falar agora de ‘discurso político’ é tentar definir uma forma de organização da linguagem em seu uso e em seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas. Trata-se aqui de um objeto de estudo, que está no centro de diversas disciplinas.

Os discursos políticos, contemporaneamente, atuam em um contexto sociocultural amplo e neles se entrelaçam diferentes áreas do conhecimento; em função disso, pode-se reconhecer a necessidade de mobilização de estratégias discursivas que se prestam ao convencimento¹ de um auditório mais amplo. Foi devido a essa característica que optamos pela análise do discurso político e também pelo fato de que, subjacente a ele, há uma intrincada relação de subjetividades, de saberes que devem ser mobilizados para que se constitua como legítimo perante o auditório.

Nesse sentido, assumimos, como fundamento teórico para o desenvolvimento do trabalho, a perspectiva defendida por Charaudeau (2008, p. 46, grifos do autor), relativamente à constituição do discurso político:

[...] até o momento, a análise do discurso político apoiou-se mais sobre os conteúdos das proposições apresentadas, fixados pelos políticos, que sobre os procedimentos encenados; mais sobre o valor dos argumentos julgados em função do sistema de crenças ao qual eles remetem que sobre as próprias estratégias persuasivas; mais sobre o *logos* que sobre os efeitos do *pathos* e do *ethos*, é talvez porque o jogo político se desenvolvesse mais particularmente em torno do sistema de pensamento, em torno das ideologias. Ora, parece [...] que o discurso político, mesmo sendo uma mistura desses três componentes, progressivamente deslocou-se do lugar do *logos* para o do *ethos* e do *pathos*, do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação. [...] o discurso político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito: os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade.

A constituição do discurso como elemento determinante da produção de sentido, a relação entre os envolvidos no processo comunicativo, a procura da adesão do interlocutor, a preocupação com o público e a formação de opinião fazem dos estudos retórico-argumentativos a base fundamental para o desenvolvimento do trabalho no que concerne ao estudo das estratégias discursivas utilizadas no discurso político.

¹ Trataremos da distinção entre convencimento e persuasão no Capítulo II.

Entendemos que os estudos da Retórica aristotélica e da Nova Retórica, a partir de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]) constituam instrumentos fundamentais ao processo de caracterização desse tipo de discurso.

Desde a Retórica Ocidental Clássica até os estudos mais recentes de Análise do Discurso, o papel do orador em sua relação com o auditório sempre foi considerado de extrema importância para a análise de qualquer produção discursiva. Nesse sentido, o discurso constitui uma realidade situacional composta, intrinsecamente, por um orador e um auditório, definidos contextualmente e permite a eles interagirem e, mutuamente, construírem ou corroborarem imagens uns dos outros.

Torna-se evidente, dessa forma, que todo processo argumentativo, para ser considerado eficiente em seu propósito de convencer e, mais aprofundadamente, de persuadir depende de um acordo, tácito, entre as partes envolvidas. Entra em jogo, assim, uma série de elementos entre os quais se destacam os lugares-comuns (*topoi*), como estratégia para atingir efetivamente o sistema doxológico do auditório, levando-o à ação. Nesse contexto, a linguagem, manifestada por meio do discurso, assume um papel fundamental no processo de ação e interação em diversos âmbitos da vida pública de uma sociedade.

A eficácia de um discurso é, segundo a concepção aristotélica, determinada por elementos que, escolhidos em função do auditório, levam ao envolvimento e convencem porque produzem certo efeito de verdade, isto é, de verossimilhança. Como elemento constitutivo da persuasão, a verossimilhança é o que assegura credibilidade à mensagem. Ademais, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 137) apontam para o fato de que “o estudo da argumentação nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção de dados, mas igualmente o modo como são interpretados, o significado que se escolheu atribuir-lhes”. Esses autores ainda consideram que o discurso persuasivo só adquire sentido quando analisado em seu contexto de produção e é nessa mesma direção que procederemos às nossas análises.

Além disso, justificamos o recorte pela caracterização do discurso político populista com respaldo no posicionamento de Weffort (1980, p. 62), para quem,

O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma.

Observamos, com base na orientação teórica delimitada por esse estudioso, que o populismo, como fenômeno político, é bastante complexo e divergente quanto ao papel que os líderes desempenham em relação às massas. No entanto, nosso objetivo não é o de apresentar qualquer tipo de definição totalizante e que encerre tais divergências, ao contrário, pretendemos nos valer de múltiplas perspectivas sobre o mesmo fenômeno para identificar os elementos linguístico-discursivos que nos permitam delimitar as fronteiras do discurso político populista, fundamentalmente os proferidos por Getúlio Vargas durante seu segundo mandato como Presidente da República, entre os anos de 1951 e 1954.

Considerando-se, dessa maneira, o discurso político como uma atividade argumentativa na qual se põem em contato diferentes concepções ideológicas, não de maneira simétrica, mas com o privilégio do orador, alguns questionamentos motivaram esta investigação:

- Quais são os elementos linguístico-discursivos que caracterizam o discurso político populista?
- Como se organizam as estratégias discursivas em discursos políticos de orientação populista e de que modo eles interferem na construção da imagem pública do orador?
- De que maneira a utilização de argumentos centrados nos lugares-comuns orienta a seleção lexical desse tipo de discurso?
- Como a composição linguístico-argumentativa do discurso contribui para a construção do *ethos* do orador?

A partir de tais questionamentos, tornou-se possível delimitar os objetivos de nosso trabalho, que consistem em contribuir para os estudos do discurso político e de sua correlação com a Teoria da Argumentação. Ademais, buscamos também:

- a) analisar, à luz da Teoria da Argumentação, da Retórica e da Nova Retórica, as estratégias argumentativas recorrentes nos discursos de Getúlio Vargas, para detectar de que modo participam da construção de sua imagem pública;
- b) identificar, com base no aporte histórico referente ao período no qual se inscrevem os textos que compõem o corpus analisado, o percurso da constituição do *ethos* de Getúlio Vargas, a partir da seleção de elementos linguísticos presentes nos discursos desse presidente;
- c) verificar quais são os elementos linguístico-discursivos basilares à definição do discurso presidencial populista.

O objetivo nuclear de nosso trabalho é, dessa maneira, identificar as estratégias discursivas que permitem a um só turno edificar um discurso (populista) que agrada às massas, principalmente, mas também às elites e construir uma imagem de Vargas adequada ao novo contexto político-social do Brasil entre o final da década de 1940 e o início da de 1950 (período em que se inscreve seu segundo mandato).

No que concerne à construção da imagem, ou seja, do *ethos*, partimos da hipótese de que o de Getúlio Vargas sofreu transformações e deslocamentos ao longo de toda a sua trajetória política – de uma posição antidemocrática no período referente ao primeiro governo, durante a vigência do Estado Novo (1937–1945), à de líder democraticamente eleito pelo voto popular.

Ademais, consideramos que, como todo discurso, o político tem caráter social e representa o modo como as relações entre os indivíduos se estabelecem. Assim, o discurso político realiza uma comunicação voltada para grupos e segmentos sociais bastante heterogêneos, não apenas se destina à massa, mas também, simbolicamente, a representa e torna público os seus anseios, relativos à atuação do líder político. Desse

modo, exalta-se a importância estratégica por parte do orador de recorrer a argumentos centrados nos lugares-comuns como forma de assegurar a eficácia de seu discurso.

O corpus selecionado para análise constitui-se de discursos proferidos por Getúlio Vargas durante o período que compreende seu segundo mandato como presidente do Brasil (1951–1954). Foram selecionados, para efeito de análise, sete discursos², extraídos do livro *O governo³ trabalhista do Brasil* – volumes III e IV, reunidos e editados pela Livraria José Olympio, em 1969, organizados cronologicamente, a saber:

- I. *Discurso pronunciado em Paulo Afonso, por ocasião da visita às obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 22 de junho de 1952.*
- II. *Discurso pronunciado em Candeias, Bahia, a 23 de junho de 1952.*
- III. *Discurso pronunciado durante o churrasco oferecido pelos trabalhadores e empregadores de Pôrto Alegre, em 20 de setembro de 1952.*
- IV. *Discurso pronunciado perante os trabalhadores do Rio Grande do Sul em Pôrto Alegre, a 20 de setembro de 1952.*
- V. *Discurso pronunciado no transcurso do Ano Nôvo, em 31 de dezembro de 1952.*
- VI. *Discurso em Volta Redonda no dia do trabalho, em 1º de maio de 1953.*
- VII. *Discurso no Palácio do Catete, em solenidade comemorativa do III aniversário do pleito eleitoral que o reconduzira à presidência da República, em 3 de outubro de 1953.*

A obra *O governo trabalhista do Brasil* – volumes III e IV constitui-se de 72 discursos, que compõem os dois volumes. Decidimos, com base em nossos objetivos gerais e específicos e na delimitação necessária ao desenvolvimento desta pesquisa, pela seleção dos sete discursos já indicados.

² Os títulos foram mantidos em concordância com a fonte da qual foram extraídos.

³ Mantivemos a grafia original quanto ao uso de diacríticos.

Devemos salientar que a seleção de tais discursos não decorreu de maneira aleatória, mas a partir da identificação de elementos que possibilitassem o estudo mais consistente de estratégias discursivas recorrentes e a caracterização do discurso político presidencial populista.

Assim, os discursos que constituem o objeto de análise da pesquisa serão examinados conforme os objetivos – geral e específicos – com o intuito de sistematizar as especificidades do discurso político presidencial populista, de modo que as estratégias discursivas sejam compreendidas como mecanismos de produção de discursos persuasivos, por meio dos quais se procede à construção do *ethos* de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas teve uma trajetória bastante particular no que se refere à sua atuação com Presidente da República. A chamada Era Vargas teve início em 1930, quando Vargas ascendeu ao poder, por meio de um movimento popular e militar – a Revolução de 1930 – que depôs o governo constitucional em vigor naquele momento, permanecendo no poder até 1945. Em 1951, retornou, graças ao voto popular, ao posto máximo da governança do País, no qual permaneceu até 1954, ano de sua morte. É em função dessa característica tão peculiar que nos interessa analisar os discursos proferidos por Vargas no período que compreende seu segundo mandato.

O fato de ele haver ascendido ao poder por meio do apoio incondicional do povo, manifestado pelo voto, permite-nos reconhecer que Vargas procedeu a uma transformação estratégica de seu discurso, adequando-o às novas demandas sociais, estabelecidas após o processo de democratização, iniciado com as eleições de 1945. Assim, o ex-ditador, para mostrar-se afinado com seu tempo, passa a valorizar a participação democrática do povo na vida política, seja por meio da prestação de contas, seja pelo incentivo à adesão dos trabalhadores a associações sindicais.

Nesse sentido, o governo de Getúlio Vargas tinha o papel de mostrar o caminho a ser trilhado pelo povo, de apontar soluções e, até mesmo, implementá-las, caso julgasse conveniente. Caberia a ele organizar a sociedade da maneira que fosse mais adequada ao governo. Torna-se evidente, por conseguinte, que o estudo do *ethos* de Getúlio Vargas é significativo quando o tema é a vida pública de um homem cuja trajetória política despertou as mais distintas paixões.

Partindo da delimitação do discurso político presidencial como um domínio do discurso e da observação da trajetória peculiar de Getúlio Vargas como homem público, detalham-se os procedimentos metodológicos que adotaremos no desenvolvimento da análise do corpus:

- Delimitação do conceito de discurso populista.
- Análise de marcas linguístico-discursivas que possam ser apreendidas como estratégias discursivo-persuasivas e, ao mesmo tempo, como significativas para a constituição do *ethos* de Getúlio Vargas.

A perspectiva metodológica deste trabalho visa privilegiar as análises, com base nos pressupostos teóricos da Retórica e da Nova Retórica e à luz dos contributos de uma teoria da argumentação, das estratégias discursivas, por meio das quais o discurso político presidencial populista, ao estabelecer um jogo de representações sociais da realidade, contribui para a construção da imagem pública do orador.

Nesse aspecto, a fundamentação teórica da pesquisa está alicerçada, principalmente, nas concepções de Aristóteles (s/d), Perelman (1993) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) que, cada qual a seu tempo, desenvolveram relevantes estudos acerca da argumentação e da persuasão relacionados à Retórica. Além disso, para o estudo do *ethos*, recorreremos aos trabalhos de Reboul (2004), Amossy (2005); Meyer (2007), Motta e Salgado (2008) e Charaudeau (2008). No que se refere aos fundamentos sobre discurso, filiamo-nos às perspectivas teóricas de Aquino (1997), Osakabe (2002) e Charaudeau (2008).

Desse modo, as reflexões acerca das noções teóricas que respaldarão as análises, com o objetivo de elucidar a própria metodologia, serão apresentadas simultaneamente ao corpus. Ao tratarmos das questões pertinentes à constituição do discurso político, por exemplo, apresentaremos a discussão teórica seguida da análise de excertos do corpus que a ilustrem. Ademais, é importante destacar que, ao longo do trabalho, um mesmo excerto poderá ser retomado a fim de se proceder à análise de diferentes elementos linguístico-discursivos.

O trabalho apresenta a seguinte organização:

Introdução – em que se apresentam a justificativa, os objetivos, a hipótese de pesquisa, a metodologia e as fontes desta pesquisa.

Capítulo I – O Discurso Político Presidencial: especificidades de um domínio discursivo – no qual realizamos a discussão sobre os domínios do discurso a partir da perspectiva defendida por Bakhtin (2003 [1927]), e, com base nos elementos constantes em tal teoria, desenvolvemos as análises sobre o discurso político e, por fim, sobre a caracterização do discurso presidencial populista como uma especificidade do domínio do discurso político.

Capítulo II – Argumentação, Retórica e Estratégias Argumentativas no Âmbito do Discurso Político Presidencial Populista – em que recorreremos aos pressupostos estabelecidos pela Retórica de Aristóteles e pela Nova Retórica da escola de Bruxelas, para, em seguida discutimos as estratégias argumentativas e os argumentos de ligação, a fim de construirmos o suporte teórico necessário ao desenvolvimento das análises sobre as estratégias argumentativas e os procedimentos enunciativos que caracterizam o discurso a que nos propusemos analisar.

Capítulo III – A construção do *ethos* nos discursos de Getúlio Vargas – no qual procedemos a uma retrospectiva dos estudos acerca do *ethos* desde as concepções oriundas da Antiguidade Clássica, como as de Aristóteles e Cícero, até as mais contemporâneas, que tratam do *ethos* sob uma perspectiva mais complexa no sentido de considerar a sua constituição a partir da coadunação do que Meyer (2007) definiu como *ethos* efetivo e *ethos* projetivo. Em seguida, discutimos como ocorreu o processo de construção da imagem pública de Getúlio Vargas, durante a vigência do Estado Novo, por meio da utilização de estratégias de autopromoção, intermediado pelos instrumentos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Por fim, neste capítulo, após havermos percorrido a literatura relevante sobre assunto, propomos a análise do *ethos* de Getúlio Vargas a partir de uma tipologia bastante específica e que se vincula intrinsecamente ao caráter populista de seus discursos e ações como homem público.

Conclusão – na qual apresentamos os resultados finais de nossa investigação e destacamos de que maneira as análises realizadas ao longo do trabalho convergem para a conclusão de que o *ethos* de Getúlio Vargas sofreu transformações durante sua trajetória como homem público.

Fontes – em se apresentam as fontes das quais foram extraídos os discursos analisados neste trabalho.

Referências Bibliográficas – em que se apresentam, segundo o padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), todas as obras utilizadas para a realização do trabalho.

Anexos – nos quais foram agrupados os discursos que constituem o corpus da pesquisa.

CAPÍTULO I

O DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL: ESPECIFICIDADES DE UM
DOMÍNIO DISCURSIVO

CAPÍTULO I – O DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL: ESPECIFICIDADES DE UM DOMÍNIO DISCURSIVO

Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um ‘sentir com os outros’ que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais.

(CHARAUDEAU)

1.1 O ser que dá corpo e voz ao discurso

Não pode haver história nem discurso sem sujeito e sem memória, por isso consideramos ser de significativa valia às nossas análises iniciarmos a discussão sobre o discurso político, trazendo à cena uma breve retrospectiva acerca da trajetória política de Vargas – esse personagem bastante singular da História contemporânea do Brasil.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Vargas passou a ser alvo de constantes pressões para que decretasse o fim do Estado Novo. Diante de tais coerções, procedeu a alguns “abrandamentos” no sistema – permitiu a criação de partidos políticos, concedeu a anistia a presos políticos, como Luis Carlos Prestes e, ademais, aceitou marcar, para o dia 02 de dezembro de 1945, eleições para Presidente da República e para a reconstituição da Assembleia Nacional Constituinte. Vale destacar que, não obstante houvesse descontentamento por parte dos políticos e das forças armadas, Vargas contava, ainda, com significativo apelo junto às massas: “Getúlio discursou em um grande comício no dia 1º de Maio [de 1945], explicando que a sua missão estava cumprida. Passou em revista as suas realizações, particularmente nas áreas do desenvolvimento econômico e da legislação social (...)”. (SKIDMORE, 1982, p. 74)

Nesse ínterim, as forças políticas e sociais agitavam-se em movimentos opostos. De um lado, o grupo de adeptos a Vargas deu início a um movimento que visava ao adiamento das eleições presidenciais em favor da priorização das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, de modo que a redemocratização do Brasil fosse realizada sob os auspícios de Vargas. De outro, havia aqueles que argumentavam contrariamente a essa perspectiva. Defendiam primeiramente a eleição de um novo

presidente para que, em seguida, houvesse a constituição da Assembléia, pois temiam que Vargas, ainda no poder, influenciasse as decisões da Assembléia.

Aqueles que desejavam a permanência de Vargas no poder foram denominados “queremistas”, em função do refrão por eles entoado: “Queremos Getúlio” e cujo lema era “Constituinte com Getúlio!”.

Imagem 01 – Manifestações queremistas a favor da permanência de Vargas no poder (Fonte: Acervo CPDOC/Arquivo Getúlio Vargas)

Para Skidmore (1982, p. 75), “Vargas assumiu uma atitude dúbia, com relação ao movimento queremista. Não o encorajou abertamente, mas também não tentou evitar o seu crescimento.” Apesar do intento dos apoiadores de Vargas, em 29 de setembro de 1945, foi deposto por um movimento militar liderado por generais, formado, em grande parte, por ex-tenentes da Revolução de 1930.

Imagem 02 – Manifestações queremistas a favor da permanência de Vargas no poder, no Palácio do Catete. Fonte: (Acervo CPDOC/Arquivo Getúlio Vargas)

Articulando sua campanha presidencial, o então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, abandonou o cargo, o que acarretou o enfraquecimento de Vargas e facilitou a execução do golpe de Estado. A justificativa de que os militares necessitavam para que o golpe fosse levada a cabo, em 29 de outubro de 1945, foi encontrada na nomeação de Benjamim Vargas – irmão do presidente – para a chefia da polícia do Rio de Janeiro.

Com a deposição de Vargas, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu interinamente o governo do país, até 31 de janeiro de 1946, quando tomou posse Eurico Gaspar Dutra, presidente eleito em 02 de dezembro de 1945.

Mesmo tendo sido afastado do poder, Vargas não sofreu qualquer tipo de sanção. Entretanto, isso tinha um preço: deveria apoiar a candidatura de Dutra à presidência da República para que não fosse exilado. Assim, por ainda gozar de direitos políticos, no processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, foi eleito senador por Rio Grande do Sul e por São Paulo, pelo Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB). Optou por assumir o cargo como representante gaúcho, mas manteve-se no cargo por apenas um ano. No Senado, era alvo de severas críticas, sobretudo em função de seus discursos cuja temática eram as realizações promovidas por ele durante a vigência do Estado Novo. Em função do contexto desgastante, decidiu recluir-se em sua terra natal, São Borja.

O deliberado isolamento de Vargas, todavia, não durou muito tempo. Com a proximidade das eleições presidenciais de 1950, passou a ser sondado sobre as possibilidades de que ele mesmo se candidatasse ou que apoiasse outro candidato. Vargas era procurado por pessoas de todas as correntes que chegavam não para pedir, mas para oferecer apoio.

Eram pessoas modestas, nem todos operários, muitos funcionários públicos, que deviam a Getúlio a possibilidade, antes inexistente, para uns de ter a proteção da lei trabalhista; para outros, de inscrever-se em concurso para o serviço público (...) Boa parte do PTB compunha-se de pessoas assim, que o queriam de volta.

Não o queriam de volta para que lhes fizesse qualquer favor, do que, aliás, não precisavam. Queriam-no de volta porque esperavam que esses ganhos individuais fossem ampliados e estendidos a todos. Não eram ambições egoístas, individuais. (RIBEIRO, 2001, pp. 6-7)

A década de 1950 marcou o início da democracia de massas no país. Pela primeira vez na história brasileira, as campanhas presidenciais tornaram-se eventos populares de grande expressão. A mais impressionante delas foi a de Getúlio Vargas, realizada no ano de 1950, quando o candidato petebista terminou ungido pelo povo em votação consagradora na cidade do Rio de Janeiro e em todo o país. Vargas derrotou os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD).

ORAÇÃO GETULISTA

Creio em Getúlio Vargas, todo poderoso, creador das leis trabalhistas. Creio no Brasil e no seu filho, nosso patrono, o qual foi concebido pela revolução de 30. Nasceu de uma Santa Mãe, investiu sobre o poder de Washington Luiz, foi condecorado com o emblema da República, desceu ao Rio no terceiro dia, homenageou os mortos, subiu ao Catete e está hoje sentado em São Borja, donde há de vir para nova vitória. Creio em seu retorno ao palácio do Catete, na comunhão dos pensamentos, na sucessão Presidencial Amem.

NOTA — Para o bem da nação tire cópias desta oração e envie a seus amigos patriotas.

Salve Getúlio Vargas

Salve! ó Patria gloriosa
Salve! ó Céu azul de anil
Salve! Getúlio Vargas
Orgulho do nosso Brasil

Salve! este povo que sofre
Deste país rico e forte
Salve! Getúlio Vargas!
Do Brasil, de sul a norte!

Salve! ó intrepido heroe
Desta raça varonil
Salve! Getúlio Vargas!
Salve! nosso Brasil!

Versos de Candida Norma Azevedo da Silva, Vice-Presidente do Bloco Getulista

**VOTAI NOS CANDIDATOS DO
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Imagem 03 – "Santinho" getulista para a eleição de 1950. (Fonte: Acervo CPDOC/Arquivo Getúlio Vargas 2a.rem, 48.09.14)

Imagem 04 – Mobilização popular em torno da campanha de Vargas para a presidência da República, em 1950. (Fonte: Acervo CPDOC/Arquivo Ernani Amaral Peixoto)

As eleições de 1950 representam, em termos políticos, a primeira prova por que passou a incipiente ampliação do sistema democrático brasileiro. Nesse sentido,

Embora seja o resultado direto de um conjunto de articulações nacionais que sucederam ao Estado Novo, e mesmo considerando que se origina de um arranjo institucional de forças políticas, essa candidatura está necessariamente marcada pelo peso flagrante do personalismo de Vargas. (D'ARAÚJO, 1982, p. 37)

O fato de Vargas ter-se mantido no poder por quinze anos consecutivos (1930-1945) e as práticas implementadas pela política do Estado Novo (1937-1945), como a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴, por exemplo, contribuíram de forma decisiva para que houvesse a personalização do poder exercido por ele.

⁴ No decorrer do trabalho, trataremos de forma mais aprofundada da instituição e das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no primeiro governo de Vargas.

“Candidato à Presidência em 1950, ele seria agora beneficiário do voto secreto, do voto da mulher e das garantias então representadas pela Justiça Eleitoral que ele mesmo instituíra vinte anos antes, em seguida à Revolução de 30.” (RIBEIRO, 2001, p. 7) Desse modo, Vargas ascendeu à presidência da República, em 1951, pela segunda vez, neste caso, legitimado pelo sufrágio popular. “O ex-ditador correspondera ao apelo político como democrata, ‘vingando-se’ com uma eleição livre. Pela primeira e única vez, Vargas alcançava a presidência pelo voto popular direto.” (SKIDMORE, 1982, p. 110)

O mandato presidencial referente ao período de 1951 a 1954 caracterizou-se por importantes iniciativas nas áreas social e econômica. Destaca-se como um dos maiores legados do governo Vargas a implementação de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença do Estado em áreas consideradas cruciais para o incremento infra-estrutural do Brasil. Atuando como regulador ou empreendedor de certas atividades econômicas, a intervenção estatal tinha como escopo estimular os processos de industrialização e de modernização do país. Baseado nesse ideário, em seu segundo mandato, Vargas elaborou uma política desenvolvimentista baseada no fortalecimento da indústria de base: siderurgia, petroquímica, energia e transportes.

No primeiro ano de seu governo, Vargas estabeleceu o monopólio estatal sobre o petróleo, a partir de uma campanha de cunho nacionalista, denominada “O petróleo é nosso”, a qual possibilitou ao governo conquistar significativo apoio popular. Aproveitando-se do contexto favorável, foi criada a empresa estatal Petrobras, cujo objetivo principal era o de monopolizar as atividades de exploração e refino de todas as reservas de petróleo encontradas em território brasileiro.

Nesse processo, o modo de se fazer política, no qual se inscreve o segundo mandato de Getúlio Vargas, caracterizou-se pelo “populismo” – fenômeno que vigorou em praticamente todos os países de América Latina. Em linhas gerais, o populismo pode ser entendido como uma relação entre o Estado e membros da sociedade em um contexto de regime democrático, no qual os líderes políticos e governantes buscam o apoio popular para obterem vitórias eleitorais e implementar seus projetos. A contrapartida dessa política é a concessão de benefícios econômicos e sociais às camadas populares mobilizadas. O populismo, no entanto, em seu aspecto pejorativo ou

alienante, pode ser caracterizado também como política demagógica de manipulação das classes sociais desfavorecidas, porque seu êxito depende da quase completa desorganização das massas populares, que preferem confiar a defesa de seus interesses e aspirações a líderes políticos carismáticos.

É importante considerar que no caso do segundo governo, a prática populista teve papel preponderante à construção do “mito Vargas”, conforme veremos adiante. Assim, de acordo com D’ Araújo (2000), o governo contou com significativo apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual foi responsável pela promoção da imagem o presidente. Com esse propósito, foram produzidos filmes, posteriormente exibidos em cinemas e escolas, em que a vida e os feitos de Getúlio Vargas eram apresentados de forma heróica. Ainda, como estratégia de construção de uma nova imagem para o presidente, era praxe que ele se aproveitasse de algumas datas festivas para se dirigir às massas, a exemplo do Dia do Índio e do aniversário de Getúlio Vargas (em 19 de abril), do Dia do Trabalho (1º de maio e do Dia da Pátria (07 de setembro).

Deve-se observar que o acelerado processo de modernização do país provocou vertiginosas ondas migratórias do campo para as cidades, fazendo surgir um expressivo contingente de trabalhadores urbanos, ou seja, operariado e classe media. Foram essas classes sociais que formaram o sustentáculo do populismo. O governo Vargas, porém, deparou-se com situações em que a necessidade de implementação de reformas econômicas e projetos desenvolvimentistas comprometeram a capacidade do Estado de fornecer respostas adequadas aos anseios e interesses populares, como aumento de salários, direitos sociais, entre outros.

Em contrapartida, diversos setores das camadas populares, principalmente o operariado, passaram a se organizar autonomamente, dificultando a manipulação política de seus interesses por líderes demagógicos.

No momento em que assumiu a presidência da República, Vargas encontrou um operariado que rapidamente se reorganizava e buscava definir seus interesses e agir autonomamente. No transcurso de seu governo, inúmeras greves de trabalhadores e movimentos sociais, tendo como motivação básica exigências de aumento salariais e denúncias do alto custo de vida, ocorreram por todo o país.

A radicalização dos movimentos populares, os quais escapavam ao controle estatal, foi considerada o principal elemento desencadeador da crise política que implicou o fim do segundo governo e que culminou com o suicídio de Vargas.

Apresentada, sucintamente a trajetória política de Vargas, passamos à discussão sobre o discurso político e seus elementos constituintes.

1.2 O discurso sob o espectro de seus elementos constituintes

Toda produção discursiva revela-se sempre em mutação, firma-se em um determinado contexto histórico e conforma-se à participação intersubjetiva, imanente ao processo comunicativo. Desse modo, as produções discursivas que se materializam por meio de interações verbais e não verbais não levam em conta somente as esferas⁵ em que são realizadas, mas também são condicionadas pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela forma composicional e constituem enunciados cujos “tipos relativamente estáveis” são elaborados por esferas específicas de utilização da língua, constituindo os gêneros do discurso, conforme destaca Bakhtin (2003 [1927], p. 261, grifos do autor):

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciado*, os quais denominamos *gêneros do discurso*.

Essa estabilidade relativa dos enunciados explicita as evoluções pelas quais os gêneros passam, com a finalidade de se adaptarem às necessidades comunicativas dos sujeitos em distintas esferas de comunicação, sobrevivendo, assim, ao tempo. Além

⁵ Neste trabalho, embora reconheçamos as distinções terminológicas adotadas por Bakhtin (2003 [1927]) e Marcuschi (2008), os conceitos de esfera e domínio discursivo, respectivamente, serão empregados como formas equivalentes.

disso, “os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável e não sabemos ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada, o que dificulta ainda mais sua classificação.” (MARCUSCHI, 2008, p. 159). Nessa mesma direção, esse estudioso assim apresenta sua posição sobre os gêneros textuais:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que representam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. [...] os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas [...]. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI, 2008, p. 155)

A partir das definições de ambos os estudiosos, destaca-se o caráter social da linguagem, de modo que o enunciado é considerado o produto da interação social, determinado tanto por uma situação material concreta como pelo contexto mais amplo, o qual constitui o conjunto das condições de vida de uma dada comunidade linguística. Marcuschi (op. cit., p. 155) ainda chama a atenção para o fato de que “não se pode tratar o gênero de discurso independentemente de sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas”. A partir desse posicionamento, reconhece-se a união do gênero ao seu envolvimento social, assim, apresentaremos as conceituações de cada um dos elementos constituintes dos gêneros discursivos, a saber: estilo, tema e forma composicional.

Segundo a perspectiva bakhtiniana, o estilo está relacionado não apenas à seleção dos recursos linguísticos (fraseológicos, gramaticais e lexicais), mas também ao estilo definido pelo próprio gênero discursivo. Por conseguinte, o estilo individual é cerceado pelo estilo do gênero, uma vez que deve conter características que permitam reconhecer os enunciados como pertencentes a dado gênero discursivo. É em função disso que Bakhtin (op. cit., p. 265) chama a atenção para o fato de que nem todo gênero do discurso permite a expressão do estilo individual, porque alguns se estruturam segundo paradigmas menos maleáveis:

Todo enunciado – oral ou escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual. Os gêneros mais favoráveis da literatura de ficção: aqui o estilo individual integra diretamente o próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais [...].

No entanto, quando consideramos o discurso político em suas inúmeras possibilidades de realização, evidencia-se que se trata de um domínio discursivo que permite sobremaneira a expressão do estilo individual do orador. Na própria história do Brasil, além de Vargas, existem casos paradigmáticos de políticos como Jânio Quadros e Adhemar Barros e, mais recentemente, Fernando Collor, Paulo Maluf e Lula, cujas imagens são bastante marcadas pelo modo peculiar como organizavam (e organizam), sobretudo em termos lexicais, seus discursos. Dessa forma, é importante destacar que tal organização, que pode se valer desde a recorrência a uma seleção vocabular erudita (às vezes pouco compreensível), como no caso de Quadros, ao emprego de expressões populares e metafóricas, além de uma preocupação menor quanto à formalidade no uso da língua, como se verifica nos discursos de Lula, constitui estratégia para a conquista do respeito, da atenção, da simpatia e da fidelidade dos cidadãos.

O tema pode ser compreendido, segundo as ideias defendidas pelo Círculo de Bakhtin, como elemento que não se repete na formulação dos enunciados, mas que deve conter aquilo que é estável no gênero. Nesse sentido, aproxima-se dos gêneros retóricos, os quais devem ser mobilizados segundo contextos determinados, ou seja, para cada evento da vida social, os indivíduos devem mobilizar, não os mesmos elementos lexicais ou fraseológicos, mas estruturas de organização dos enunciados por meio das quais se possam identificar o gênero do discurso a que pertencem e avaliar a sua pertinência relativamente ao contexto de produção. Reconhece-se, assim, que o tema é definido sócio-historicamente por meio da concretização dos enunciados e, por isso, está indissociavelmente atrelado a eles e aos elementos linguísticos que os compõem. Nesse sentido, é importante retomarmos, com Marcuschi (2008, p. 156), o fato de que os gêneros não devem ser concebidos como

[...] modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos de ver os gêneros como unidades dinâmicas. Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, [...] nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas [...].

A forma de composição de um discurso, a seu turno, relaciona-se ao modo como os enunciados se estruturam e a aspectos de natureza linguístico-formal. Para Bakhtin (op. cit.), é o conteúdo que orienta o autor, o qual lhe dá forma e acabamento por meio de um material. Conteúdo, acabamento e forma são interdependentes, e esta última é determinada pela natureza do material e dos procedimentos que este condiciona.

O acabamento dado aos enunciados e aquilo que suscita a possibilidade de resposta determinam-se, segundo Bakhtin (op. cit.), por três elementos fundamentais, interligados entre si na composição dos enunciados: 1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.

Pode-se, com base nas observações apresentadas, afirmar que os gêneros textuais não constituem entidades formais, mas entidades comunicativas nos quais se observa o predomínio de aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos. Assim, “pode-se dizer que a tipicidade de um gênero vem de suas características funcionais e organização retórica.” (Marcuschi, 2008, p. 159). Desse modo, as distinções entre um gênero e outro são predominantemente de ordem funcional e não linguística.

A fim de melhor compreender o discurso político, passamos ao estudo de sua caracterização para alcançarmos a organização do discurso político presidencial populista⁶, proferido por Getúlio Vargas.

⁶ Doravante denominado DPPP

1.3 O Discurso Político

Anteriormente ao tratamento do discurso político, consideramos ser de significativa valia ao desenvolvimento deste trabalho realizarmos algumas considerações acerca dos conceitos de política e das instâncias nela implicadas, uma vez que esse contexto é atravessado por relações de poder e constitui espaço privilegiado de discussão, de construção de valores e, por fim, de persuasão.

Uma definição que abarque todas as possibilidades de compreensão do que pode significar política é, neste momento, uma tarefa impossível, dada as limitações intrínsecas ao nosso trabalho. Assim, objetivamos apresentar uma conceituação geral que nos possibilite reunir conceitos necessários à construção de um contexto adequado à caracterização do discurso político presidencial populista.

O termo “política”, derivado da palavra grega *pólis* – designativa de cidade e, por extensão, de tudo o que diz respeito ao espaço urbano – foi expandido graças à obra *Política*, de Aristóteles. Durante séculos, esse conceito foi empregado em trabalhos cujo objetivo era analisar as relações humanas em sua esfera de atuação mais legítima: a sociedade. Segundo Aristóteles (1998, p. 15):

É evidente que o Estado existe por natureza e que o homem é por natureza animal social e, mais do que todas as abelhas e todo animal vive em sociedade. Porque a natureza nada faz em vão: ora, só o homem, entre os animais, possui razão. A linguagem serve para demonstrar o útil e o danoso e, por isso também o justo e o injusto, o que é próprio dos homens a respeito dos outros animais: ter somente ele sentido do bem e do mal, do justo e do injusto.

O fato de o homem ser, como bem definiu Aristóteles, “um animal social”, implica que as relações estabelecidas entre os indivíduos em uma sociedade sejam permeadas por relações assimétricas de poder. Nesse sentido, a ação política ganha destaque por ordenar a vida social e estabelecer regras que visem à obtenção do bem comum. Todavia, tais práticas somente são acolhidas quando partem de uma instância política socialmente legitimada.

Para Aristóteles, a política é a ciência na qual se inscreve a atividade moral dos homens considerados cidadãos. Enquanto a ética se preocupa com a felicidade individual do homem, a política se preocupa com a felicidade coletiva da *pólis*. É, por conseguinte, função da política investigar e descobrir quais são as formas de governo e as instituições capazes de assegurar a felicidade coletiva, convertendo-se, desse modo, em espaço de ação o qual depende, necessariamente, dos espaços de discussão e de persuasão.

O poder político, nesse contexto, pode ser entendido como uma relação social dicotômica de mando e obediência. Charaudeau (2008), ao identificar a complexidade relativa à questão do poder e da legitimidade política, defende que é possível reconhecer a interação, mediada pela linguagem, entre ação política, responsável por organizar as relações de força e de interesses que se estabelecem na sociedade; as instâncias, as partes implicadas nessas ações; e os valores, em nome dos quais a ação é realizada. Ainda segundo Charaudeau (*op. cit.*), é necessário à transformação da influência em “poder de ação” que o sujeito colocado na condição de dominado reconheça a autoridade daquele que o domina, estabelecendo-se entre ambos uma relação de poder, algo que só pode ser realizado, pacificamente, quando a situação se reveste de um discurso ideológico que justifique a assimetria existente entre esses atores sociais.

É a partir do contexto estabelecido por essa discussão que Charaudeau (*op. cit.*) propõe a análise da ação política⁷ com base em duas instâncias nela implicadas: a política e a cidadã. A primeira “é delegada e assume a realização da ação pública” (p. 18), e a segunda é aquela “que está na origem da escolha dos representantes do poder”. (p. 18). No exercício de suas funções, considerando-se um contexto democrático, no entanto, a instância política encontra-se em uma situação contraditória, uma vez que ascendeu ao poder em função da vontade da instância cidadã, a qual não conhece as regras de funcionamento e organização da máquina pública. Assim, “a instância política, que é de decisão, deve, portanto, agir em função do possível, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o desejável”. (p. 19). Está constituída a contradição com a qual a instância política tem que lidar. Não se trata de tarefa serena,

⁷ Para Charaudeau (*op. cit.*, p. 17), “é a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista o bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas uma vez que seria motivada por um ‘querer viver junto’. (Arendt).”

ao contrário. O exercício do poder requer da instância política habilidade de coadunar interesses e de atenuar conflitos oriundos de suas decisões, trata-se, portanto, de uma ininterrupta atividade de manutenção do poder fomentada por discursos de legitimação.

Podemos observar, diante do exposto, que discurso político inscreve-se em uma prática social e, por isso, relaciona-se às relações de poder instauradas nos espaços públicos, de modo que a discussão acerca do discurso político não pode prescindir das considerações sobre a palavra política, a qual “[...] se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram” (CHARAUDEAU, 2008, p.16). Ademais, Bobbio (1998) chama a atenção para o fato de que a vida em sociedade submete os indivíduos a inúmeras situações permeadas por relações de poder, sendo o político apenas mais uma das formas de exercício do poder do homem sobre outros. Nesse sentido é que a linguagem assume importante papel de ação dos indivíduos que atuam na esfera política, assim, Charaudeau (op. cit. p. 21) defende que:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço da discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião.

No que se refere à análise de discursos políticos, questionam-se as tentativas de elucidar ou de comprovar a verdade do que é dito pelos representantes políticos, uma vez que o poder das palavras associa-se às imagens que elas são capazes de evocar, o que, de certo modo, é diferente de seu significado real. Assim, Laclau (2009, p. 38) ressalta:

Las palabras cuyo sentido está menos definido son en algunos casos las que ejercen mayor influencia. Tal es el caso, por ejemplo, de los términos democracia, socialismo, igualdad, libertad, etc., cuyo significado es tan vago que ni siquiera grandes volúmenes son

suficientes para definirlos con precisión. Sin embargo, es cierto que un verdadero poder mágico está unido a estas breves sílabas, como si ellas contuvieran la solución de todos los problemas. Ellas sintetizan las más diversas aspiraciones inconscientes y la esperanza de su realización.⁸

A posição de Laclau encaminha-nos à reflexão de que os discursos políticos que se amparam em valores universais, nada mais fazem do que vestir de novo os velhos anseios da sociedade. Dito de outro modo, os políticos valem-se dessa falta de precisão, quanto ao significado das palavras, para fazer seu público crer em sua capacidade de concretizar algo que se caracteriza fundamentalmente pela abstração e pela capacidade que cada indivíduo ou sociedade tem de conceber a liberdade e a paz, por exemplo. Tal recurso permite ao político apelar à doxa de seu auditório de modo a criar um discurso que encontre menor resistência, porque muitos dos conceitos ali veiculados são preenchidos pelo que cada um dos ouvintes quiser ou puder entender de acordo com as próprias concepções de mundo.

A partir dessas considerações preliminares, o discurso político passa a ser entendido como atividade dinâmica na qual se interrelacionam subjetividades e ideologias, e que se assenta sobre uma relação dialógica, isto é, na interação entre orador e auditório. Desse modo, seu estudo revela a importância da ordem simbólica na formação de sujeitos e culturas políticas e, no caso específico de nosso trabalho, indica de que modo esses elementos se materializam discursivamente. Em função desses aspectos, definimos o ponto de partida para o estudo das características que permitem delimitar o discurso político presidencial populista, sem que haja, todavia, a pretensão de esgotá-lo, nem de ignorar os demais aspectos pertinentes ao discurso político, já que, segundo Charaudeau (2008, p. 39):

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo

⁸ Tradução nossa: As palavras cujo sentido está mais ou menos definido são, em alguns casos, as que exercem maior influência. Tal é o caso, por exemplo, dos termos democracia, socialismo, igualdade, liberdade, etc., cujo significado é tão vago que nem mesmo grandes volumes são suficientes para defini-los com precisão. Entretanto, é certo que um verdadeiro poder mágico está unido a essas breves sílabas, como se elas contivessem a solução dos problemas. Elas sintetizam as mais diversas aspirações inconscientes e a esperança de sua realização.

daquela. (...) A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno da circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso.

São os elementos relacionados às esferas de produção e de circulação que definem o modo como os enunciados se organizam e se concretizam. Para Bakhtin (2003 [1927], p. 267), “as mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissoluvelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso”. Assim, os discursos analisados em nosso trabalho constituem-se produtos de uma circunstância política por excelência e são elaborados com finalidades específicas, segundo os objetivos delimitados pelo orador. Os discursos são, por conseguinte, o instrumento por meio do qual ideias são discutidas e pelo qual se procede à persuasão.

Reconhece-se, desse modo, que “toda fala política é, evidentemente, por definição, um fato social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 32), e, assim, o discurso político, por pertencer à esfera das ações de âmbito coletivo, estrutura-se por intermédio da organização da linguagem de modo a provocar efeitos psicológicos e sociais junto ao auditório a que se destina. Acerca do poder e da legitimidade, esse estudioso assim se posiciona:

[...] uma concepção de poder político que resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do *debate de ideias* no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; o de *fazer político* no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos. Esses dois campos legitimam-se reciprocamente [...] se definem segundo relações de força que exigem processos de regulamentação, que se desenvolvem segundo um jogo de dominação que lhe é próprio. (CHARAUDEAU, 2008, p. 22, grifos do autor)

Esse tipo de procedimento característico do discurso político permite uma análise sobre os enunciados que o político acredita serem verdadeiros e nos quais deseja

que o auditório também acredite. Estabelece-se, assim, um contexto atravessado por ideologias.

1.3.1 O Discurso Político: Questões Ideológicas

Ao tratarmos do discurso político, não podemos nos furtar, ainda que brevemente, à consideração de questões ideológicas subjacentes a ele. Nesse sentido, iniciaremos nossa incursão pelas noções de ideologia, estabelecendo de maneira sucinta um retrospecto, o qual nos permita identificá-la como instrumento de dominação e de neutralização de assimetrias sociais.

O conceito de ideologia associa-se a uma multiplicidade de significados, os quais se tornam mais ou menos válidos ou coerentes segundo a tradição em que se fundamenta e conforme o contexto no qual é utilizado. Nosso principal objetivo, assim, é apresentar uma definição de ideologia que, longe de encerrar a discussão sobre o assunto, possibilite-nos proceder coerentemente ao exame de nosso objeto de estudo, o DPPP.

Segundo consta na literatura especializada, o termo ideologia foi empregado pela primeira vez por Destutt de Tracy, no início do século XIX, na obra *Idéologie*, com o propósito de designar a análise das sensações e das ideias. Nessa direção, não se pode deixar de considerar que “a ideologia pertence ao universo das ideias, das representações, dos símbolos etc. A questão está em saber que papel representam estas formas simbólicas na estruturação das relações sociais.” (SILVA, p. 29)

Em todo discurso há uma relação indissociável entre língua, história e ideologia. Assim, Althusser (1983), ao compreender a linguagem como uma formação socioideológica, indica que o discurso é construído socialmente e que a ideologia, elemento de conexão entre linguagem e mundo, naturaliza o que é produzido pela história.

Nesse sentido, “a ideologia surgirá como um instrumento permanente dos poderes e como o ponto simbólico onde os poderes são incessantemente legitimados ou contestados, reforçados ou enfraquecidos.” (ANSART, 1978 p. 11) Tem-se delimitado, assim, o contexto em que a ideologia pode atuar na composição do discurso político. Ela se apresenta, inicialmente, “como um conjunto sistemático de ideias que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa nova classe apareça como representante dos interesses de todos os não dominantes.” (CHAUI, 1988, p. 108) Ora, se o discurso político, como manifestação linguística, insere-se na esfera pública de atuação humana, torna-se muito claro que não pode ser outra senão esta a postura de um representante político: atenuar e, por vezes ignorar as diferenças entre as classes sociais, como se verifica no excerto do discurso pronunciado por Vargas em 20 de setembro de 1952, em Porto Alegre⁹, apresentado a seguir, no qual o Presidente busca edificar, ao menos discursivamente, a ideia de que, no Brasil, a luta de classes não se justificaria pelo fato de o país ser um exemplo de democracia. É importante destacar que Vargas afirma que a transformação social só pode acontecer pela evolução, não por meio de revolução. Esse posicionamento é, no mínimo, ambíguo, afinal, ele só pôde ocupar o poder durante os quinze anos que compreenderam seu primeiro mandato graças ao golpe decorrente da Revolução de 1930.

Em seu segundo mandato, período que nos interessa neste trabalho, Vargas teve que lidar com uma configuração sociopolítica bastante distinta daquela em que havia exercido o primeiro mandato como Presidente. O ideário comunista ganhou força no mundo, sobretudo junto às associações de classe, o que o obrigou a fundamentar seu discurso cada vez mais na defesa e na consolidação de preceitos democráticos. Trata-se de uma clara estratégia de adequação do discurso ao auditório. O fato de Vargas ter significativo poder de influência sobre as massas obrigou-o a somente redirecionar o foco de seus discursos de modo a atender às demandas de seus eleitores. Assim, no período correspondente ao segundo governo, a democracia e a defesa das instituições que a representam foram tópicos recorrentes nos discursos varguistas, conforme se observa nos excertos [01] e [02] apresentados a seguir:

⁹ Trata-se do Discurso IV, constante nos anexos.

[01]

Nas democracias, o govêrno se constitui pelo voto da maioria; e vós sois incontestavelmente a maioria do povo brasileiro. Só com a conquista do poder tereis oportunidade para empreender a grande reforma alicerçada em bases de segurança econômica e justiça social. **Essa reforma terá de vir, não pela revolução, mas pela evolução, não pela luta de classes, mas pela cristalização do próprio ideal da igualdade das classes na comunhão nacional.** Discurso IV L 76-82

Torna-se ainda mais patente a concepção de ideologia como forma de apaziguar os eventuais conflitos que pudessem surgir a partir das contradições estabelecidas em uma sociedade organizada em classes, como se observa no seguinte excerto:

[02]

93 **Não afagamos a utopia de uma sociedade sem classes, mas almejamos o porvir de uma sociedade onde não existam privilégios ou monopólios de classe.**

[...]

É êsse clima que já sentimos no Brasil, onde ainda existem desajustados inevitáveis, mas onde **se manifesta, de modo geral, uma animadora e crescente compreensão entre as classes, traduzida por uma ausência total de animosidade ou de intransigência nas relações recíprocas** e por uma perfeita receptividade com referência aos princípios que inspiraram a legislação trabalhista e a sua aplicação. 100 **Discurso IV L 93-100**

O que se observa em [02] é justamente a tentativa de apagamento de qualquer tipo de embate que possa haver entre as diferentes classes. Ao afirmar que não afaga “a utopia de uma sociedade sem classes”, Vargas faz uma crítica ao socialismo, sem nomeá-lo, e procura desqualificá-lo ao mostrar que no Brasil, ainda que haja alguns problemas, a mútua compreensão entre as distintas classes é o que merece ser ressaltado naquele momento. Merece especial destaque neste fragmento a estrutura linguística em que se apoia o discurso. O enunciado compreendido nas linhas 93 e 94, apresenta uma estrutura coordenada, em que o sintagma introduzido pela conjunção adversativa “mas” direciona argumentativamente o enunciado em direção oposta ao que se afirma no primeiro. Essa relação é reforçada pela seleção lexical: associados, o sintagma adverbial

“não” e o substantivo “utopia”, presentes na primeira oração, corroboram o posicionamento de impossibilidade de haver no Brasil, segundo a perspectiva do governo, uma sociedade na qual não haja a divisão de classes, segundo o modelo marxista (burgueses – detentores do capital dos meios de produção, de um lado; e proletariado – trabalhadores dependentes dos meios de produção, de outro.).

A partir da análise de ambos os fragmentos, identificamos neles uma característica fundamental de todo sistema ideológico: a universalização e a naturalização dos valores da classe dominante. É interessante à manutenção do poder que as classes dominadas não se sintam como tal e que, além disso, incorporem e disseminem os valores hegemônicos.

Desse modo, legitima-se, via discurso, o poder que, de fato, representa os valores e interesses da elite dirigente. Para Thompson (1995, p. 91), a “ideologia é, por natureza, hegemônica no sentido de que ela, necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.”

A ideologia, inicialmente, é responsável pela produção de valores universais que se transformam em senso comum, à medida que são incorporados pela classe dominada, ou seja, “torna-se um conjunto de ideias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize essas ideias e esses valores.” (CHAUI, 1988, p. 108) Assim, em uma sociedade na qual o sistema capitalista ainda era bastante incipiente, como no caso da brasileira na primeira metade do século XX, as contradições do sistema, as desigualdades entre as classes e a desvalorização do trabalhador, por uma questão de manutenção da ordem e do status quo das elites dominantes, deveriam ser atenuadas, como bem explicita o fragmento do discurso proferido por Vargas, reproduzido acima.

Para Althusser (1983), a ideologia possui uma existência material que se associa aos processos econômicos e políticos com a finalidade de conferir unidade aos órgãos do Estado. A partir dessas considerações, formula três hipóteses para explicar a sua teoria geral de ideologia, as quais apresentamos a seguir.

Como primeira hipótese, Althusser (op. cit. p. 39) defende que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Essa hipótese aponta para o fato de que a ideologia não se restringe a uma representação simplória e automática da realidade, mas, ao contrário, revela a importância da relação do homem com as condições reais de sua própria existência. Uma vez que é imaginária, essa mesma relação estabelece o distanciamento entre o homem e a realidade.

A segunda hipótese funda-se no fato de que, “a ideologia existe sempre em um aparelho e na sua prática ou práticas”. (Idem, Ibidem, p. 41) Com base nessa afirmação, estabelece-se um ponto de contato com a teoria materialista de ideologia defendida por Marx. Dessa forma, a ideologia não tem uma existência ideal, mas material e as ações de um indivíduo provêm das ideias que ele concebe como verdadeiras. Assim, as ideias dos indivíduos “são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, definidos, por sua vez, pelo aparelho ideológico material pertinente às ideias desse sujeito”. (Idem, Ibidem, p.42).

O autor (Idem, Ibidem, p. 42) considera, como terceira hipótese, que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. Ao defender esse posicionamento, Ansart evidencia que a constituição do sujeito está indissociavelmente atrelada a fatores histórico-sociais. Assim, é por meio das relações sociais que cada indivíduo tem a possibilidade de se tornar consciente de si mesmo. No entanto, o que se observa nos discursos de Vargas é justamente a tentativa de universalização dos indivíduos, entendidos como “trabalhadores do Brasil”, “povo”, que, em lugar de se reconhecerem com indivíduos únicos e dotados de subjetividade, encontram correspondência e identidade quase que exclusivamente no âmago do grupo a que pertencem. A força de um indivíduo, entendido como massa, só pode estar no pertencimento a uma categoria trabalhista e na associação a um sindicato.

Com base nas hipóteses sustentadas por Althusser (op. cit.) observamos que é por intermédio do discurso que a ideologia encontra meio propício à sua disseminação. Nessa mesma direção, Ansart (1978, p. 46) defende que:

A linguagem divide-se a cada um individualmente e visa provocar a adesão “sincera”, assim como se inclina a mobilizar o jogo das identificações [...]. Assim, o caráter apaixonado dos apelos políticos não é um aspecto secundário que se poderia, sem contradição, suprimir. Embora haja gradações nessa passionalização, a dicotomia afetiva que percorre toda a ideologia é irreduzível: a legitimação é, simultaneamente, apelo ao afeto, à confiança, à admiração, à identificação; a invalidação é, simultaneamente, apelo ao desafio, ao desprezo, ao ódio. Toda a energia das paixões pode ser investida no conflito ideológico e comunicar-lhe a mais extrema violência.

O que Ansart defende é justamente aquilo que Aristóteles já havia feito na *Retórica*, o fato de que se pode conquistar a adesão de um significativo número de indivíduos a partir do apelo às paixões, o que funciona, principalmente, quando se tem conhecimento prévio do auditório a quem o discurso se destina. Nesse caso, o apelo às paixões é essencial porque é capaz de promover a identificação entre o conteúdo ideológico do discurso e os anseios do auditório. É dessa forma que procede Vargas, buscando “provocar a adesão” sincera de seu auditório à tese de que, no Brasil, a luta entre as classes não se justifica por haver, no excerto [02] L. 97-99, “uma animadora e crescente compreensão entre as classes, traduzida por uma ausência total de animosidade ou de intransigência nas relações recíprocas”.

Em se tratando especificamente do discurso político, Charaudeau (2008, p. 16, grifos do autor) chama a atenção para o fato de que:

Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro, segundo um *princípio de alteridade* (sem a existência do outro, não há consciência de si). Nessa relação, o sujeito não cessa de trazer o outro para si, segundo o *princípio da influência*, para que esse outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele.

Mesmo sem explicitá-lo, Charaudeau nos apresenta dois conceitos relevantes ao tratamento da ideologia relacionada à produção do discurso. Partindo-se do pressuposto de que não há discurso neutro ou imparcial, os princípios de alteridade e influência constituem instrumentos legitimadores do poder exercido pelo representante político. A existência é diretamente subordinada à existência e vontade da instância cidadã. Dito de

outro modo, nas relações políticas estabelecidas entre as instâncias política e cidadã há uma dicotomia concernente à posse e ao exercício do poder.

Em um primeiro momento, a instância política visa convencer a instância cidadã de que é capaz o suficiente para governá-la, trata-se dos momentos de campanha eleitoral, em que os políticos se valem do princípio da influência, por conseguinte ideológico, para cooptar o apoio dos cidadãos. Assim, antes de atribuí-lo a um representante, o poder (de voto e, portanto, de escolha) pertence à instância cidadã. O segundo momento se refere ao período posterior ao convencimento da instância cidadã. O poder de decisão agora está sob a posse da instância política eleita. A partir de então é ela que, com base nos anseios e demandas sociais, conduzirá a vida pública. O poder de decisão, que antes pertencia a toda a sociedade, concentra-se na figura de um representante, o qual necessita proceder à manutenção dele e o faz via mecanismos ideológicos manifestados em seus discursos. É nesse sentido, então, que se pode considerar o poder como:

...uma relação social: de mando e obediência. As decisões tomadas politicamente se impõem a todos num território ou numa dada unidade social. Convertem-se em atividades coercitivas (esfera da segurança), administrativas (esfera da administração), jurídico-judiciárias (esfera da justiça) e legislativas (esfera da deliberação). (SROUR, 1987, p. 67)

Em geral, a ideologia pode ser entendida, tal como observado por Abbagnano (1998), como toda crença mobilizada com a finalidade de controlar os comportamentos coletivos, entendendo-se o termo crença em seu significado mais amplo, como noção do compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Tomado nesse sentido, o conceito de ideologia é puramente formal, uma vez que pode ser considerada ideologia tanto uma crença fundada em elementos objetivos quanto uma crença infundada, tanto uma crença realizável quanto uma crença irrealizável. O que transforma uma crença em ideologia não é a sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinadas situações.

Lidar com essas contradições e assegurar de maneira equânime a felicidade a que se refere Aristóteles, ao apresentar a sua definição de política, é tarefa que cabe aos representantes políticos, e mais complexa se torna à proporção da importância hierárquica do cargo ocupado por eles. Assim, por exemplo, concerne, ao menos em tese, ao Presidente de uma nação resolver as contradições em âmbito nacional, enquanto a um prefeito, cabe solucioná-las nos limites da municipalidade.

Devido à limitação imposta à instância cidadã é que, nesse processo, pode haver a hipertrofia da função do Estado como agente promotor do bem-estar social. Este assume para si a tutela dos cidadãos, tornando-os dependentes da benevolência de governantes, que se apoiam na adesão das massas para promoverem políticas que visam à atenuação dos contrastes sociais. Estabelece-se, dessa forma, uma relação paternalista entre o Estado e os cidadãos. Trata-se, portanto, de um dos pilares sobre os quais se assenta o populismo.

1.3.2 O Discurso Político Presidencial Populista

Em qualquer discurso podem-se identificar elementos considerados “políticos”, no entanto, é o contexto em que ele é produzido que determina a sua finalidade. Dessa forma, o discurso político pode ser observado sob distintas configurações e em situações de produção bastante diversas como as de campanha eleitoral, de prestação de contas, entre outras. Entendemos que o discurso político presidencial – aquele proferido por um indivíduo que ocupa o lugar de maior expressão política de um Estado – o de Presidente – apresenta uma especificidade: o fato de que ele é enunciado a partir de uma perspectiva totalizante, isto é, o orador, discursivamente, assume o papel da coletividade que o elegeu como representante político e isso, invariavelmente, contribui para a construção de sua imagem como tal.

Estabelecidas essas delimitações, o discurso presidencial interessa-nos, na medida em que veicula mensagens e ideologias que partem de um líder, cujos objetivos, na maior parte das vezes, é o de comunicar à sociedade as ações do governo que, de

algum modo, sejam relevantes à coletividade, ou ainda, o de promover a adesão da sociedade a alguns postulados determinados por esse presidente.

Em relação ao gênero discurso político, o domínio presidencial populista apresenta algumas peculiaridades, as quais serão evidenciadas após a apresentação das características do populismo, como fenômeno político, o qual vigorou no Brasil a partir da década de 1930 e cujo término não é consensual entre os estudiosos do assunto.

Ferreira (2002), ao elucidar a gênese do populismo na sociedade brasileira, destaca que 1945 foi ano-chave para as primeiras formulações sobre o populismo, sobretudo em função do contexto de democratização iniciado naquele período. O autor destaca, ainda, que as ideias a partir das quais se fundaram as primeiras noções acerca do populismo não contavam com rigor acadêmico, mas tinham como objetivo forjar imagens politicamente desmerecedoras dos adversários. Isso se deveu às

[...] elites liberais que perderam o poder em 1930, contrariadas com o intervencionismo estatal na economia, o cerceamento do regionalismo político, os ataques à tradição liberal individualista, a elevação dos trabalhadores à categoria de cidadãos e as arbitrariedades da ditadura do Estado Novo, mas sobretudo com o movimento “queremista”, passaram a explicar o apoio dos assalariados a Vargas, ressaltando a demagogia, a manipulação, a propaganda política, a repressão policial, entre outros fatores, sugerindo uma relação destituída de reciprocidade: o Estado, com Vargas, surgia como todo-poderoso, capaz de influenciar as mentes das pessoas; a sociedade – os trabalhadores em particular –, amedrontada com a polícia e confundida pela propaganda política estatal do DIP, era transformada em massa de manobra e, portanto, vitimizada. [...] O “populismo”, portanto, surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico. (FERREIRA, 2002, pp. 8-9)

Podemos compreender, com base na definição apresentada pelo autor, porque o conceito de populismo, ao menos aquele mais recorrente no imaginário coletivo, tem perdurado na história sob um significado bastante pejorativo e os políticos populistas estigmatizados como demagógicos, produtores de discursos supérfluos, repletos de promessas que jamais serão cumpridas. Ainda, segundo Ferreira (op. cit., p.7): “O

político populista surge como personagem que agiria de má-fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleição, prometendo tudo e nada cumprindo.”

Essa acepção negativa não se circunscreve apenas à figura do político, mas ao populismo como fenômeno da vida social, uma vez que, segundo tal acepção, um populista só pode ser eleito por um povo pouco esclarecido em relação à política, dependente de ações governamentais que resolvam seus problemas.

De fato, quando os populistas passaram a ocupar espaço na política, vencendo as eleições contra liberais e conservadores, o conceito passou a receber conotação pejorativa. É verdade que, politicamente, o populismo encontrou certa funcionalidade em vários países latino-americanos, ao servir de alternativa ao risco de uma onda comunista. Nesse contexto, Capelato (2001) defende que, nas primeiras décadas do século XX, o populismo representava a promessa de um Estado forte e personalista, aliado a uma legislação social e a uma liderança carismática, que tinha o objetivo de combater o perigo do comunismo no continente. Todavia, com o afastamento do risco comunista, a presença de lideranças carismáticas marginais às elites políticas tradicionais, à frente de Estados fortes, passou a interferir de maneira negativa nos interesses dessas elites, o que implicou a caracterização pejorativa do populismo na esfera política, o qual ganhou status negativo no senso comum.

O termo populismo, no entanto, nem sempre foi empregado com caráter negativo. No final da primeira metade do século XX, o termo “populista” passou a integrar o vocabulário político brasileiro. Naquele período, um líder populista, ao contrário do que pode significar ainda hoje, tinha sua imagem associada a uma concepção positiva do político, algo que contemporaneamente pode ser interpretado como um tipo de governo popular, como aquele que está junto do povo e que age em prol de suas necessidades mais autênticas e “se hoje, pelo menos na sensibilidade política das esquerdas, ser um ‘líder popular’ é algo elogioso, nos anos 50 e início dos 60, de maneira similar, surgia como meritório definir alguém como líder populista”. (FERREIRA, 2002, p. 116) Trata-se, portanto, de uma manifestação política em sociedades nas quais as elites políticas estão alijadas das massas e, por não haver canais de interlocução convencionais, o povo busca, na figura de um líder carismático, alternativas para que sejam atendidas suas demandas mais legítimas.

Notamos, portanto, que, nessa esteira, a Era Vargas e as políticas populistas subjacentes a elas podem ser entendidas como uma maneira bastante peculiar de dirigir o País, o povo, os negócios e a defesa nacional, em que se atribui ao chefe político um poder acima de qualquer vontade. Assim, segundo D'Araújo (2004, p. 9):

A Era Vargas foi marcada por desenvolvimento econômico, controle sobre os trabalhadores e sindicatos, planejamento estatal, legislação social, investimentos públicos e, principalmente, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico.

Ao delimitarmos nossa pesquisa à análise do discurso populista, esperávamos encontrar farta bibliografia sobre o assunto que tão de perto interessa aos estudiosos de nossa História nacional. De fato, acerca da análise histórica, há muitos trabalhos dedicados ao estudo do populismo entre os quais destacamos os de Capelato (1998, 199 e 2001), Debert (1979), Ferreira (2001) e Weffort (1980). Todavia, quando se trata da caracterização linguístico-discursiva do populismo, não localizamos qualquer estudo que nos pudesse servir como ponto de partida para nossas análises. Compreendendo tal limitação, mas sem nos furtarmos à importância de fazê-lo, pretendemos, com base exclusivamente nos discursos que compõem o corpus, delinear algumas características que nos permitam estabelecer as diretrizes do DPPP.

A partir das referências do populismo como fenômeno histórico, buscamos localizar elementos passíveis de definição do DPPP. Destacamos os seguintes: políticas econômicas voltadas para o incentivo da industrialização e substituição de importações; desenvolvimento de ideologias nacionalistas que visavam à união das diferentes classes sociais sobre a tutela do Estado, tendo o líder muitas vezes sido confundido ou se fazendo confundir com o próprio Estado e o antagonismo com aqueles que fossem contrários aos governos populistas; fenômeno urbano que se utiliza das massas para se apoiar; criação de políticas trabalhistas e controle de sindicatos pelo poder público que possibilitava a fiscalização mais efetiva sobre as massas trabalhadoras urbanas; práticas anti-imperialistas, como nacionalização de “setores estratégicos” para o país como os do petróleo, das estradas de ferro, entre outros.

Em ambos os recortes, apresentados a seguir, verificamos nítida identificação do governante com o poder que ele exerce de modo a atrair para si a exclusiva responsabilidade pelos atos anunciados. O uso de pronome possessivo de primeira pessoa do singular “meu”, além de corroborar para o amalgamento entre a figura do homem Getúlio Vargas e o governante da nação, evidencia o caráter egocêntrico que permeia sua fala, como se observa em [03]: “Obra de **meu** Govêrno” (L 7).

[03]

Obra de **meu** Govêrno, consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas, é-me grato comemorá-la no vosso convívio neste vale promissor, onde, também
¹⁰ há um decênio, tive a satisfação de lançar as bases desta poderosa oficina do progresso nacional. **Discurso VI L 7-11**

[04]

²⁶ Não teme o Govêrno nem mesmo a acrimônia das atitudes parciais, as asperezas da injustiça, ou a malignidade dos farejadores de escândalos. **Governamos** de portas abertas e acolhemos com a mesma isenção tanto o estímulo do louvor espontâneo, como a vigilância da crítica livre. **Discurso V L 26-29**

Quanto ao uso de primeira pessoa do plural, faz-se necessário distinguir, conforme Sena (1997, p. 101) o uso de “nós” em três categorias de análise:

1 – Exclusivo: o locutor refere-se a si mesmo e a uma terceira pessoa, mas há um afastamento entre eles, preservando uma relação hierárquica;

2 – Inclusivo: existe uma relação de igualdade entre locutor e interlocutor, o qual é incluído na enunciação do locutor;

3- *Inclusivo estratégico*: trata-se de um recurso discursivo de “aparência globalizante”. O locutor faz parecer que ele e o auditório são sujeitos do mesmo processo.

Em se tratando do segundo excerto: “**Governamos** de portas abertas e acolhemos com a mesma isenção tanto o estímulo do louvor espontâneo, como a vigilância da crítica livre.” (L 27-29), identificamos o emprego do “nós estratégico”. De fato, quem governou foi Vargas com o auxílio de seus assessores e ministros – mas, em função do contexto no qual o discurso se desenvolve, é fundamental estabelecer ideologicamente a identificação com o povo.

A observação dos dois enunciados permite-nos apontar para a iminência de um amalgamento que se consolida no desenvolvimento do discurso entre o governo – instância abstrata, relacionada ao poder – e o Governo – instância concreta, representada por Getúlio Vargas. Discursivamente, o “governador” e o poder exercido por ele ocupam o mesmo lugar, referem-se, portanto, ao mesmo objeto. No que concerne ao discurso político de orientação populista, tal processo é necessário para que o líder político consiga convencer seu auditório. No caso específico de Getúlio Vargas, isso foi fundamental ao forjamento do que historicamente ficou conhecido como o “mito Vargas”, o qual analisaremos com mais intensidade no Capítulo III.

Com relação à forma composicional, observa-se que, em função dos tópicos abordados nos discursos ilustrados pelos excertos [03] e [04], conforme apresentamos a seguir, o modo como os enunciados se organizam é bastante distinto em ambos os discursos. Em [03], estando em Volta Redonda, Vargas exalta as melhorias feitas por ele no âmbito das legislações trabalhistas. Trata-se, dessa forma, de um discurso de celebração e de comunhão entre o Presidente e o povo que o elegeu. Em contrapartida, no excerto [04], o tom é outro. Realizado à véspera do Ano Novo de 1953, constitui um instrumento de prestação pública de contas. Por meio dele, Vargas não só apresenta aos trabalhadores os resultados de suas ações, mas, sobretudo, responde às críticas feitas ao governo por seus adversários.

Considerando-se apenas os dois discursos sob análise, observamos que, no discurso de 1º de maio de 1953 (Discurso VI), há o vocativo “Trabalhadores do Brasil” (L 1), uma vez que se trata de um discurso dirigido a enunciatários específicos. A

seguir, o enunciador declara-se lisonjeado por poder comemorar a data junto dos trabalhadores e aproveita para fazer menção a ações realizadas por ele. Destaca-se, nesse contexto, uma característica do DPPP, apoiada no fato de que as práticas populistas estão fundadas na necessidade que os governantes têm de, a todo momento, legitimar o poder que exercem por meio da explicitação de obras de cunho social realizadas por eles.

Em contrapartida, no discurso pronunciado no transcurso do Ano Novo (Discurso V), em 1952, não há presença de vocativo. Estrategicamente, o discurso começa com um “balanço” sobre os problemas enfrentados pelo país e com uma mensagem de esperança em que o enunciador propõe uma aliança de irmandade entre governo e o povo: “[...] é-me grato **recordar convosco** os lances de mais essa jornada, que agora **concluímos** juntos – **governo e povo irmanados** no mesmo propósito de garantir melhores dias futuros para a Pátria.” (L 3-5) Observa-se que o orador inclui discursivamente o auditório – trata-se, dessa vez, do emprego do “nós inclusivo”, valorizando-lhe a importância na superação dos entraves por que passou o país no ano anterior. A ideia de que se tratou de tempos difíceis é reforçada pelo vocábulo *jornada*, a qual, contextualmente, pode ser entendido como esforço para superar obstáculos ou dificuldades¹⁰. Assim, a superação a que Vargas se refere só foi possível graças aos esforços conjuntos do governo e dos cidadãos, os quais constituem parte fundamental ao êxito das ações governamentais.

Por meio dessa estratégia, o governante consegue promover maior aproximação com os governados e, a partir do apelo emocional¹¹, constrói um discurso que convence com o apoio fundamental do apelo à emoção, como se pode observar nos fragmentos [05] e [06].

No excerto [05], Getúlio Vargas exalta o entusiasmo com que sempre foi recebido pelo povo e aproveita para retribuir-lhe a solidariedade: “Não vos abandonei, como não me abandonastes.” (L13-14). Em seguida, apresenta-se como vítima de uma conspiração a qual visava ao apagamento de sua imagem do cenário político nacional; no entanto, por contar com a fidelidade de seu auditório, ressalta que seu nome

¹⁰ Definição extraída de *Houaiss* (2004, p. 437)

¹¹ Trata-se das paixões aristotélicas, as quais abordaremos no Capítulo II.

“continuou no coração dos trabalhadores”. (L16-17) Neste fragmento do discurso, destacam-se três elementos fundamentais em que se assentam os discursos de Vargas: a fidelidade (“mesmo entusiasmo” – L 12); a reciprocidade (“Não vos abandonei, como não me abandonastes”. L 13-14); a união sincera e profunda entre líder e liderados (“continuou no coração dos trabalhadores” L 16-17).

[05]

Aqui sempre me acolhestes com o **mesmo entusiasmo**, em visitas anteriores, quer como Chefe de Estado, quer como candidato de oposição em 1950. **Não vos abandonei**, como **não me abandonastes**. Meu nome poderia ser proscrito das
 15 cerimônias oficiais, das ruas, das placas comemorativas, oculto ou propositadamente omitido. Não o foi, porém, da vossa lembrança; **continuou no coração dos trabalhadores** que me convocaram para êste dia. **Discurso VI L 12-17**

Por se tratar da parte inicial do discurso de 1º de maio, Vargas apela à emoção do auditório, de forma estratégica, para torná-lo mais suscetível à aceitação das ideias apresentadas posteriormente, conforme verificamos a seguir:

[06]

Aceitando o nosso quinhão de sacrifício, nesta fase tão árdua para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o drama crepuscular de nações outrora
 20 poderosas, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos. Pelo contrário, **as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso que se agiganta. Prenunciam o amanhecer de uma nova era de prosperidade para a Pátria grande e generosa**, cujas riquezas, utilmente exploradas,
 25 **recompensarão o pertinaz e devotado labor dos seus filhos**, que hoje preparam o dia de amanhã. **Discurso V L 19-26**

Evidencia-se, desse modo, que o DPPP caracteriza-se, em termos de forma composicional, por haver, por parte do enunciador, forte apelo às emoções dos enunciatários, como se verifica em [05]: “Não vos abandonei, como não me

abandonastes”. (L 13-14); “[...] continuou no coração dos trabalhadores, [...]” e em [04]: “Aceitando o nosso quinhão de sacrifício [...]” (L 19); “[...] as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso que se agiganta. Prenunciam o amanhecer de uma nova era de prosperidade para a Pátria grande e generosa, [...] recompensarão o pertinaz e devotado labor dos seus filhos.” (L 2-25) É essencial a esse tipo de prática política e, por consequência, à eficiência dos discursos políticos de orientação populista, que haja identificação do auditório com o que é dito pelo líder político, pois é com base também nessa relação de confiança que, conforme já apresentamos, se estrutura o populismo como fenômeno político e sócio-histórico.

Entendemos que o discurso populista possa apresentar inúmeras características, no entanto, conforme destacamos, não localizamos pesquisas a respeito do DPPP, portanto, o que se enumera a seguir são traços que caracterizam o discurso de Vargas, considerado um político de orientação populista.

1.3.3 Características do Domínio Discursivo Populista e do Discurso de Getúlio Vargas

1.3.3.1 Características do Domínio Discursivo Populista

a. Homenagem ao auditório

Um dos fundamentos elementares do ato retórico é despertar a atenção da audiência para a argumentação do orador. Entre as estratégias mais eficazes está o elogio ao auditório, como forma de ganhar-lhe a simpatia e de torná-lo mais suscetível aos argumentos que lhe são apresentados. No caso do DPPP, em função do forte apelo emocional direcionado às massas, a homenagem ao auditório, constitui-se como um ato ritualístico que denota o respeito do orador em relação ao público ao qual ele se dirige e busca, por meio do discurso, ressaltar a importância do auditório em relação às

conquistas promovidas pelo Governo e, assim, estabelecer entre ambos uma relação equânime. Assim, passamos a analisar o fragmento a seguir:

[07]

45 Sois um **exemplo de labor produtivo e disciplinado**, em que encontro novos estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do meu Govêrno – a de atender às necessidades e reclamos do proletariado nacional, em cujo **espírito de ordem, devotamento ao trabalho e respeito às instituições** sempre confiei. **Discurso VI - L 42-45**

Elogiar o auditório é uma forma de preparar-lhe o espírito aos argumentos que serão apresentados pelo orador na continuação do discurso. Certamente, não se trata de uma característica exclusiva do discurso populista, no entanto, é fundamental à edificação desse tipo de manifestação discursiva, uma vez que, considerando-se o contexto brasileiro, o Estado assumiu a responsabilidade de promover a industrialização e modernização da sociedade, algo que seria de competência da burguesia local, que se demonstrou ineficaz nesse sentido. Dessa forma é que se observou a hipertrofia nas funções desempenhadas pelo Estado, a qual buscou legitimidade e respaldo nas massas, sobretudo de trabalhadores. O elogio, nesse sentido, relaciona-se a uma importante estratégia argumentativa que visa ao enaltecimento – sincero ou não – daqueles que, de fato, são o esteio da nação.

Vale destacar o modo como os trabalhadores são referidos discursivamente: “exemplo de labor produtivo”, em “cujo espírito de ordem, devotamento ao trabalho e respeito às instituições” Vargas sempre confiou. Observa-se, dessa forma, que o proletariado nacional só é reconhecido por sua obediência ao sistema. Afinal, a produção, pela qual é responsável, é aquela que assegura a prosperidade econômica brasileira e, por conseguinte, dos detentores dos meios de produção. Além disso, “respeito às instituições” está diretamente relacionado ao propósito de exercer controle político e ideológico dos trabalhadores a partir dos sindicatos. Não é por acaso que nos

discursos voltados aos trabalhadores de forma mais explícita como é o caso dos Discursos III e IV, haja certa insistência para que eles se associem aos sindicatos.

Cabia aos trabalhadores, portanto, contribuir para o progresso nacional com a venda de sua força de trabalho e com a obediência alienada às instituições governamentais, reproduzindo a estrutura e os valores de uma classe hegemônica, que só possuía esse status em função do poder político que exercia na organização social. Prevalencia, assim, a ideologia de que com um Estado interventor, como foi no segundo mandato de Vargas, os trabalhadores não tinham motivo para se preocupar, pois, além da Legislação Trabalhista, defendida ferrenhamente por Vargas, esse mesmo governo era responsável por promover a compreensão cada vez maior entre as diferentes classes, de modo que os conflitos fossem atenuados e, mesmo, abolidos. Nesse sentido, observa-se mais uma inconsistência no discurso de Vargas, pois, ao defender a democracia, defende-se, conseqüentemente, a existência de conflitos. É isso inclusive que caracteriza todo sistema democrático: a livre possibilidade de circulação e de debate de ideias. No entanto, a postura assumida por Vargas opõe-se radicalmente a essa característica e a substitui pelas utópicas ideias de universalismo e harmonia social.

Ao tratar dos trabalhadores rurais, ainda não contemplados pelas benesses da Legislação Trabalhista, Vargas faz questão de exaltar-lhes a importância para a economia brasileira. Mesmo após o impulso industrializador, ocorrido em função das duas guerras mundiais, com a criação a Usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional e Fábrica Nacional de Motores, além da Petrobras, o Brasil na década de 1950 ainda devia considerável parte de seu PIB à exportação do que, hoje, se conhece por commodities. Assim, o homem do campo era, de fato, um esteio fundamental da economia e não poderia ser ignorado pelo governo que defendia a total integração entre as diferentes classes. Tal como se verifica em [08]:

[08]

125 Êsse projeto, uma vez transformado em lei, abrirá para o trabalhador rural novas perspectivas, assegurando assistência dos poderes públicos **àqueles que são ainda hoje os esteios fundamentais** de nossa vida econômica. **Discurso V - L 124-126**

O tema do Discurso II é a descoberta de petróleo no litoral da Bahia, por isso os elogios de Vargas voltam-se aos técnicos responsáveis pelo feito. Ressalte-se o fato de que o Brasil, ainda na década de 1950, tinha que importar grande parte do petróleo que era consumido no país, o que tornava sua balança comercial deficitária quando comparados os volumes de importação e exportação. Dessa forma, a descoberta de jazidas de petróleo deu um novo impulso à economia brasileira e Vargas, em seu discurso, não poderia deixar de agradecer aos responsáveis, em consonância com o que destacamos no excerto [09] abaixo:

[09]

15 Antes de mais nada, desejo louvar **a capacidade dos nossos técnicos, a audácia dos pioneiros da penetração do solo pátrio e o esforço tenaz e infatigável dos trabalhadores dedicados, que, sem medirem sacrifícios, lutaram, durante muitos anos, para que se tornassem afinal realidade palpável os sonhos e as esperanças de tantas gerações.** Discurso II - L 12-16

Nos fragmentos [10] e [11], destacados a seguir, o orador pronunciou seu discurso aos participantes de um churrasco realizado em Porto Alegre, em 20 de setembro de 1952. Trata-se de uma situação informal bastante propícia a desenvolvimento de um discurso de caráter epidítico. Consideramos relevante destacar que Vargas, ao elogiar a terra, expande seus elogios ao povo gaúcho, do qual ele próprio era um representante, [10]: **“sinto ao vosso contato o estímulo confortador da generosa hospitalidade gauchesca, o acolhimento de uma gente caldeada em lealdade e em franqueza, de quem sempre esperei e sempre recebi a mais perfeita compreensão e justiça.”** Vargas busca, ao menos discursivamente, eliminar as distâncias que naquele momento separavam o homem público dos braços de seus fiéis correligionários.

No momento em que se refere aos seus feitos, Vargas frisa que promoveu melhorias que mais de perto interessavam aos gaúchos, mas que, como toda ação governamental, serão usufruídas por todos os brasileiros. No entanto, o Rio Grande do Sul e seus habitantes continuam privilegiados, conforme se observa em [11]: **“esta terra gaúcha é um dos celeiros naturais de fartura e abundância, como sempre foi uma reserva inesgotável de fôrças cívicas e de valôres morais.”**

[10]

As manifestações de amizade, com que ora me recebeis, reacendem em mim, apesar de anos, o mesmo entusiasmo que me empolgava nos albores de minha carreira política; e **sinto ao vosso contato o estímulo confortador da generosa hospitalidade gauchesca, o acolhimento de uma gente caldeada em lealdade e em franqueza, de quem sempre esperei e sempre recebi a mais perfeita compreensão e justiça.** Discurso III - L 6-10

[11]

260 Ao rememorar algumas realizações levadas a efeito pelo meu Governo e que mais diretamente interessam a êste Estado, conforta-me a segurança de que o fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul e o aproveitamento integral de seus recursos redundarão em proveito para o Brasil inteiro, **do qual esta terra gaúcha é um dos celeiros naturais de fartura e abundância, como sempre foi uma reserva**
265 **inesgotável de fôrças cívicas e de valôres morais.** Discurso III - L 260-265

b. Prestação de contas

Prestar contas, o âmbito do discurso político, constitui uma prática comum, no entanto, quando tratamos do DPPP, este é um tema recorrente, trata-se, conforme definido por Bakhtin (2003 [1927]), de um “elemento relativamente estável” do gênero discurso político. Por meio da análise dos discursos de Vargas, observamos que a prestação de contas, em alguns discursos, como o IV, o qual foi pronunciado perante os trabalhadores do Rio Grande do Sul, ocupa grande parte do pronunciamento do presidente. Essa característica é compreensível quando nos reportamos ao contexto histórico em que Vargas governou o país.

Seu governo, conforme explicitamos em 1.1, fundou-se na cooptação do apoio das massas, e por isso, tornou-se uma demanda e mesmo uma estratégia de legitimação de seu poder de transformar o próprio discurso em ações apresentar (e dramatizar) as conquistas sociais, política e, sobretudo, econômicas alcançadas pelo Governo. Assim, nos segmentos 12 a 19, destacam-se:

[12]

Convém, portanto, que esta primeira visita ao meu Estado natal, de onde parti para empreender a campanha que me conduziria pela segunda vez à magistratura suprema do País, tenha **o sentido de uma prestação de contas, de uma exposição do que me foi dado a realizar nestes quase dois anos de govêrno, em benefício de minha terra e de minha gente.** Discurso III - L 11-15

[13]

Atendendo ao apêlo dos sindicatos, determinei que os institutos de seguro social facilitassem aos trabalhadores a aquisição das sedes dos seus grêmios profissionais, e já muitos dêles estão realizando o anseio de construir a casa do trabalhador. Por outro lado, **medidas foram tomadas no sentido de moralizar a aplicação do fundo social sindical,** que não deve ser desviado para outras finalidades que não sejam estritamente de amparo aos que para êle contribuem, cada ano, com um dia de seus salários. Discurso IV - L 34-40

[14]

Meu Govêrno **realizou reformas substanciais, de estrutura, que mudaram a fisionomia do País.** No **plano político,** foi encerrado o ciclo do caciquismo tradicional, assegurando-se plena liberdade ao voto e respeito integral às manifestações da vontade popular. No **plano social,** os trabalhadores obtiveram o reconhecimento dos seus direitos e a satisfação de suas mais justas reivindicações. No **plano econômico,** o Brasil superou a condição de país subdesenvolvido, com a sua produção sacrificada pelo emprêgo de métodos semicoloniais, caminhando para a auto-suficiência, com a criação das indústrias de base. Discurso VI - L 30-37

[15]

O programa de empreendimentos e obras de grande vulto, traçado no ano anterior, **entrou em 1952** em plena fase de concretização. **Projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos,** num montante de mais de 100 milhões de dólares, **obtiveram financiamento externo, já se encontrando vários dêles em franca execução.** Discurso V - L 45-49

[16]

- 20 **O Governo Federal tem dado todo o apoio aos empreendimentos da administração pública rio-grandense**, como a todos os que, por qualquer modo, são úteis ao progresso do Estado. Inaugurando a XIX Exposição de Animais e Produtos Derivados, já **tive ocasião de me referir ao que está sendo feito para o fomento da pecuária**. Com relação às atividades agrícolas em geral, **vêm sendo envidados esforços no**
 25 **sentido de promover um vasto programa de assistência técnica, através dos postos agropecuários federais, dotados de campos de demonstração e máquinas para servir aos lavradores.** Discurso III - L 20-27

[17]

- Por sua vez, a **Comissão Mista Brasil - Estados Unidos está examinando o sistema do São Francisco que se destina ao desenvolvimento agropecuário e industrial da**
 110 **região ribeirinha** do grande rio, desde 100 km a montante de Paulo Afonso até sua foz. Também está o meu Governo estudando com todo o interesse a melhoria e a ampliação da **rêde de transportes nesta região, a fim de que se completem as rodovias já iniciadas e o ramal ferroviário** Salgado—Paulo Afonso, assim como a ligação ferroviária Paulo Afonso—Arcoverde. **Estuda-se ainda a possibilidade de**
 115 **tornar francamente navegável o São Francisco**, desde a sua foz até Piranhas, proporcionando, assim, livre acesso ao tráfego marítimo em vasta região do Nordeste. Discurso I - L 108-116

[18]

- 30 ...a produção brasileira ainda é insuficiente e inoperante. **Somos, por isso, obrigados a importar grande quantidade de petróleo e derivados, consumindo nessa importação tôdas as nossas divisas no exterior.** De ano para ano, as **compras de petróleo bruto e de seus derivados vêm-se transformando no mais pesado encargo externo do País**, tanto mais quanto essas compras são feitas em dólares. **As compras do corrente ano consumirão**
 35 **mais de 5 bilhões de cruzeiros**, representando 266 milhões de dólares. Discurso II - L 30-35

[19]

- Ultrapassada a primeira metade do meu mandato presidencial, conforta-me verificar
 20 **que, apesar de tantos obstáculos, o Governo apresenta um acervo considerável de serviços e realizações, que envolvem todos os aspectos da vida nacional.**

Forçado, **inicialmente, a adotar rígida política de compressão de despesas, para lograr o saneamento do meio financeiro, nem por isso foram prejudicadas as obras de interesse público.** Discurso VII - L 19-24

c. Exaltação do nacionalismo

O apelo apaixonado ao nacionalismo e a exaltação da pátria estão no bojo da constituição do populismo. Surgido como uma oposição às práticas imperialistas desenvolvidas principalmente pelo capital estadunidense, Vargas, embora bastante afinado aos preceitos do sistema capitalista, vislumbrava levar a êxito seu projeto desenvolvimentista com base na estatização de setores econômicos estratégicos para o país. Dessa forma, era necessário, uma vez mais, convencer a população de que tal posicionamento era o mais adequado à harmonia nacional.

Trata-se, evidente de um recurso ideológico que visa construir e disseminar um denominador comum a toda a sociedade. Nesse sentido, não há nada mais universal e capaz de insuflar paixões que a ideia de nacionalismo, sob a qual todos os indivíduos são exatamente iguais, gozadores dos mesmos direitos e deveres em relação à pátria. Apagam-se, discursivamente, as diferenças e assimetrias e todos passam a agir em prol do utópico bem comum. Essa característica foi destacada nos excertos apresentados:

[20]

- ⁶⁰ **O projeto de incorporação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima**, ou, mais simplesmente, Petrobras, visa captar, para o desenvolvimento da indústria brasileira do petróleo, as fontes de receita de que necessita e a centralização de iniciativas que lhe é indispensável. Mais ainda, **consolida a orientação nacionalista, de que nunca se afastou o meu Governo e que espero poder sustentar até o fim**, contra todos os
- ⁶⁵ adversários descobertos ou embuçados e os inimigos da nossa emancipação econômica. Discurso II - L 60-65

[21]

- ²⁰ [...] pela constância da vossa amizade, pela firmeza e coragem das vossas atitudes, em tôdas as fases da **minha vida** de tantas lutas e atribulações, **pautada sempre pelo amor aos humildes e pela devoção ao Brasil**. Discurso VI - L 20-22

[22]

- ¹²² Devemos manter vivo e claro o ideal que há vinte anos nos une, que juntos conduzimos à vitória através de empecilhos de tôda sorte, que erigimos em estandarte **de luta e em legítimo título de glória para nossa Pátria**. Discurso IV - L 122-124

[23]

- Pelo contrário, as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do **nosso progresso que se agiganta. Prenunciam o amanhecer de uma nova era de prosperidade para a Pátria grande e generosa, cujas riquezas, utilmente exploradas, recompensarão o pertinaz e devotado labor dos seus filhos, que hoje**
²⁵ **preparam o dia de amanhã**. Discurso V - L 22-25

[24]

- ⁴¹ Constituída com capital, **técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos** em cuja viabilidade sempre confiei. Discurso VII - L 41-43

[25]

- ⁸⁶ Desde que reassumi o Governo, **ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei**. Discurso VII - L 86-87

[26]

Nessas bases, a **organização da Petrobras foi concebida dentro de um ponto de vista nitidamente nacionalista. Ela dará o petróleo do Brasil aos brasileiros** e tornará possíveis os recursos financeiros vultosos de que necessitamos para explorar uma das maiores fontes de riqueza da civilização.

- 140 **Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em tôda a minha vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Discurso II - L 136-141**

[27]

- 171 Durante muitos anos a tecla favorita da campanha dos meus adversários foi o combate ao nacionalismo da minha política de Governo. Entretanto, **foi esse nacionalismo a couraça que defendeu o Brasil contra a incursão dos trustes internacionais. Discurso II - L 171-174**

d. Exaltação dos resultados obtidos por meio de ações governamentais

Em associação com a prestação de contas, principalmente, é importante ao representante político explicitar ao seu auditório as conquistas empreendidas por ele, a fim de mostrar-lhe sua competência e destreza no manejo da máquina pública. Nesse sentido, evidenciar os resultados, invariavelmente, implica a valorização daquele que os obteve. Por se tratar, consoante já destacamos anteriormente, de um sistema fundado na adesão inquestionável da massa, o populismo, para sua manutenção ideológica, exige do político um exercício constante de legitimação do poder via práticas que, ao menos em tese, estejam relacionadas à promoção do bem-estar social. A exaltação de resultados, não corresponde, portanto, a mero protocolo, mas de uma estratégia fundamental à continuidade e à consolidação de tal sistema. Apresentando-se com competente, desbravador e realizador de obras de vulto e significado social, o representante político não oferece outra possibilidade aos seus governados senão a do apoio incondicional a ele. O que se comprova nos excertos apresentados a seguir:

[28]

- 30 Resultante de uma necessidade indisfarçável, **a política de controle das importações permitiu grande aumento nas disponibilidades nacionais de artigos básicos para o progresso da lavoura e da indústria. Discurso VII - L 30-33**

[29]

- 160 **A nossa legislação trabalhista rasgou o caminho para as justas reivindicações proletárias. Orgulho-me de ter sido o meu Governo que deu os primeiros e decisivos passos para a vossa redenção social, tão necessária ao próprio bem do Brasil. Discurso VI - L 158-160**

[30]

- 35 **A situação das finanças públicas oferece um quadro animador. Livrando-nos do crônico mal dos déficits continuados, causa da anarquia financeira, para atingirmos, ao findar o segundo ano do meu Governo, um saldo de mais de 2 bilhões. Durante o ano de 1952, nem um cruzeiro sequer foi emitido pelo Tesouro, que, ainda assim, dispõe de saldos para iniciar a execução orçamentária de 1953. Diminuímos dessa maneira, paulatinamente, a pressão inflacionária, com o propósito de dominá-la sem os perigos de uma deflação violenta. Discurso V - L 33-39**

[31]

- 32 **Assim, deixou o meu Governo, em 1945, assentadas tôdas as bases para o aproveitamento agroindustrial e do potencial hidrelétrico de um dos maiores rios do continente americano. O que se fez depois foi uma consequência dessa preparação inicial. Discurso I - L 32-34**

[32]

Uma das páginas mais notáveis da história econômica do Brasil foi escrita aqui, no Recôncavo baiano, quando, em janeiro de 1939, jorrou petróleo das entranhas do solo pátrio, após uma incansável pesquisa de vários decênios.

Coube ao meu Governo a glória de haver realizado êsse descobrimento, destinado a imprimir nôvo rumo ao progresso do País e que foi o coroamento de uma série de tentativas infrutíferas que se vieram sucedendo e multiplicando desde o começo do século. **Discurso II - L 3-9**

[33]

Ao reassumir o Governo, pude sentir a curva regressiva que se opera nos controles da economia madeireira, com grave repercussão nas receitas públicas dos Estados produtores – entre êles o Rio Grande. **Graças, porém a medidas tomadas pelo Governo Federal, já começa a exportação das nossas madeiras, ao mesmo tempo que se processa uma recuperação de preços, capaz de recolocá-las na devida posição estatística no mercado mundial.** **Discurso III - L 80-85**

[34]

Na lei orgânica da previdência social já foi fixado o pensamento do Governo no que concerne à aposentadoria após 35 anos de serviço, atendida a condição de idade, podendo o trabalhador chegar a receber o benefício em valor igual ao do salário percebido quando em atividade. **Medidas preliminares foram igualmente tomadas, para assegurar aos trabalhadores o justo direito a moradias com aluguéis acessíveis às suas condições de vida.** **Discurso IV - L 56-61**

1.3.3.2 Características do Discurso de Getúlio Vargas

a. Adjetivação

O emprego estratégico de sintagmas nominais adjetivais é responsável por localizar o enunciado em uma dimensão subjetiva, permeada pela ambivalência de sentido. Trata-se de uma forma de organização do discurso que visa enfatizar valores, sentimentos e, por isso, conquistar a adesão do auditório não somente por meio de argumentos centrados na ordem da razão, mas também das emoções. Os sintagmas adjetivais, dessa forma, podem ser semanticamente considerados como palavras que exprimem noções qualitativas e, portanto subjetivas, daquele que os emprega.

Soares (2009) ao tratar da adjetivação, recorre à posição de Charaudeau (1982)¹² e defende que qualificar é tomar partido, pois toda qualificação testemunha a maneira pela qual o sujeito falante interpreta a realidade, refletindo, conseqüentemente, a sua subjetividade. Portanto, “os adjetivos são formas desencadeadoras de valores, positivos ou negativos, que podem ser de caráter objetivo ou subjetivo, de acordo com a posição que eles assumem dentro do sintagma nominal”. (p. 79)

Como gênero discursivo, o discurso político oferece vastas possibilidades à expressão das características particulares do orador. No âmbito das disputas políticas, o modo como cada representante se manifesta e edifica seu discurso influencia diretamente no modo como esse mesmo discurso será recebido pela audiência e, invariavelmente, como o auditório projetará a imagem desse orador.

[35]

¹⁸⁰ Um **nôvo** ímpeto **civilizador** há de brotar das águas do São Francisco, conquistadas pela **firme** vontade do homem; e dias **melhores, de fartura, de tranqüilidade, de trabalho fecundo** e de bem-estar social, hão de nascer no **vale imenso**, que foi uma

¹² CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hacette, 1982 (Apud. Souza, 2009, p.79)

dádiva e um desafio da natureza **bravia** à **coragem**, à **tenacidade** e ao **heroísmo da nossa gente**. Discurso I - L 180-183

[36]

Nessa **gigantesca** forja, ao clarão de suas fornalhas, ao estrépito de suas máquinas, o
 40 operário brasileiro mais uma vez comprova as suas **esplêndidas aptidões**, na **fácil e rápida adaptação às mais avançadas** técnicas dos **países superindustrializados**.
 Discurso VI - L 39-41

[37]

Para aqui se voltam, pois, mais uma vez, os **corações ansiosos de todos os brasileiros**,
 esperando **melhores dias**, em que a **fertilidade incomparável da Bahia** disseminará
 por todo o País **as bênçãos e os frutos do seu privilegiado**.
 210 Que se cumpra o seu destino. E que a riqueza da Bahia seja hoje, como foi tantas vezes
 no passado, **uma fonte perene de engrandecimento do Brasil**. Discurso II - L 207-211

[38]

Rude foi o caminho, porém **firme o nosso passo**. Tivemos de vencer **inumeráveis obstáculos**,
 originados por **angustiosos problemas econômicos e financeiros**, com que
 se defronta não só o Brasil, mas o mundo todo. Reflexos de um **desequilíbrio geral**
 entre a capacidade das fontes de produção e as necessidades de consumo, tais problemas
 10 impõem aos homens sempre **crescentes provações**. Discurso V- L 6-10

[39]

05 Não podendo esquivar-me aos **apelos populares**, decidi-me a arrostar as **incertezas e as agruras da batalha democrática**, na **serena convicção** de que a simpatia das
 massas e a confiança da **gente humilde** me bastavam para a vitória, contrariando os
prognósticos pessimistas da política profissional. Minha candidatura não contou com
 os **favores do bafejo oficial**, nem recorreu aos **métodos corrosivos e demagógicos da**
 10 **posição sistemática**. Discurso VII- L 5-10

[40]

- 101 É êsse clima que já sentimos no Brasil, onde ainda existem **desajustados inevitáveis**, mas onde se manifesta, de modo geral, **uma animadora e crescente compreensão entre as classes**, traduzida por uma **ausência total de animosidade ou de intransigência** nas **relações recíprocas** e por **uma perfeita receptividade** com referência aos princípios que inspiraram a legislação trabalhista e a sua aplicação. **Discurso IV- L 101-104**

b. Alternância entre primeira pessoa do singular, primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular em referências a si mesmo.

A ambiguidade conferida ao discurso decorrente da alternância do emprego das pessoas verbais pode ser compreendida como necessária à constituição do próprio discurso político. Considerando-se as especificidades do populismo, o amalgamento entre o representante do político e o poder exercido por ele dota seu discurso de força persuasiva e, de certa forma, inebria a percepção do auditório. O indivíduo deixa de representar o poder, ele corporifica o poder e, por isso, todas as suas ações se legitimam uma vez que o lugar ocupado por ele lhe foi conferido pela vontade do povo. Nesse sentido, Charaudeau (2008, p. 80) defende que:

O político em sua singularidade, fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um Terceiro, enunciador de um ideal social.

- *primeira pessoa do singular:*

[41]

Aqui sempre **me** acolhestes com o mesmo entusiasmo, em visitas anteriores, quer como Chefe de Estado, quer como candidato de oposição em 1950. Não vos **abandonei**, como

não **me** abandonastes. **Meu** nome poderia ser proscrito das cerimônias oficiais, das ruas,
 15 das placas comemorativas, oculto ou propositadamente omitido. **Discurso VI - L 12-15**

[42]

Desde que reassumi o Governo, **ordenei** que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca **me afastei**. Pareceu-**me** também que, numa indústria complexa como a do petróleo e num país extenso como o Brasil, cuja grandeza depende do máximo desenvolvimento regional, o êxito de um programa dessa ordem
 90 dependeria da maior flexibilidade e descentralização de atividades executivas. **Discurso II - L 86-90**

[43]

Triunfante na decisão das urnas, **voltei** ao Governo com a profunda consciência das ingentes responsabilidades e dos árduos deveres que **me** eram impostos. A experiência da **minha vida** devotada ao serviço da Nação não **me** deixava ilusões quanto aos graves problemas que **me** caberia enfrentar.
 15 A despeito dos fatores adversos com que **tive** de lutar e ainda **venho** lutando, num período notoriamente difícil para o Brasil, como para o mundo todo, **não vacilei** um só momento em seguir, com passo firme, o rumo que as necessidades essenciais do País apontavam. **Discurso VII - L 11-18**

[44]

Empenhar-**me**-ei ainda em desenvolver uma política de incremento das indústrias de alimentação, que terá toda a prioridade, atendendo às exigências de nossa contínua
 140 expansão demográfica. **Discurso V - L 138-140**

[45]

92 Em despacho de janeiro dêste ano, **determinei** a todos os órgãos do Governo que dessem a mais completa assistência à Companhia, para o melhor aproveitamento da energia a ser gerada em Paulo Afonso [...]. **Discurso I - L 92-94**

[46]

Não **acho** palavras para expressar tôda a satisfação por êste **meu reencontro** convosco, tôda a **minha alegria** em assistir a mais esta demonstração de vossa lealdade e firmeza
 5 – companheiros que fôstes de todas as horas de **minha vida pública**, quer estivesse no Gôverno, defendendo vossos direitos, quer **me isolasse no retiro da minha terra natal**, onde **me** viestes buscar de nôvo para a magistratura suprema do País.
 Conforta-**me** verificar que o proletariado brasileiro já adquiriu a consciência nítida dos seus deveres e responsabilidades na existência da Nação. **Discurso IV - L 3-9**

[47]

Não é sem emoção que **revejo a capital do meu Estado** e que **piso o solo** desta terra gaúcha, cuja recordação **nunca me abandona** e a cujas tradições e costumes **sempre fui fiel**.
 5 As manifestações de amizade, com que ora **me** recebeis, **reacendem em mim**, apesar de anos, o mesmo entusiasmo **que me empolgava** nos albores de **minha carreira política**; e **sinto** ao vosso contato o estímulo confortador da generosa hospitalidade gauchesca, o
 10 acolhimento de uma gente caldeada em lealdade e em franqueza, de quem **sempre esperei e sempre recebi a** mais perfeita compreensão e justiça. **Discurso III - L 3-10**

- *primeira pessoa do plural:*

[48]

O mundo que nasce, o mundo que **começamos** a realizar, é âquele em que todos
 155 têm o direito a participar da riqueza comum, porque para ela contribuem com o seu esforço. Mundo de oportunidades abertas para todos, sem privilégios nem desigualdades. **Discurso VI - L 154-157**

[49]

Aceitando o **nosso** quinhão de sacrifício, nesta fase tão árdua para todos os povos,
 20 uma certeza nos alenta. Não **padecemos** aqui o drama crepuscular de nações

outrora poderosas, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos. **Discurso V - L 19-22**

[50]

Levar avante o progresso da Nação é uma árdua, mas glorificadora tarefa que **nos incumbe**. **Não esmorecemos** em meio da jornada, nem **daremos** ouvidos aos que se detêm num passado de rancores e decepções. **Havemos de prosseguir em nosso caminho** de realizações e empreendimentos, porque **vamos ao encontro** das radiosas esperanças com que **nos acena** o futuro da Pátria. **Discurso VII - L 213-217**

[51]

Devemos manter vivo e claro o ideal que há vinte anos **nos une**, que **juntos conduzimos** à vitória através de empecilhos de tôda sorte, que **erigimos** em estandarte de luta e em legítimo título de glória para **nossa Pátria**. **Devemos congregar-nos** em torno das conquistas de **nossa legislação trabalhista**, estendê-las a todos os setores da atividade nacional, vivificá-las constantemente pela fé nos seus propósitos e pela confiança no triunfo dos princípios da justiça social, em nome dos quais **combateremos** e sobre os quais **havemos** de construir o Brasil de amanhã. **Discurso IV - L 122-128**

[52]

Se agora sofremos, em todo o País, o racionamento de energia elétrica, é porque a montagem de usinas demora longo tempo e nem as empresas privadas concessionárias, nem o Governo desenvolveram em tempo programas de expansão de nossa capacidade instalada, que está crescendo vertiginosamente. **Discurso I - L 163-166**

[53]

Somos, por isso, obrigados a importar grande quantidade de petróleo e derivados, consumindo nessa importação tôdas as **nossas divisas** no exterior. **Discurso II - L 31-32**

[54]

Graças, porém a medidas tomadas pelo Governo Federal, já começa a exportação das **nossas madeiras**, ao mesmo tempo que se processa uma recuperação de preços, capaz
 85 de recolocá-las na devida posição estatística no mercado mundial. **Discurso III - L 82-85**

- *terceira pessoa do singular:*

[55]

Não errou o Governo em ter preferido êsse tipo de organização. A eficiência com que **tem sabido** levar avante os grandes empreendimentos é um atestado vivo do acêrto e fecundidade do impulso inicial, que a criou. **Êsses e outros exemplos**
 45 **inspiraram o Governo, quando propôs**, para a solução do problema do petróleo brasileiro, o mesmo tipo de organização, cristalizado no sistema de economia mista da Petrobras. **Discurso III - L 42-47**

[56]

Cogita ainda o Governo de promover a modificação das bases de cálculo do salário mínimo para que atenda às reais necessidades do trabalhador e que represente o pagamento dos dias de trabalho, não incluindo o repouso remunerado,
 65 o qual é objeto de lei própria. **Discurso VI - L 62-65**

[57]

26 Não **teme o Governo** nem mesmo a acrimônia das atitudes parciais, as asperezas da injustiça, da malignidade dos farejadores de escândalos. **Discurso V - L 26-27**

[58]

Eis por que **se orientou o Govêrno** para o projeto de constituição de uma sociedade de uma economia mista, na qual **pudesse êle reunir** a maioria absoluta das ações e **participar diretamente de uma emprêsa** dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial. **Discurso II - L 97-100**

[59]

20 **O Govêrno Federal tem dado** todo o apoio aos empreendimentos da administração pública rio-grandense, como a todos os que, por qualquer modo, são úteis ao progresso do Estado. **Discurso III - L 20-22**

[60]

56 Na lei orgânica da previdência social **já foi fixado o pensamento do Govêrno** no que concerne à aposentadoria após 35 anos de serviço, atendida a condição de idade, podendo o trabalhador chegar a receber o benefício em valor igual ao do salário percebido quando em atividade. **Discurso IV- L 56-59**

[61]

20 Ultrapassada a primeira metade do meu mandato presidencial, conforta-me verificar que, apesar de tantos obstáculos, **o Govêrno apresenta um acervo considerável de serviços e realizações**, que envolvem todos os aspectos da vida nacional. **Discurso VII- L 19-21**

c. Seleção lexical – termos “trabalhadores” e “povo”

No discurso político, é fundamental, ao efetivo processo de ação e de interação entre orador e auditório, que haja precisão daquele ao selecionar os elementos lexicais que comporão o seu discurso, principalmente aqueles com os quais fará referência a seus ouvintes. Nos pronunciamentos de Vargas, chama a atenção o modo particular

como constrói, discursivamente, a figura de seu auditório, por meio dos sintagmas nominais “trabalhadores” e “povo”. Parece-nos que há aqui uma dicotomia fundamental, que, de algum modo, será responsável por determinar a direção que os argumentos seguem em cada discurso.

De um lado, o termo “trabalhador” evoca não apenas uma camada da sociedade, mas em sentido amplo, refere-se a todos aqueles que exercem algum tipo de atividade econômica – de burgueses, detentores dos meios de produção, a trabalhadores rurais, dependentes da exploração da terra alheia, embora, de modo geral, discursivamente privilegie a última. De outro, “povo” assume uma característica universalizante, tão necessária à manutenção do status quo do sistema alicerçado em bases populistas.

- *Termo “trabalhador”:*

Destacamos entre as ocorrências, destacamos cinco das mais significativas (segmentos 62 a 66):

[62]

Dentro em pouco, as suas ambulâncias estarão atendendo a todos os
⁷⁵ **trabalhadores** do Brasil. **Discurso VI - L 74-75**

[63]

¹¹² Um número sempre crescente de moradias vêm sendo entregues aos
trabalhadores, no Distrito Federal, como em outros pontos do País. **Discurso V - L 112-113**

[64]

- ¹⁵⁵ No campo da assistência aos **trabalhadores**, os planos de assistência social se ampliam num ritmo sem precedentes, incluindo os auxílios à maternidade, o desenvolvimento do serviço médico-social e o vasto programa de construções e financiamento da moradia própria [...]. **Discurso VII - L 155-158**

[65]

- [...] a audácia dos pioneiros da penetração do solo pátrio e o esforço tenaz e infatigável dos **trabalhadores** dedicados, que, sem medirem sacrifícios, lutaram, durante muitos
¹⁵ anos, para que se tornassem afinal realidade palpável os sonhos e as esperanças de tantas gerações. **Discurso II - L 12-16**

[66]

- ²¹ Os **trabalhadores** devem apoiar cada vez mais os sindicatos, participando ativamente na sua organização, prestigiando-os com a sua presença, fortalecendo-os com a sua solidariedade. **Discurso IV - L 21-23**

- *Termo “povo”:*

Servem como exemplos os excertos de 67 a 70, apresentados a seguir:

[67]

- Por certo, ninguém põe em dúvida o patriotismo dos homens públicos que pretendiam executar êsse programa. Fundavam-se êles na tese de que ao Estado cabia apenas a função pioneira e estimuladora, e não a função do controle efetivo da indústria do
⁸² petróleo. Já não pensava assim, todavia, a imensa maioria do **povo brasileiro**. **Discurso II - L 82-85**

[68]

- ¹⁵¹ Os que especulam com a miséria, os que locupletam com os lucros fáceis à custa do suor do **povo**, para viver na ostentação e no ócio, porfiam em procurar manter uma sociedade fundada no egoísmo e na injustiça. **Discurso VI - L 151-153**

[69]

- [...] é-me grato recordar convosco os lances de mais essa jornada, que agora concluímos juntos – governo e **povo** irmanados no mesmo propósito de garantir
⁵ melhores dias futuros para a Pátria. **Discurso V - L 3-5**

[70]

- ¹⁶ Agradeço ao Governador Ernesto Dorneles e a cordialidade com que aqui me acolhe. Inteligente e operoso, firme e leal nos seus propósitos, vigilante e sereno na defesa dos interesses do Estado do Rio Grande no sentido de melhor corresponder às aspirações do **seu povo**. **Discurso III - L 16-19**

Via de regra, os discursos políticos cumprem a função de apresentar à sociedade as ações dos governantes, inclusive como forma de justificar a excepcionalidade de cada sistema; podemos, a partir do que analisamos, apresentar os elementos estáveis que permitem a caracterização do DPPP:

- exaltação ao auditório – como forma de captar-lhe a atenção e a simpatia e, desse modo, facilitar o processo de convencimento;
- prestação de contas – estratégia necessária para levar ao conhecimento do grande público os feitos dos governantes em áreas estratégicas do país. Verificou-se, nos discursos, significativa tendência à explicação, de forma bastante detalhada, de projetos e realizações na área econômica como subsídio à promoção de melhorias sociais como planos de previdência, de habitação e de bolsas de estudos aos filhos dos trabalhadores;

- exaltação do nacionalismo – elemento fundamental ao processo de identificação dos diversos indivíduos que compõem a esfera em que os discursos são proferidos. O populismo foi um fenômeno caracteristicamente urbano, mas os habitantes das cidades constituíam uma população bastante heterogênea devido ao constante êxodo rural. Assim, o denominador comum, capaz de suscitar o afloramento das paixões do auditório, era, principalmente, o apelo ao sentimento de amor à pátria;
- exaltação dos resultados obtidos por meio das ações governamentais – em associação com a prestação de contas, constitui forma de legitimar o poder do líder populista. Trata-se de reafirmar à população que sua escolha foi a mais adequada. Essa estratégia, no caso específico de Getúlio Vargas, rendeu-lhe a alcunha de “pai dos pobres”. As atitudes “paternalistas” desse político foram responsáveis por promover a ascensão do “mito Vargas” e pela extrema dependência dos indivíduos em relação a ações governamentais.

A partir da análise dos discursos de Getúlio Vargas, buscamos apresentar elementos por meios dos quais nos parece possível caracterizar o DPPP. Assim, observamos que os enunciados que compõem o DPPP promovem acabamento de determinados recortes da realidade, segundo os propósitos do orador. Nesse processo, entram em jogo as características fundamentais do movimento populista como exaltação à pátria e aos resultados alcançados pela ação governamental – eficaz e onipresente em todos os setores da vida pública do país.

Para proceder ao acabamento coerente com a esfera de circulação de seus enunciados, Getúlio Vargas recorre a estratégias discursivas que visam fortalecer sua imagem pessoal e, que, por significativas vezes, revelam-se intrinsecamente amalgamada ao poder exercido por ele. Nesse sentido, discutimos, no próximo capítulo, de que maneira tais estratégias são construídas e mobilizadas nos discursos varguistas, sob o ponto de vista da Retórica e da Argumentação.

CAPÍTULO II

ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA NO ÂMBITO DO DISCURSO POLÍTICO
PRESIDENCIAL POPULISTA

CAPÍTULO II – ARGUMENTAÇÃO E RETÓRICA NO ÂMBITO DO DISCURSO PRESIDENCIAL POPULISTA

O único conselho de ordem geral que uma teoria da argumentação pode dar na ocorrência é recomendar ao orador que se adapte ao seu auditório.

(PERELMAN)

2.1 A Retórica Aristotélica e a Argumentação

Aristóteles considerava necessário o conhecimento da Retórica, devido ao fato de esta possibilitar a estruturação e a exposição de argumentos e, por conseguinte, estar relacionada diretamente à vida pública. Assim, da mesma forma como Platão, posicionou-se contrariamente aos retóricos que o precederam, criticando-os por terem reduzido a Retórica aos elementos exteriores a ela, privilegiando os ornamentos estético-estilísticos, cujo efeito restringia-se à mobilização das emoções do auditório, fundamentalmente, de modo que a dimensão argumentativa da persuasão acabou relegada.

Como reação à imagem negativa atribuída à Retórica decorrente dessa prática vazia, Aristóteles buscou revitalizar-lhe aspectos importantes como a argumentação e os entimemas, recuperando-lhe o aparato filosófico, até então dispensado pelos professores de Retórica. Desse modo, a Retórica aristotélica ocupava-se da arte da comunicação, do discurso feito em público, com propósitos persuasivos. Sua finalidade não era persuadir, mas discernir os meios que levam à persuasão, de modo que Aristóteles a define da seguinte maneira:

Assentemos que a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão. Nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais artes têm sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir; por exemplo a Medicina, sobre o que interessa à saúde, e à doença (...). Mas a Retórica parece ser capaz de, por assim dizer, no concernente a

uma dada questão, descobrir o que é próprio de persuadir. Por isso dizemos que ela não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado. (ARISTOTÉLES, 2005 [386 a.C.], p. 33)

O filósofo defendia a tese de que havia um potencial persuasivo subjacente a todo e qualquer discurso, independente do gênero, o que foi determinante à ampliação do conceito de Retórica. Nesse sentido, esta pode ser considerada uma modalidade discursiva geral, aplicável às mais diversas disciplinas. Para Souza,

O que se sabe é que, ao incidir sobre o poder da palavra, o êxito da Retórica só poderia ocorrer num contexto social e político democrático, que tornasse possível o seu desenvolvimento e aplicação. E uma vez considerada trave mestra da educação e formação política da altura, a Retórica potencializaria o alargamento do número de cidadãos a saber expor melhor os assuntos e a mais eficazmente argumentar em favor dos seus pontos de vista. Como é natural. Ainda hoje é assim. De pouco serve o saber se não formos capazes de o dizer. Temos, portanto, uma Retórica que, além de surgir associada à democracia, proporcionava aos cidadãos atenienses uma capacidade de desempenho negocial ou político até ali reservada apenas a alguns eleitos. (SOUZA. s/d, p. 3)

Dado o caráter democrático associado à Retórica, Aristóteles chama a atenção para o fato de que, embora exista algo que se preste à argumentação em qualquer matéria, somente à Retórica interessa a persuasão como fim, como objeto de estudo, assim, no livro primeiro, da *Retórica*, o autor analisa e fundamenta três gêneros retóricos por excelência, ou seja, aqueles que eram mais utilizados no cotidiano dos cidadãos da polis: o **deliberativo**, que procura persuadir ou dissuadir; o **judiciário**, o qual acusa ou defende; o **epidítico**, que promove o elogio ou a censura.

Apresentamos, a seguir, o quadro em que Reboul (2004, p. 47) sistematiza os gêneros retóricos prenunciados por Aristóteles em sua *Retórica*:

Tabela 1 – Gêneros da Retórica

Gênero	Auditório	Tempo	Objetivos	Valores	Tipo de Argumento
Judiciário	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
Epidítico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Após haver identificado o público, definido os propósitos do discurso e estabelecido o gênero adequado, o orador precisa determinar quais argumentos devem ser utilizados para persuadir o auditório. Nesse processo, evidencia-se que a Retórica não se limita a transmitir noções neutras e assépticas, mas tem sempre em vista alcançar um determinado comportamento concreto resultante da persuasão por ela exercida, já que se propõe a modificar não só as convicções, mas também as atitudes dos indivíduos. Para Aristóteles (op. cit.), a argumentação, organizada em torno de provas, constituía um conjunto de estratégias responsáveis pela organização do discurso de natureza persuasiva. Nas palavras do autor:

Chamo provas independentes da arte todas aquelas que não forem fornecidas por nós, mas que já preexistiam, por exemplo, os testemunhos, as confissões obtidas pela tortura, as convenções escritas e outras de igual espécie. Constituem provas dependentes da arte todas as que podem ser fornecidas pelo método e por nossos próprios meios. (...) Entre as provas fornecidas pelo discurso, distinguem-se três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, nas disposições que se criam no ouvinte; outras no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar. (ARISTÓTELES, op. cit., p.33)

Segundo a perspectiva aristotélica, é possível persuadir pelo discurso, quando o indivíduo mostra a verdade ou o que parece ser a verdade, com base no que é persuasivo em cada caso particular, (ARISTÓTELES, op. cit. pp. 33-34), o que comprova,

portanto, que à Retórica interessa fundamentalmente promover a adesão do auditório às teses apresentadas pelo orador, de modo que a verdade ou falsidade constituem elementos circunstanciais, que são mobilizados e determinados segundo as intenções argumentativas do orador.

A partir das delimitações apresentadas por Aristóteles, propomos a seguinte sistematização quanto às provas engendradas pelo discurso:

1. Provas éticas (*ethos*) – centradas no caráter moral do orador.
2. Provas patéticas (*pathos*) – resultantes da emoção que o orador desencadeia no auditório.
3. Provas lógicas (*logos*) – possuem uma feição racional e referem-se à argumentação e à organização do discurso.

Em função daquilo que pretende defender ou levar a crer, o orador poder edificar seu discurso com base no predomínio de uma ou de outra das provas, mesclá-las, de modo a construir uma argumentação coerente, não só com seus propósitos, mas também, e principalmente, com as expectativas do auditório a que se dirige. Justamente em função dessa característica é que orador, em muitos casos, recorre a um arsenal de “argumentos seguros”, os quais são capazes de convencer mais facilmente cada auditório particular. Pensando-se no caso específico de Getúlio Vargas, por exemplo, uma vez estando na Bahia ou no Rio Grande do Sul – sua terra natal – observa-se o predomínio de argumentos que exaltam a terra e o povo dessas distintas regiões.

Por meio dessa estratégia de adequação do discurso ao auditório e do apelo às emoções do auditório é que o discurso político vai edificando seus “lugares comuns”, aqueles que, por seu caráter genérico, são capazes de se adequar às mais distintas situações de comunicação.

2.2 Topoi: os lugares da argumentação

O ato argumentativo funda-se no uso da razão como ponto de partida para a obtenção de provas ou justificativas que possibilitem ao orador chegar a determinadas conclusões em oposição a outras. Essa prática teve início na Antiguidade Clássica com filósofos gregos, entre os quais se destaca Aristóteles. Por seus trabalhos voltados à revitalização da Retórica, o filósofo foi responsável pela análise de aspectos retórico-dialéticos particulares à atividade argumentativa cotidiana, com base na mobilização de argumentos prototípicos, os quais poderiam ser mobilizados de acordo com as circunstâncias discursivas predeterminadas. Esses argumentos são denominados lugares específicos, conhecidos, contemporaneamente, como “lugares comuns”. É importante destacar, no entanto, que a concepção de lugar comum para os gregos era bastante distinta desta, uma vez que atendia a outros propósitos.

...o lugar comum original era diferente, tinha outra forma e outra função: lugares comuns eram esquemas lógicos abstratos, princípios e regras de argumentação, divididos em três categorias: o possível e o impossível, o existente e o não existente, o mais e o menos. (FABRINO, 2008, p. 21)

Em função do largo emprego desses lugares, sem que houvesse a preocupação de torná-los adequados ao auditório, os lugares comuns assumiram conotação negativa e hoje se relacionam a vícios de linguagem e denotam, em muitos casos, a falta de conhecimento sobre o assunto sobre o qual se delibera. É importante destacar que o mesmo não acontece com a argumentação, que, para ser eficiente em seus propósitos, deve ter como ponto de partida ideias que sejam admitidas pelo auditório a que se visa convencer pelo discurso.

O fato de Aristóteles haver analisado e fundamentado os três gêneros retóricos – judiciário, deliberativo e epidítico – foi fundamental à definição dos lugares comuns como categorias formais de argumentos de alcance geral. Esses gêneros têm como ponto de contato o fato de constituírem atividades que se desenvolvem

fundamentalmente no espaço público, de modo que o orador deve criar estratégias para persuadir um público socialmente determinado.

Diante dessa situação é que se desenvolveu a reflexão sobre o emprego dos topoi como estratégia argumentativa. Assim, Amossy e Pierrot (1997, p. 100) destacam que o recurso às opiniões reiteradas e às evidências se impõe quando se deseja compartilhar convicções ao desenvolver um raciocínio que se apoia no verossímil. Tal posicionamento deriva do fato de que, como pronunciado por Aristóteles, a argumentação que se pretenda persuasiva deve se valer das noções de verdade aceitas pelo auditório a quem ela pretende convencer, de modo que a Retórica, assim, não tem compromisso com uma noção universal (se é que alguma existe) de verdade. É nesse sentido, também, que a argumentação se distancia da demonstração científica. A título de esclarecimento dessa distinção, apresentamos a tabela adaptada a partir das definições de AMORIM, AGUIAR e MOREIRA, 1998, p. 100:

Tabela 02 – Comparativo entre Demonstração Argumentação

Demonstração	Argumentação
<ul style="list-style-type: none"> • constitui um cálculo formal, independentemente da matéria sobre a qual incide o raciocínio; • diz respeito à verdade de uma conclusão a partir das premissas com que necessariamente se relaciona; • a prova demonstrativa é impessoal; • a sua validade depende das deduções efetuadas; • um sistema dedutivo apresenta-se isolado de todo o contexto; • é independente de qualquer sujeito, mesmo do orador ; • desenvolve-se por meio de uma linguagem artificial; 	<ul style="list-style-type: none"> • argumentar é fornecer argumentos; • utiliza a Retórica, a dialética e a tópica; • é pessoal, dirige-se a indivíduos para obter a sua adesão cuja intensidade é variável; • é necessariamente situada, no sentido em que o orador depende do auditório para a sua construção; • persuadir um auditório exige: reconhecê-lo como interlocutor, agir sobre ele intelectualmente e não pela força; deve-se considerar as reações do auditório para a adaptação do discurso; • não se trata de monologar, mas de comunicar/dialogar/discutir; • tem como efeito incitar a uma ação imediata ou, pelo menos, predispor a uma ação eventual; • o meio de comunicação é uma língua natural; • devido às suas características, os equívocos são possíveis; • porque visa à adesão a uma tese por parte de um auditório, é variável, e daí que a intensidade da

<ul style="list-style-type: none"> • a sua linguagem formal não conduz a equívocos; • como a é uma propriedade da proposição, não há variação de intensidade 	<p>adesão possa ser sempre utilmente acrescida;</p> <ul style="list-style-type: none"> • o valor e a quantidade de uma argumentação não podem ser mensurados unicamente pelo efeito obtido, pois dependem também, e essencialmente, da qualidade do auditório que se consegue conquistar por meio do discurso.
--	---

Com base na comparação entre os dados apresentados na tabela, verifica-se que a argumentação é mobilizada em situações em que não se pode (ou não se deseja) manifestar a verdade por meio do cálculo, da evidência. Prevalece, então, um sistema de lógica não formal, que obedece a regras próprias e cujas conclusões não são arbitrárias, uma vez que somente se argumenta sobre questões que possam ser colocadas em debate.

Ao se construir por meio da deliberação, do debate e da polêmica, a argumentação se desdobra, assim, em um raciocínio submetido às normas da razão, cuja pedra de toque é o do plausível (e não o certo). O verossímil é a proposição que parece verdadeira, ou, nos termos de Aristóteles, que se fundamentam na opinião comum. É nesse contexto que o recurso aos *topoi* da Retórica clássica faz sentido. (FABRINO, 2008, pp. 48-49)

Quando se trata do estudo da argumentação, devemos considerar que ela faz parte de distintas práticas sociais em que se necessita convencer alguém de algo. Nesse sentido é que Aristóteles adverte sobre a importância dos lugares no processo de construção dos argumentos. Muito distante do que predomina no senso comum, os lugares a que Aristóteles se refere devem ser considerados “depósitos de argumentos”, ao qual o orador pode recorrer em busca da adesão de seu auditório. Trata-se, portanto, de um recurso retórico, delimitado pela situação comunicativa e pelo gênero discursivo. Desse modo, o termo “lugar” pode ser entendido como uma metáfora a qual se relaciona ao fato de que, no processo de desenvolvimento da argumentação, o orador precisa recorrer a um inventário do qual possa extrair raciocínios oratórios sobre os mais distintos temas. Esse inventário, em que se localizam e se associam ideias é o que Aristóteles chama de lugar. Estes são, portanto, não os argumentos propriamente ditos, mas o ponto do qual eles se originam. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 109) observam que:

A situação argumentativa, essencial para a determinação dos lugares aos quais se recorrerá, é por sua vez um complexo que abrange, ao mesmo tempo, o objetivo a que se visa e os argumentos com os quais há o risco de se chocar. Esses dois elementos estão, aliás, intimamente ligados; com efeito, o objetivo a que se visa, mesmo que se trate de desencadear uma ação bem definida, é a um só tempo a transformação e réplica que são indispensáveis ao desencadeamento dessa ação. Assim é que a escolha entre diferentes lugares, lugares de quantidade ou da qualidade, por exemplo, pode resultar de um ou de outro componente da situação argumentativa: ora veremos claramente que é a atitude do adversário que influi nessa escolha, ora veremos, ao contrário, o vínculo entre essa escolha e a ação por desencadear.

Para Aristóteles, havia lugares comuns a todos os gêneros retóricos e aqueles específicos a cada um dos gêneros retóricos delimitados por ele. Conforme já apresentamos, os primeiros dizem respeito aos esquemas lógicos que, de certo modo, definem as regras da argumentação. Os segundos, entretanto, “são considerados estereótipos plenos, nos quais se podem converter os raciocínios concretos”. (FABRINO, 2008, p.49). Assim, o filósofo, ao tratar das características comuns de todos os gêneros do discurso, destaca a necessidade de que os oradores empreguem os lugares comuns:

Todos os oradores se vêem obrigados a utilizar em seus discursos, além dos lugares particulares, os lugares comuns relativos ao possível e ao impossível, porque uns mostram como uma coisa sucederá, os outros, como ela sucedeu. Outras considerações comuns a todos os discursos: as que dizem respeito à grandeza. Pois não é verdade que os oradores empregam a depreciação e a amplificação, quando aconselham ou dissuadem, louvam ou censuram, acusam ou defendem? (Aristóteles, 2005, p. 139)

O que Aristóteles pretende, quando apresenta essa orientação, é explicitar que o processo de persuasão pode ser mais ou menos eficiente a depender da habilidade do orador de conjugar a apresentação de argumentos novos – definidos de acordo com a audiência – com a de argumentos conhecidos – delimitados segundo o gênero do discurso. Trata-se de uma estratégia cujo fim é o de incluir o auditório no processo de construção do argumento, oferecendo-lhe ideias consensuais as quais o orador ampliará

com a apresentação de dados novos, em um processo constante de remissão àquilo que já é conhecido e de ampliação, por meio das ideias introduzidas pelo orador.

Uma interpretação equivocada ou restrita da teoria de Aristóteles foi responsável pela depreciação sofrida pelos lugares comuns a partir do século XVII. Eles foram reduzidos à ideia de repetição e de generalização, o que, de modo geral, não constitui uma estratégia eficiente ao processo argumentativo, sobretudo quando se trata de um auditório particular. Na década de 1950, todavia, Perelman e Olbrechts-Tyteca retomam alguns dos princípios aristotélicos relativos ao lugar comum e apresentam sua definição, relacionando-a, principalmente, aos valores que são capazes de despertar no auditório:

Quando se trata de fundamentar valores ou hierarquias, ou de reforçar a intensidade da adesão que elas suscitam, pode-se relacioná-los com outros valores ou com outras hierarquias, para consolidá-los, mas pode-se também recorrer a premissas de ordem muito geral, que qualificaremos com o nome de lugares e, os *topoi*, dos quais derivam os tópicos, ou tratados consagrados ao raciocínio dialético. (1999 [1958], p. 94)

A definição apresentada pelos autores apoia-se no fato de que, para os antigos retóricos, o exercício da argumentação era uma constante, o que exigia dos oradores capacidade de mobilizar/reter um sem-fim de argumentos, os quais pudessem ser rapidamente recuperados durante a atividade argumentativa. Tratava-se, assim, de uma estratégia de agrupamento do material indispensável com o propósito de encontrá-lo com mais facilidade, em caso de necessidade; daí a definição dos lugares como depósitos de argumentos, em que os lugares comuns são aqueles que servem de forma indistinta a qualquer ciência, ao passo que não dependem de nenhuma dela em específico; e os lugares específicos são próprios de uma ciência ou gênero particular bem definido.

Nesse sentido, a utilização dos lugares – tanto os comuns quanto os específicos – depende de contextos particulares e, por isso, são empregados de formas distintas em cada época, assim:

A situação argumentativa, essencial para a determinação dos lugares aos quais se recorrerá, é por sua vez um complexo que abrange, ao mesmo tempo, o objetivo a que se visa e os argumentos com os quais há o risco de se chocar. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 109)

Observa-se, a partir de tais considerações, que o emprego de determinado topos está diretamente relacionado aos valores vigentes em contextos sócio-históricos particulares. Essa estratégia evidencia, por conseguinte, que o aspecto ideológico do discurso é preenchido pelas ideias pertencentes ao universo do senso-comum. Não se procede à transcendência do consenso, ao contrário, ele é o ponto de apoio sobre o qual se fundam discursos que objetivam conquistar o auditório por meio da simplificação e do apelo a valores “universais”. Nas palavras de Aristóteles (op. cit. p. 37) “os lugares-comuns não tornarão ninguém hábil em qualquer gênero porque não pertencem a determinado objeto.”.

Fundamentando-se nas delimitações apontadas por Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca, apresentam uma interpretação mais pragmática dos lugares aristotélicos, com o propósito de tratar daqueles que mais diretamente interferem no processo de convencimento do auditório. Nesse sentido, então, é que emergem alguns lugares recorrentes à construção do discurso, entre os quais destacamos os lugares da quantidade, os da qualidade e os da existência.

Lugares da Quantidade – trata-se de um lugar-comum em que se afirma que “alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 97). Dessa forma, é possível observar que os lugares da quantidade referem-se ao lugar do mais e do menos, de forma exclusivamente quantitativa, assim o que se admite para o maior número é melhor que aquilo que se admite para um pequeno número. Para esses autores, os lugares da quantidade relacionam-se à preferência que se concede àquilo que provável ao que improvável, assim: “A maior parte dos lugares que tendem a mostrar a eficácia de um meio será o lugar da qualidade.”. (op. cit. p. 99)

Com base nessa configuração, observa-se o emprego do lugar da quantidade em situações nas quais o orador pretende exaltar seus feitos a partir da construção de um

contexto árduo, difícil, que exigirá do homem esforços supra-humanos. É exatamente nessa direção que se encaminham os argumentos empregados por Vargas em alguns de seus discursos, os quais passamos a analisar.

O fato de o discurso populista, conforme observamos no capítulo anterior, caracterizar-se, entre outros aspectos, pela prestação minuciosa de contas, contribui para que se recorra, com certa frequência ao lugar da quantidade. Afinal, quando se trata de governar para uma massa em um país tão grande quanto diversificado em termos de necessidades, como é o caso do Brasil, é preciso que cada investimento seja justificado sob o viés de que atenderá a uma parcela significativa da população, ainda que o benefício parta de uma região específica, como se verifica nos segmentos [71] e [72]:

[71]

No setor de Educação e Saúde também não houve ausência da ação federal. Para auxílios, subvenções, Fundo de Assistência Hospitalar e Universidade do Rio Grande do Sul foram consignados, no orçamento do corrente ano, recursos no total aproximado de 111 milhões de cruzeiros, **permitindo assim os trabalhos de erradicação da malária e de intensificação da Campanha de Educação de Adultos em todo o Estado**, que detém uma das maiores taxas de alfabetização observadas no País. **Discurso III - L 236-241**

[72]

261 ...conforta-me a segurança de que **o fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul e o aproveitamento integral de seus recursos redundarão em proveito para o Brasil inteiro...** **Discurso III - L 261-263**

Como um dos suportes ideológicos da Era Vargas, considerada em sua totalidade, dizia respeito à cooptação do apoio da classe trabalhadora, o lugar da quantidade também fora empregado em discursos nos quais o assunto principal era o trabalho e a condição dos trabalhadores. No discurso pronunciado em 1º de maio de 1953, em Volta Redonda¹³, observa a predominância, em termos argumentativos do

¹³ O referido discurso está identificado como Discurso VI nos anexos.

lugar da qualidade, no entanto, quando Vargas se refere especificamente às leis trabalhistas – uma de suas bandeiras de atuação política mais reconhecidas, inclusive atualmente – vale-se do lugar da quantidade, de modo a exaltar a amplitude de sua atuação junto aos trabalhadores:

[73]

No que concerne à vigilância para a exata aplicação das leis de proteção ao trabalho, **não tem o meu Governo descurado do seu aperfeiçoamento e da sua extensão a todos os pontos do território nacional.** Discurso VI - L 58-60

Lugares da Qualidade – opõem-se aos da quantidade, pois valorizam o único, original e distinto, busca-se, dessa forma, determinar a essência de alguma coisa. Nessa direção, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 102) chamam a atenção para o fato de que: “Aristóteles não se contenta em enunciar o lugar. Esboça uma explicação. Relaciona-o com a pessoa, com o esforço. O raro concerne sobretudo ao objeto, o difícil ao sujeito, enquanto agente. Apresentar uma coisa como difícil ou rara é um meio de valorizá-la.”.

Observamos que o lugar da qualidade assume um papel importante nos pronunciamentos do Presidente, sobretudo por meio de discursos em que se pretende reforçar o caráter paternalista e desenvolvimentista do Estado, plasmado na figura heroica¹⁴ de Vargas, conforme se pode observar nos excertos [74] e [75] apresentados a seguir.

[74]

Nas águas do rio São Francisco escondem-se algumas das maiores riquezas do Brasil. **Seu racional aproveitamento há de permitir o surto de numerosas indústrias** – de tecidos, de carnes, de pescado, de cerâmica, de sal-gema, de alumínio, de cimento, de

¹⁴ Trataremos dessa característica no Capítulo III deste trabalho.

azôto sintético – **associado à exploração das ricas jazidas minerais e dos recursos agrícolas de tôda a região nordestina**. Discurso I – L 1-5 [75]

O aproveitamento progressivo de Paulo Afonso será a maior base, ou melhor, o centro irradiador, para a recuperação e o desenvolvimento econômico do Nordeste, tanto pelos efeitos diretos, na área servida pelas suas linhas de transmissão, como pelos **reflexos poderosos** dêsse nôvo centro de vida, nas zonas nordestinas mais distantes. Discurso I – L 50-54

O discurso I, do qual foram extraídos os excertos [74] e [75], foi pronunciado em Paulo Afonso, em 22 de junho de 1952. Vargas procurou explicitar aos nordestinos a importância econômica do empreendimento que seria realizado naquela região – a construção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Sabendo das dificuldades climáticas por que passava aquela população, o Presidente funda seu discurso no lugar da quantidade, no sentido de mostrar ao povo que a obra possibilitará um “surto industrial”, o qual proverá emprego e, conseqüentemente, renda, para os habitantes daquela região.

Trata-se de uma ação que, embora não combata diretamente os problemas daquela sociedade, torna-se o meio pelo qual, ao menos em tese, significativa parte dos indivíduos seria beneficiada pelo investimento governamental em obras de infraestrutura, cujo principal objetivo era o de atrair indústrias para a região nordeste, a qual passaria a contar com maiores atrativos, como a disponibilidade energética e de mão de obra.

É importante destacar, nesse processo, o papel argumentativo da seleção lexical. Em [74], Nas águas do rio São Francisco escondem-se **algumas** das **maiores riquezas** do Brasil. Seu **racional aproveitamento** há de permitir **o surto de numerosas indústrias** – de tecidos, de carnes, de pescado, de cerâmica, de sal-gema, de alumínio, de cimento, de azôto sintético – associado à exploração das **ricas jazidas minerais** e dos recursos agrícolas de **tôda** a região nordestina. Observamos que há um procedimento de determinação e indeterminação que atribui ao discurso um caráter univesalizante no que se refere aos benefícios oriundos da obra em questão: “algumas das maiores riquezas” e “tôda a região nordestina”. Note-se que o pronome indefinido “algumas” contrasta com “toda”. Nesse percurso, aquilo que era impreciso e

indeterminado, pode-se converter em um benéfico expansível a todo o Nordeste. Contribuem ainda para a construção desse percurso argumentativo a utilização de sintagmas adjetivais: “**racional** aproveitamento”; “surto de **numerosas** indústrias”; “**ricas** jazidas minerais”, os quais conferem ao discurso um caráter subjetivo que visa promover a adesão do auditório a essas opiniões.

Passando-se ao excerto [75], observamos que Vargas busca valorizar o caráter singular da obra da Companhia Hidrelétrica do São Francisco e, para isso, novamente, vale-se da adjetivação: O aproveitamento **progressivo** de Paulo Afonso será **a maior base**, ou melhor, o **centro irradiador**, para a recuperação e o desenvolvimento econômico do Nordeste, tanto pelos efeitos diretos, na área servida pelas suas linhas de transmissão, como pelos **reflexos poderosos** desse **nôvo centro de vida**, nas zonas nordestinas mais distantes.

Nesse fragmento do discurso, verificamos que o emprego dos sintagmas adjetivais permite ao enunciador criar uma imagem positiva, a qual confere ao empreendimento um caráter de necessidade imediata para a população nordestina. Além disso, Vargas deixa claro que não se trata de melhorias instantâneas, mas que se concretizarão de forma sistemática e progressiva, o que é reforçado pelo uso do sintagma verbal **ser** flexionado no futuro do presente do modo indicativo. Ainda merece destaque o procedimento perifrástico por meio do qual Vargas constrói subjetivamente a referência da Companhia Hidrelétrica: “a maior base”; “centro irradiador” e “nôvo centro de vida”. Tem-se, desse modo, a construção de um discurso que, apoiado na subjetividade do orador, busca disseminar um imaginário de prosperidade e esperança a um povo que sofre do flagelo decorrente dos severos períodos de estiagem característicos do clima nordestino. Vargas, assim, coloca-se em uma posição que o faz ser o “salvador”, aquele que, inclusive, pode lutar contra as forças da natureza, quando esta produz efeitos indesejados ao “seu povo”.

Também pronunciado na região nordeste do Brasil, o discurso II (do qual extraímos o fragmento [76]) – realizado em Candeias – enfatiza a importância do estado da Bahia para o desenvolvimento nacional, destacando-lhe características peculiares quanto à fertilidade do solo, reforçadas pelo uso do sintagma adverbial “incomparável”. Assim, por se dirigir a um auditório particular – o povo baiano –, Vargas procura exaltar

a singularidade daquele local e articulá-lo a um projeto desenvolvimentista que visa contemplar todo o território nacional, a partir de uma perspectiva de unidade territorial, tal como se pode observar em: “o coração ansioso de todos os brasileiros”.

[76]

Para aqui se voltam, pois, mais uma vez, os corações ansiosos de todos os brasileiros, esperando melhores dias, em que **a fertilidade incomparável da Bahia disseminará por todo o País as bênçãos e os frutos do seu solo privilegiado**. Discurso II – L 207-209

A construção da Usina de Volta Redonda é, sem dúvida, um dos empreendimentos relacionados à indústria de base dos quais Vargas mais se orgulhava. Trata-se de uma obra que contemplava seu projeto desenvolvimentista para o Brasil, cujo objetivo era promover a independência nacional de importações e criar uma economia mais sólida. Esse projeto iniciado em 1945 foi catalisado pela Segunda Guerra Mundial, quando, de fato, o Brasil não pôde mais contar com os produtos vindos do exterior.

Por sua própria história, Volta Redonda representa um feito singular da Era Vargas, no entanto, o Presidente faz questão de exaltar-lhe o caráter único, responsável por “sagrar” seu governo. A seleção deste sintagma verbal atribui a Vargas um caráter mítico, aquilo que o torna diferente e superior a todos os outros Presidentes e, quiçá, a todos os outros homens daquela sociedade.

[77]

Bastaria Volta Redonda para sagrar meu govêrno de empreendimentos e realizações. Monumento que desafia a passagem dos anos, **é um marco da nossa independência econômica**. Discurso VI – L 27-29

É o próprio Vargas quem destaca o elevado valor para o país da construção de Volta Redonda, uma vez que ela foi “um marco de nossa independência econômica” e constitui um “monumento que desafia a passagem do tempo”. Por meio de seu discurso, Vargas procura fazer seu auditório crer naquilo que ele apresenta como algo marcante na vida de todos os brasileiros.

Lugar da Existência – afirma a superioridade do que existe, do que é atual e real, sobre o possível, o eventual ou o impossível, de modo que “o existente tira seu valor do fato de impor-se enquanto vivência, enquanto irreduzível a qualquer outro objeto enquanto atual.” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 110).

O lugar da existência é aquele que se marca linguisticamente pelo emprego de sintagmas verbais conjugados no presente do indicativo. O efeito semântico decorrente do emprego desses tempo e modo verbais confere ao discurso certa objetividade e corrobora a ideia do “fazer-fazer”, ou seja, Vargas mostra-se atuante, agindo como um líder paternalista que busca, por meio do poder que lhe foi atribuído pelo povo, promover o bem-estar social e a independência econômica do Brasil.

Os excertos [78] e [79] apresentam em comum o fato de que orador utiliza, além do sintagma verbal “estar”, flexionado na primeira pessoa do singular, no presente do indicativo, a expressão “certo de que”, conferindo ao seu discurso um tom de convicção, seriedade e compromisso com seus eleitores.

Julgamos importante destacar, ainda, que, em ambos os excertos, Vargas parte de uma “certeza”, de um dado concreto do presente, para fundamentar suas projeções, utilizando sintagmas verbais conjugados no pretérito perfeito do indicativo, como em [78], “os mesmos frutos que já **colhemos** na Hidrelétrica do São Francisco”; e no futuro do presente do modo indicativo, em [79], “muito ainda **poderemos fazer** para amparar o homem do Nordeste.” Assim, aquilo que, em princípio, teria um caráter hipotético, associa-se a uma ideia de continuidade natural do que já foi feito graças ao empenho governamental.

[78]

- ⁴⁷ **Estou certo de que essa forma de empreendimento há de dar, no caso do petróleo, os mesmos frutos que já colhemos** na Hidrelétrica do São Francisco e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. **Discurso I – L 47-49**

[79]

- ⁶¹ **Estou certo de que realizamos a grande tarefa** e de que muito ainda poderemos fazer para amparar o homem do Nordeste. **Discurso I – L 61-62**

[80]

- ²⁰⁰ **O que estamos fazendo aqui é uma nova consolidação da independência.** Ontem foi independência política; **hoje é a independência econômica.** **Discurso II – L 200-201**

Como característica peculiar dos discursos de Vargas, observamos que, de forma recorrente, o orador procura reafirmar a relevância de seus feitos, de modo a criar uma relação imediata e necessária entre passado, presente e futuro no que concerne às realizações do governo. A referência, ainda que implícita, à Revolução de 1930, de que foi líder e por meio da qual se desencadeou o golpe que o levou ao poder como Presidente do Brasil, na década de 1930, é uma constante. No excerto [80], por exemplo, estão contrapostos dois momentos importantes da História nacional: as independências política econômica.

Observamos, todavia, que é no presente que se desenvolvem as ações mais relevantes, a partir da perspectiva do orador: **“O que estamos fazendo aqui é uma nova consolidação da independência.** Ontem foi independência política; **hoje é a independência econômica.”** Vargas, apoiado discursivamente no emprego dos sintagmas verbais “ser” e “estar” flexionados no presente do indicativo, constrói um

discurso em que predomina um caráter de certeza, trata-se de asserções de validade permanente e universal. Nesse sentido, é que se edifica, por meio da sobreposição de ações bem-sucedidas, um histórico político que depõe favoravelmente à atuação de Vargas como governante.

[81]

Por isso mesmo, **há** duas condições para o vosso progresso e para a segurança de vosso futuro: **a primeira é a liberdade sindical**, vinculada a eleições livres e honestas no interior das vossas organizações profissionais; **a segunda é a preparação do proletariado para a participação no govêrno**, através do processo legal e constitucional do voto livre e secreto. Discurso IV – L 12-16

[82]

Sei quanto são fundadas as vossas críticas, quanto são razoáveis as vossas queixas; mas sabeis também quanto **é sincera a minha disposição de escutar estas justas reclamações e de lhes dar pronto remédio**. Discurso IV – L 108-110

Nos excertos [81] e [82] extraídos do discurso pronunciado por Vargas no Rio Grande do Sul, em setembro de 1952, apresentam como característica comum o fato de que o orador se dirige a um público bastante conhecido, na terra onde nasceu. Em função disso, seu discurso assume um tom mais informal, quase como uma conversa entre amigos, sem descuidar, obviamente, de exaltar aquilo que considera digno de nota, conforme se observa em [82]: “Por isso mesmo, **há** duas condições para o vosso progresso e para a segurança de vosso futuro: **a primeira é a liberdade sindical**, vinculada a eleições livres e honestas no interior das vossas organizações profissionais; **a segunda é a preparação do proletariado para a participação no govêrno**, através do processo legal e constitucional do voto livre e secreto.”

Uma das características essenciais dos lugares da existência é ressaltar a importância daquilo que existe em oposição ao que poderá / poderia ser, os sintagmas

verbais conjugados no presente do indicativo, novamente desempenha função primordial na construção do discurso, porque conferem concretude às palavras de Vargas, ao afirmar categoricamente seus feitos: “a primeira é a liberdade sindical,” e “a segunda é a preparação do proletariado para a participação no govêrno”.

Note-se, ainda, que o contexto histórico ao qual o discurso remete é algo que participa da construção dos sentidos do enunciado. Contraditoriamente, Vargas foi o responsável pela criação dos sindicatos de classe durante a vigência de seu primeiro governo (1937-1945), no entanto, a participação dos trabalhadores nessas associações era observada de perto pelo governo, por meio da prática do peleguismo. Dito de outra forma, os trabalhadores tinham a possibilidade de se organizar em associações de representação profissional, no entanto, a escolha e a nomeação de representantes era feita pelo próprio governo, com base naqueles que fossem de sua inteira confiança. Dessa forma, criou-se um simulacro de participação política e de liberdade que, de certo modo, apaziguou a euforia dos trabalhadores provocada pela ascensão do comunismo e das manifestações operárias em grande parte da Europa, durante o século XX.

De volta ao poder em 1951, via eleições democráticas, Vargas seria incoerente se buscasse conduzir a administração do País com base no antigo regime ditatorial que caracterizou seu primeiro mandato, dessa forma, é que prenuncia no discurso em questão a liberdade de escolha de representantes no interior dos sindicatos e pelos próprios associados e a ideia de que os trabalhadores passem a, de fato, participar da vida política do país. A partir desse posicionamento, observamos uma mudança gradual, ao menos discursiva, na postura de Vargas e, sobretudo, no modo como ele se posiciona em relação ao papel que os trabalhadores possam desempenhar na sociedade, além daquele que os reduz à figura de “esteio da economia nacional”.

A partir da análise de alguns dos lugares tratados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), observamos que há a coadunação entre a Retórica Clássica e a Nova Retórica, uma vez que a ambas interessa investigar os métodos empregados ao desenvolvimento da argumentação, seja por meio do emprego dos topoi, tratado por Aristóteles, seja por intermédio das técnicas argumentativas a que Perelman e Olbrechts-Tyteca dedicam-se largamente em seu Tratado de Argumentação. Passamos,

assim, ao estudo das características da Nova Retórica que mais de perto nos interessam no desenvolvimento deste trabalho.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), ao proporem uma Nova Retórica, instituem uma “argumentação que raciocina sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à razão em proveito do irracional ou do indizível”. A partir dessa concepção, o âmbito da argumentação circunscreve-se ao do verossímil, do plausível, do provável, uma vez que a própria natureza da argumentação se opõe à da evidência, dado que não se argumenta contra a evidência, entendida como indício de verdade daquilo que se impõe por ser evidente.

Assim, de acordo com os autores:

[...] se o estudo da argumentação nos permite compreender as razões que incitaram tantos autores a conceder à deliberação íntima um estatuto privilegiado, esse mesmo estudo nos fornece os meios de distinguir as diversas espécies de deliberação e de compreender, ao mesmo tempo, o que há de fundamentado na oposição entre razões e racionalizações, e o interesse real que se prende, do ponto de vista argumentativo, a essas racionalizações por demais menosprezadas. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 50).

Na realidade, não existe distinção entre a argumentação diante de uma audiência universal ou de uma audiência particular; o orador depende do que já é aceito pelo auditório. De modo geral, é possível afirmar que a argumentação pretende, portanto, convencer o auditório com base nas razões que já foram racionalizadas. Assim, tomada no âmbito da análise do discurso político, a argumentação deve ser considerada como elemento estruturador e organizador dos enunciados e, por isso, ser adequada ao auditório.

2.3 O Auditório: elemento fundamental à argumentação

Em razão da importância dada ao auditório na obra perelmaniana, decidimos estudá-la mais minuciosamente. Ademais, no contexto histórico em que se inscrevem os discursos realizados por Vargas, o auditório recebe especial atenção e, em alguns casos, como no discurso pronunciado em 1º de maio de 1953, ele é o mote a partir do qual o discurso se desenvolve.

O auditório deve ser entendido como o conjunto daqueles a quem o discurso se dirige, ou seja, aqueles de quem se visa conquistar a adesão. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 25) definem-no como “o conjunto daqueles aos quais o orador quer influenciar com a sua argumentação”. Apresentado sob esse viés, o auditório não se limita às pessoas que efetivamente tiveram ou terão acesso ao discurso, seja ele falado ou escrito, conforme observam:

Quem são aqueles que, no sentido técnico da teoria da argumentação, constituem o auditório de um orador? Serão todos aqueles que entendem [escutam] o seu discurso ou todos aqueles que poderão lê-lo quando ele for publicado? Evidentemente que não. (...) Será aquele que é interpelado no início do discurso? Nem sempre. (...) De fato, o auditório, tecnicamente, é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso (PERELMAN, 1993 [1977], p. 237).

Ao não se limitar ao conjunto daqueles que recebem de fato o discurso, Perelman atribui à noção de auditório um caráter amplo, distante de qualquer determinação empírica. Ele é antes uma construção do orador, ou seja, é o conjunto daqueles a quem o orador visa ganhar a adesão ao construir o seu discurso. Assim definido, o auditório parece depender totalmente do orador, sendo apenas uma criação livre deste, no entanto, não se compreende o orador independentemente do auditório e vice-versa, e ambos são essenciais a qualquer argumentação. A maior importância acordada ao auditório deve-se ao fato de ser em função dele que o discurso se constrói, assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 24) defendem que:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

Todo discurso depende do auditório e cabe a este determinar a qualidade da argumentação. Caso se queira compreender uma argumentação, deve-se considerar primordialmente a quem ela se dirige, pois cabe ao orador adaptar-se ao auditório. Desse modo, ainda que o auditório constitua-se com base na perspectiva do orador, uma vez criado, é o orador quem depende dele, assim Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 32) apontam para o fato de que “é, com efeito, ao auditório que incumbe o papel maior para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”.

A tarefa do orador é persuadir ou convencer o auditório. O grande orador não seria nem o apaixonado – totalmente imerso e empolgado com seu discurso –, nem o frio e distante – que ignora a quem se dirige –, mas aquele animado pelo mesmo espírito que o seu auditório, adaptando-se a ele.

O desenvolvimento da argumentação, desde o ponto de partida, supõe o acordo do auditório. Assim, conhecer os diversos auditórios particulares é de grande valia ao orador que pretende ser eficaz em sua argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca, entretanto, não procuraram descrever as características psicológicas e sociológicas dos diferentes auditórios, por isso, a abordagem dada ao auditório pela Nova Retórica é, sobretudo, lógica. Ademais, sua intenção é fornecer um quadro conceitual mais amplo para uma teoria completa da argumentação, e não descrever, detalhadamente, auditórios específicos.

A variedade de auditórios é potencialmente infinita e, à medida que eles determinam a qualidade e o desenvolvimento da argumentação, constituem-se infinitos tipos de argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca procuram, com base nesse universo, estabelecer distinções que permitam discernir os auditórios visados por argumentações mais qualificadas – que se propõem ao convencimento de seus ouvintes – daqueles menos qualificados – que se limitam à mera persuasão. Nesse sentido,

parece-nos adequado estabelecer a distinção entre auditório particular e auditório universal.

O auditório particular é aquele situado temporal e espacialmente, constituído por um grupo particular, delimitado. O orador, ao se adaptar a tal auditório, apoia-se em teses que, ao menos em princípio, podem diferir ou mesmo opor-se a teses admitidas por outros auditórios. Dessa forma, o que é aceito por um auditório particular tem eficácia apenas no interior dele, tendo em vista que aquilo que persuadiu um determinado auditório pode não obter sucesso em outro. Ao dirigir a sua argumentação a um auditório particular, o orador pode tomar crenças particulares, compartilhadas apenas pelos membros daquele grupo, como pontos de partida de sua argumentação.

O auditório universal corresponde a um caso limite, uma idealização do orador, ou seja, trata-se de um conjunto sempre potencialmente aberto e, por isso, jamais se realiza efetivamente, ele não é real.

Considerando-se as especificidades quanto aos auditórios particular e universal, é mister destacar que o orador que pretende ser bem-sucedido no propósito de persuadir seus ouvintes deve ter como ponto de partida para a sua argumentação as ideias que pertencem ao sistema de ideologias, crenças e valores deles.

Quando procedemos aos estudos relativos ao discurso, verificamos que, em qualquer situação de interação comunicativa entre indivíduos, aquele que ocupa o papel de orador está sempre defendendo ideias, opiniões, crenças, enfim, ainda que de maneira não deliberada, argumenta e se posiciona em relação ao contexto que o circunda. Esse indivíduo, em contato com o mundo, mobiliza estratégias discursivas que lhe possibilitem atingir seus objetivos e conquistar a adesão do auditório, levando-o a praticar determinada ação, uma vez que:

[...] a argumentação não tem unicamente como finalidade a adesão puramente intelectual. Ela visa muito frequentemente, incitar à acção ou, pelo menos, criar uma disposição para a acção. É essencial que a disposição assim criada seja suficientemente forte para superar eventuais obstáculos. (PERELMAN, 1993 [1977], p. 31)

De acordo com essa perspectiva, no processo analítico de textos, sobretudo daqueles que pertencem ao universo da política e do fazer político, é fundamental reconhecer que técnicas argumentativas correspondem a elementos nucleares a partir dos quais esse mesmo texto se organiza e desenvolve.

2.4 A Nova Retórica e as Técnicas Argumentativas

Ao tratarmos de argumentação, é imprescindível considerar as técnicas que permitem ao orador estruturar seu discurso, após haver identificado a que tipo de auditório será destinada a sua fala. Nesse processo, o orador pode fundamentar a defesa de seu ponto de vista em argumentos mais objetivos, de validade mais universal, centrados basicamente em aspectos racionais; mas também pode recorrer a valores sentimentais – as paixões –, apoiados na doxa de seu auditório.

O orador, quando se dirige a um auditório universal, geralmente se vale de argumentos apoiados na razão; no entanto, esta, considerada como parte do processo argumentativo, não pode ser reduzida à mera apresentação de provas racionais que fortaleçam a argumentação contra a discordância ou a refutação por parte do auditório, mas como elemento indissociável da arte de persuadir, de mobilizar adequadamente argumentos capazes de promover a adesão do auditório. Desse modo, Grácio, no prefácio da edição portuguesa de *O império retórico*, destaca que:

[...] a razão torna-se uma instância histórica e dialógica reguladora das nossas crenças ou convicções e da liberdade que relativamente a elas possuímos. Liberdade de aderir e liberdade de rejeitar – a argumentação, conferindo um sentido à liberdade, torna-se, nessa perspectiva, condição de exercício da escolha do razoável. (GRÁCIO, apud PERELMAN, 1993, p. 8)

Evidencia-se, portanto, que todo discurso e, principalmente o político, que se pretenda argumentativo deve possuir, minimamente, duas características fundamentais:

orientar-se em função de um auditório ao qual procura persuadir¹⁵; organizar-se segundo o sistema doxológico desse auditório, ou seja, deve estabelecer relação “entre o que se quer fazer admitir e aquilo em que, à partida, se acredita”. (PERELMAN, 1993 [1977], p. 11).

É mediante esses elementos que se constituem os raciocínios dialéticos, cuja premissa principal é a de persuadir o auditório de modo a fazê-lo reconhecer e aceitar outras teses que são ou podem ser controversas, por meio da apresentação de argumentos convincentes. Assim, Perelman (1993 [1977], p. 29, grifos do autor) defende que:

Como o fim de uma argumentação não é deduzir consequências de certas premissas, mas provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca no vazio. Pressupõe, com efeito, um contacto de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que um discurso seja escutado, que um livro seja lido, pois, sem isso, a sua ação seria nula.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 211) observam que, no processo de argumentação, as técnicas empregadas apresentam-se sob dois aspectos distintos:

[...] o aspecto positivo consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação. O aspecto negativo visará abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador; tratar-se-á da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação.

¹⁵Convencer e persuadir são termos que não apresentam o mesmo significado básico. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1997 [1958], p. 30) apontam a diferença entre eles. De acordo com os autores, “Para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação (...). Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir”. Desse modo, pode-se compreender que persuadir implica ação, ao contrário de convencer.

Segundo a teoria defendida por Perelman (1993[1977] e 1997), os raciocínios dialéticos têm, em comum com os raciocínios analíticos, a necessidade de “ligação” entre as premissas e conclusões de modo que os esquemas argumentativos caracterizam-se por meio de processos de “ligação” e “dissociação”. Por um lado, aos processos de ligação corresponde uma solidariedade entre elementos distintos, a qual permite estruturá-los de maneira a valorizá-los positiva ou negativamente. Por outro lado, nos processos de dissociação, podem ser identificadas técnicas de ruptura com o objetivo de separar elementos de um todo solidário, modificando seu sistema. Entre os de ligação, alocam-se os argumentos quase-lógicos, os argumentos fundados sobre a estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real. Em outro grupo, estão os argumentos de dissociação, que se relacionam a técnicas de ruptura, cujo fim é o de dissociar, separar ou desunir.

Os autores reconhecem tratar-se de uma tarefa impossível a formalização das técnicas argumentativas diante da possibilidade de alguns argumentos serem reduzidos a um cálculo de probabilidades, desde que observadas certas convenções. Nesse caso, a questão suscitada refere-se ao modo como poderia ser estabelecido um acordo sobre essas convenções. Dessa forma, esclarecem que:

Uma teoria da argumentação não deve nem buscar um método conforme a natureza das coisas, nem encarar o discurso como uma obra que encontra em si própria sua estrutura. Tanto uma como outra dessas concepções complementares separam fundo e forma, esquecem que a argumentação é um todo, destinado a um auditório determinado. Passa-se, assim, de um problema de comunicação a uma ontologia e a uma estética, ao passo que a ordem ontológica e a ordem orgânica são apenas dois desvios de uma ordem adaptativa. As exigências da adaptação ao auditório é que devem guiar no estudo da ordem do discurso; essa adaptação atuará, quer diretamente, quer por intermédio das reflexões do ouvinte acerca da ordem. O que ele encara como ordem natural, as analogias que ele percebe, como um organismo ou com uma obra de arte são apenas argumentos entre outros argumentos; o orador deverá levar isso em conta, da mesma forma que todos os fatores suscetíveis de condicionar o auditório. Método e forma poderão assumir, respectivamente, maior ou menor importância conforme se tratar de auditório particular, técnico ou universal. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1999 [1958], p. 399).

A construção de sentido e a eficiência dos argumentos necessitam da existência, ainda que parcialmente, de valores, crenças e referências comuns entre os envolvidos no processo comunicativo. Assim, o poder de persuasão de um argumento tende a ser proporcionalmente equivalente ao grau de afinidade existente entre as ideias apresentadas pelo orador e aquelas em que o auditório acredita, pois, dessa forma, haverá menos assimetrias em relação aos sistemas doxológicos de ambos.

Nesse sentido, não se pode desprezar que o ato linguístico, os procedimentos enunciativos, por meio dos quais a argumentação se enuncia, e as palavras se transformam em ação, ou seja, assumem a função “fazer fazer”. Esses elementos estão fixados em um contexto sócio-histórico determinado e permeado por ideologias; assim, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), a ação do orador só é mais ou menos consciente, ou seja, não há uma total liberdade de ação, devido ao caráter dialético e dialógico da linguagem

A finalidade última de todo processo argumentativo é conduzir o auditório à conclusão desejada pelo orador; dessa forma é que se pode afirmar que todo discurso é argumentativamente orientado. Afinal, de acordo com Koch (2004, p. 65):

A argumentatividade permeia todo o uso da linguagem humana, fazendo-se presente em qualquer tipo de texto e não apenas naqueles tradicionalmente classificados como argumentativos. Não há texto neutro, objetivo, imparcial: os índices de subjetividade se introjetam no discurso, permitindo que se capte a sua orientação argumentativa.

O fato de que todo discurso está permeado por questões ideológicas e subjetivas, conforme destaca Koch (op. cit.), permite que o orador mobilize, além dos argumentos considerados racionais, apoiados no *logos*, argumentos nos quais predomina a emoção, o *pathos*. No caso dos discursos de Vargas, observamos que a coadunação entre argumentos centrados ora no *logos*, ora no *pathos* contribui para a edificação não só de um discurso singular, mas, principalmente, de um *ethos* bastante específico, ao qual daremos mais atenção no Capítulo III.

2.5 A Retórica Aristotélica e as Paixões

“Dá-se o nome de paixões a tudo o que, acompanhado de dor e de prazer, provoca tal mudança no estado de espírito que, neste estado, observa-se uma notável diferença nos julgamentos proferidos.”, dessa forma é que Aristóteles (op. cit. p. 97) apresenta a sua definição de paixões. Para o filósofo, a emoção deveria ser produzida pelo próprio discurso e não por estratégias exteriores a ele; assim, cabe ao orador explicitar a verdade contida em seu discurso, dado que a eficácia de seus argumentos está contida nas provas de que ele se vale para fundamentar suas teses. Em função disso é que o Aristóteles dedicou os onze primeiros capítulos do livro II da *Retórica* ao estudo das paixões.

No prefácio de *A retórica das paixões*, Meyer (apud Aristóteles, 2003, p. XXXVIII), considerando as paixões como parte do processo argumentativo, defende que elas “servem para classificar os homens e descobrir se o que sentem é necessário para que quem quer convencê-los haja sobre eles.” Nesse sentido é que o discurso político, muitas vezes, fundamenta-se não só na apresentação de dados objetivos, mas também no apelo às emoções que tornam o auditório mais disponível e suscetível aos argumentos que lhe são apresentados.

Aristóteles apresenta um rol de 14 paixões, a saber: cólera, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação e desprezo. Não condiz com nossos objetivos determo-nos na explicação de cada uma dessas paixões, assim, trataremos ao longo do trabalho somente daquelas que contribuem de modo mais direto e significativo para a caracterização dos discursos proferidos por Getúlio Vargas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958], p. 52) defendem que:

(...) quem visa a uma ação precisa, que se desencadeará num momento oportuno deverá excitar as paixões, emocionar seus ouvintes, de modo que se determine uma adesão suficientemente intensa, capaz de vencer ao mesmo tempo a inevitável inércia e as forças que atuam num sentido diferente do desejado pelo orador.

O posicionamento desses autores leva-nos a crer que as emoções são integrantes legítimas das relações sociais mediadas pela linguagem e que o orador que pretenda conquistar a adesão do maior número possível de indivíduos não pode ignorar esse fato. Assim, verificamos que tanto os argumentos de orientação racional, quanto os de natureza emocional concorrem para a edificação de um discurso persuasivo.

2.6 Estratégias Discursivas

No processo de construção de seu discurso, o orador deve ser hábil na seleção dos argumentos e, sobretudo, deve organizar didaticamente a sua linha de raciocínio para que o auditório possa acompanhar o desenvolvimento da argumentação. Assim, a depender de seus objetivos, o orador vale-se de recursos lingüísticos como adjetivações, alternância entre pessoas verbais, modalizações por meio de sintagmas adverbiais, entre outros que serão tratados no desenvolvimento deste tópico.

Entendemos por estratégias discursivas aquelas que se constituem no próprio processo de enunciação. Buscamos destacar as que participam, por meio do processo argumentativo, da construção de uma imagem adequada do orador, a qual pode facilitar que seus argumentos sejam aceitos. Assim, identificamos as características nucleares a partir das quais se fundam os discursos de Getúlio Vargas, para tanto, retomamos algumas das características do discurso populista, uma vez que, neste momento, interessa-nos analisar de que forma tais características contribuem para a edificação argumentativa dos discursos pronunciados por Vargas.

A respeito da sistematização das estratégias argumentativas, Aquino (1997, p. 56) chama a atenção para o fato de que:

[...] a observação dos esquemas argumentativos mostra a riqueza e a variação dos procedimentos de argumentação, o que torna impossível delimitar com precisão todas as estratégias que podem ser utilizadas durante o jogo comunicativo.

Aquino explicita que a atividade argumentativa pode ser composta por um sem-número de estratégias, as quais têm como obrigação imediata e exclusiva adaptar-se às expectativas do auditório. Dessa forma, é tarefa impossível apresentar um rol de todos os procedimentos argumentativos passíveis de constituir determinada situação comunicativa na qual se visa convencer certa audiência.

Nesse contexto, é fundamental que se considere também a impossibilidade de se estabelecer de que modo as atividades discursivas podem-se desenvolver, dado que a estas subjazem elementos pertinentes ao contexto de produção o qual, por ser dinâmico, pode assumir diversas características durante a interação. Assim, de acordo com os objetivos de nosso trabalho, procuraremos tratar argumentação e Retórica a partir da abordagem que lhes atribuem Perelman e Olbrechts-Tyteca em seu *Tratado da Argumentação* (1999 [1958]).

Passamos a seguir a analisar as estratégias discursivas identificadas nos discursos de Getúlio Vargas, os quais constituem o corpus deste trabalho.

A) Nominalização

a) Adjetivação

A respeito da adjetivação, devemos lembrar que ela foi motivo de nossa atenção no Capítulo I deste trabalho, no momento em que nos referimos às características do discurso de Vargas. Além do uso intenso de adjetivação neste sentido, ela é retomada tendo em vista o fato de que ela foi usada estrategicamente, e, assim, cumpre um papel significativo no discurso desse Presidente.

Ao categorizar o mundo a partir de sua perspectiva subjetiva, o político o faz por meio da caracterização dos objetos, atribuindo-lhes qualidades que, de certa forma, indicam seu posicionamento ideológico, constituindo-se como um julgamento de valor,

justificado pelo propósito de influenciar a opinião do auditório. Em dados momentos, no processo de nominalização, a adjetivação atribui ao discurso um caráter passional, o qual, conforme destacamos no Capítulo I, à página 63, caracteriza o discurso populista de Vargas.

A partir da adjetivação, o orador imprime ao seu discurso uma subjetividade bastante explícita; trata-se de apresentar uma dada realidade do modo como ele deseja que o auditório a conceba. A avaliação apreciativa da realidade, de certo modo, constrói discursivamente o contexto pretendido pelo orador para que sua argumentação seja coerente. O caráter de esperança é preconizado pelo emprego sintagmas nominais adjetivais associados a um único substantivo como se observa em: “dias **melhores, de fartura, de tranquilidade, de trabalho fecundo e de bem-estar social**”. É por meio dessa sobreposição de qualificadores que se cria uma realidade na qual o orador deseja que o auditório acredite, tornando-se, dessa forma, um contexto compartilhado entre ambos. Além disso, no caso do excerto [83], para elogiar a audiência, importa destacar que Vargas não utiliza sintagmas adjetivais, para esse fim, recorre a substantivos abstratos “**coragem**”, “**tenacidade**” e “**heroísmo**”, os quais, na verdade, originam adjetivos na língua portuguesa.

[83]

¹⁸⁰ Um **nôvo** ímpeto **civilizador** há de brotar das águas do São Francisco, conquistadas pela **firme** vontade do homem; e dias **melhores, de fartura, de tranquilidade, de trabalho fecundo e de bem-estar social**, hão de nascer no vale **imenso**, que foi uma dádiva e um desafio da natureza **bravia** à coragem, à tenacidade e ao heroísmo da nossa gente. **Discurso I – L 180-184**

Interessa-nos destacar que a adjetivação participa diretamente da construção referencial do objeto do discurso – a terra gaúcha. Além do envolvimento emocional, Vargas, conforme se observa no excerto a seguir, transforma sua perspectiva particular em uma “realidade” compartilhada, na qual o elogio a terra reflete a exaltação do povo que nela habita: “...esta terra gaúcha é um dos **celeiros naturais de fartura e abundância**, como sempre foi uma **reserva inesgotável de fôrças cívicas e de valores**

morais.” Observamos que se constrói uma relação continente/conteúdo, em que o primeiro é exaltado: “a terra gaúcha é um dos celeiros naturais de fartura e abundância” para, na sequência, elogiar-se o auditório: “como sempre foi uma **reserva inesgotável de forças cívicas e de valores morais.**” Note-se, ainda, que esses procedimentos elogiosos, nos discursos de Vargas, podem ser considerados lugares comuns, aos quais ele recorre em grande parte de seus pronunciamentos.

[84]

- 260 Ao rememorar algumas realizações levadas a efeito pelo meu Govêrno e que mais diretamente interessam a êste Estado, conforta-me a segurança de que o fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul e o aproveitamento integral de seus recursos redundarão em proveito para o Brasil inteiro, do qual esta terra gaúcha é um dos **celeiros naturais de fartura e abundância**, como sempre foi uma **reserva inesgotável**
 265 **de forças cívicas e de valores morais.** Discurso I – L 260-265

O discurso do qual extraímos o fragmento que passamos a analisar foi pronunciado por Vargas no transcurso do Ano Novo, em 31 de dezembro de 1952. Trata-se de um momento em que o Presidente apresenta um balanço de tudo o que fora realizado naquele ano. A construção discursiva do cenário em que atua é um traço característico dos pronunciamentos de Vargas. No fragmento [85], por exemplo, identifica-se um processo de gradação em que a realidade apresentada direciona-se de um contexto inicial negativo: “Aceitando o nosso **quinhão de sacrifício**, nesta fase **tão árdua** para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o **drama crepuscular.**” a um no qual, novamente, a esperança é colocada em pauta, assim como a grandiosidade do povo brasileiro: “... resultam de nosso progresso **que se agiganta.** Prenunciam o amanhecer de uma **nova era de prosperidade** para a **Pátria grande e generosa**, cujas riquezas, utilmente exploradas, recompensarão o **pertinaz e devotado labor dos seus filhos**, que hoje preparam o dia de amanhã.”

Retomando as noções dos lugares retóricos, é interessante observar que a maneira como a situação inicial é apresentada, os brasileiros devem aceitar seu quinhão de sacrifício para que consigam superar a “fase árdua” que também atinge os outros

povos. Trata-se, dessa forma, do emprego do lugar da qualidade, aquele por meio do qual se valoriza o que é singular e decorrente de um esforço do indivíduo. Assim, cabe ao povo compreender que o drama do presente será convertido em uma “nova era de prosperidade” porque tais entraves são consequências naturais do progresso brasileiro. A situação inicial negativa transforma-se discursivamente em expectativa de um futuro promissor para o Brasil, cuja concretização depende do “**pertinaz e devotado labor de seus filhos**”.

[85]

- 20 Aceitando o nosso quinhão de sacrifício, nesta fase **tão árdua** para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o **drama crepuscular** de nações outrora **poderosas**, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos. Pelo contrário, as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso **que se agiganta**. Prenunciam o amanhecer de uma **nova era de prosperidade** para a **Pátria grande e generosa**, cujas riquezas, utilmente exploradas, 25 recompensarão o **pertinaz e devotado labor dos seus filhos**, que hoje preparam o dia de amanhã. **Discurso V – L 20-26**

Novamente, apresentamos um fragmento do discurso pronunciado em Volta Redonda, em 1º de maio de 1953, porque julgamos ser significativo no que concerne à exemplificação do processo de adjetivação que caracteriza o discurso varguista. Conforme já mencionamos, a Usina de Volta de Redonda constitui um marco significativo da atuação governamental de Vargas, assim, as referências que faz a ela são sempre revestidas por um forte apelo passional: “gigantesca forja” cujos clarão das fornalhas e estrépitos de suas máquinas motivaram o desenvolvimento das habilidades do proletariado nacional. Observamos a repetição da mesma estratégia utilizada no excerto [84], a adjetivação que se estabelece na relação continente/conteúdo. Passa-se da exaltação das qualidades da usina (continente) para a dos operários/auditório (conteúdo). Recorrer a esse tipo de estratagema pode assegurar ao orador menos resistência do auditório aos argumentos a ele apresentados. Elogiar, exaltar características positivas da audiência é uma estratégia praticamente infalível no processo de convencimento.

[86]

40 Nessa **gigantesca forja**, ao clarão de suas fornalhas, ao estrépito de suas máquinas, o
operário brasileiro mais uma vez comprova as suas **esplêndidas aptidões**, na **fácil e**
rápida adaptação às mais avançadas técnicas dos países superindustrializados. Sois
um exemplo de labor produtivo e disciplinado, em que encontro **novos estímulos**
para prosseguir numa das **diretrizes primordiais do meu Govêrno** – a de atender às
45 necessidades e reclamos do **proletariado nacional**, em cujo **espírito de ordem,**
devotamento ao trabalho e respeito às instituições sempre confiei. Discurso VI – L 39-
45

b) O sintagma adverbial.

Com o propósito de enfatizar o atenuar uma opinião, modaliza-se o discurso por meio de sintagmas adverbiais. Estes são empregados com significativa frequência nos discursos de Vargas e correspondem a uma estratégia argumentativa que agrega ao discurso circunstâncias particulares, contribuindo para o seu fortalecimento no que se refere à consolidação de um estilo pessoal.

Observamos, no fragmento apresentado a seguir, a exclusividade no emprego de sintagmas adverbiais com sufixo –mente. A maior parte deles indica circunstância de modo: “igualmente” (L.76), “praticamente” (L. 7), “grandemente” (L. 79) e “pròpriamente (L. 71), associando o que se pronuncia ao que se deseja que o auditório considere como verdade. Os sintagmas adverbiais terminados em –mente são derivados de sintagmas adjetivais, assim, trata-se de uma estratégia de nominalização análoga à adjetivação. Semanticamente, o discurso é orientado sob uma perspectiva valorativa que parte do orador para a sua audiência. Além dos sintagmas adverbiais de modo, há um indicativo de causa: “devidamente” e outro de tempo: “atualmente”. Assim, por meio de sintagmas adverbiais, o discurso ultrapassa o nível da informação básica, nuclear, e assume matizes subjetivas que contribuem para a edificação de uma realidade simulada pelo orador.

[87]

80 Outras e vultosas iniciativas atestam **igualmente** o empenho do Govêrno em promover o desenvolvimento industrial do País. Já se acha **praticamente** ultimada a duplicação da Refinaria de Mataripe e intensificaram-se os trabalhos da Refinaria de Cubatão, com a qual se conjugará uma nova fábrica de fertilizantes nitrogenados, que será **grandemente** benemerita para o incremento e a racionalização das atividades agrícolas. **Devidamente** reestruturada, a Fábrica Nacional de Motores iniciou a fase de operações **pròpriamente** industrial, [...] Desenvolveu-se **atualmente** grande número de empreendimentos ligados à indústria metalúrgica, química de base, mecânica e de beneficiamento de produtos agrícolas. **Discurso VI – L 76-89**

No fragmento [88], interessa-nos destacar o emprego do sintagma adverbial de negação – não – sem uma conotação claramente negativa. A repetição do sintagma adverbial no mesmo enunciado cria uma relação positiva e de fidelidade entre o auditório e o orador: ainda que a situação tivesse sido desfavorável, ambos mantiveram-se “unidos”: “**Não vos abandonei, como não me abandonastes.**” Fortalece essa relação o fato de que, para Vargas, a amizade de seus eleitores era o que mais lhe importava, já que seu nome poderia ter sido propositalmente “apagado” da história e da vida política do Brasil, desde que não o fosse, como ele afirma, subtraído da lembrança e do coração dos trabalhadores.

[88]

- 15 **Não vos abandonei, como não me abandonastes.** Meu nome poderia ser proscrito das cerimônias oficiais, das ruas, das placas comemorativas, oculto ou propositalmente omitido. **Não o foi, porém, da vossa lembrança;** continuou no coração dos trabalhadores que me convocaram para êste dia. **VI – L 15-17**

A utilização de sintagmas adverbiais de intensidade, em [89], confere ao pronunciamento um caráter superlativo que se associa à edificação de uma realidade hiperbolizada por meio da qual Vargas projeta um cenário futuro de esperança (maior que o flagelo do presente) de que Paulo Afonso será a “maior base”. É importante destacar que o Presidente busca fortalecer a preponderância do homem em relação ao

meio natural: “**mais pronta e efetiva** será a vitória do homem brasileiro contra as sêcas que flagelam periódicamente o Nordeste e retardam o progresso do País”. Além dos adversários políticos, a natureza, quando age de maneira indesejada, também constitui um inimigo o qual é igualmente preciso combater. Retoma-se, dessa forma, o velho clichê do embate entre homem e natureza, no qual o primeiro, por ser dotado de razão, busca subordinar a segunda a suas vontades e aos seus projetos.

[89]

- 50 O aproveitamento progressivo de Paulo Afonso será a **maior** base, ou melhor, o centro irradiador, para a recuperação e o desenvolvimento econômico do Nordeste, [...] Quanto **mais rápido** for alcançado o aproveitamento total de Paulo Afonso, **mais pronta e efetiva** será a vitória do homem brasileiro contra as sêcas que flagelam periódicamente
55 o Nordeste e retardam o progresso do País, a despeito da fibra inigualável do nordestino. **Discurso I – L 50-56**

c) A oposição correspondente à construção discursiva do “inimigo”.

Inseridos em um contexto histórico bastante distinto daquele em que se institui o Estado Novo, os discursos de Vargas, relativos ao período do chamado “governo democrático”, fundam-se, muitas vezes, na oposição a um inimigo do sistema democrático e dos trabalhadores, dois dos lugares-comuns privilegiados por Vargas em seus discursos. Essa construção forma parte essencial do processo ideológico instituído por Vargas desde seu primeiro mandato como presidente: criar um Estado paternalista que tutelasse material e ideologicamente os cidadãos.

De modo geral, como forma de valorizar seus atributos como governante, Vargas, discursivamente, apresenta ao povo contextos bastante negativos quanto à vida pública do país, fazendo referências ora à natureza inóspita que assola a região nordestina, ora àqueles que desejam minar o progresso nacional, o desenvolvimento da consciência das classes proletárias e a legitimidade do governo. Essa estratégia, como

veremos no próximo capítulo, será também de extrema valia á construção do *ethos* de Vargas.

Ao se referir a seus oponentes políticos, Vargas, em nenhum momento o faz de maneira direta e nominal. De forma estratégica, vale-se de expressões indefinidas, para dar-lhes existência discursiva sem, no entanto, indispor-se diretamente com ninguém, conforme se verifica nas expressões extraídas de [90]: “**ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos**”; e de [91]: “É justificável a sinceridade **dos que encaminham** as suas preferências para outras formas jurídicas,”; e “Não é de espantar, pois, que se **levantem agora, uns e outros**, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental”. Os pronomes indefinidos, nesse contexto, podem-se referir a qualquer indivíduo que se reconheça no discurso. Dessa forma, o orador desonera-se do peso de uma acusação sem provas concretas, o que contribui para a construção de uma imagem positiva de si mesmo, conforme se apresenta no próximo capítulo, e, ao mesmo tempo, cria um imaginário de perigo iminente ao estado de bem-estar social por ele implementado.

É mister destacar também que essa estratégia é fundamental para a construção de um contexto em que se ressalta o fato de que o governante deve atuar de maneira heroica para levar adiante aquilo que considera ser o melhor para a população, pois lida constantemente com uma oposição inescrupulosa e oportunista: “...incompreensível a **atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jôgo de oposição.**”

[90]

¹⁴⁰ Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em tôda a minha vida pública e **ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Discurso II – L 140-141**

[91]

Durante muitos anos a tecla favorita da campanha **dos meus adversários** foi o combate ao nacionalismo da minha política de Governo. Entretanto, foi esse nacionalismo a couraça que defendeu o Brasil contra a incursão dos trustes internacionais.

- 175 É justificável a sinceridade **dos que encaminham** as suas preferências para outras formas jurídicas, como incompreensível a **atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jôgo de oposição**. [...] Não é de
- 180 espantar, pois, que se **levantem agora, uns e outros**, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental – os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para **êles**, só interessa que o petróleo seja nosso, mas... debaixo da terra. **Discurso II – L 171-183**

Os excertos [92] e [93] têm em comum o fato de retratarem a natureza como obstáculo à realização plena dos projetos governamentais. Não bastassem os adversários políticos, Vargas ainda deve enfrentar as intempéries do tempo, em momentos em que o país já passava por problemas de outra ordem, conforme se verifica em [92]: “... **a tantos embaraços a natureza veio ainda ajuntar infausta contribuição**. Em consequência da **sêca desastrosa que assolou o País e principalmente o Nordeste**,” e, em [93]: “... **castigados pela terrível sêca do ano passado**, que em muitas zonas ainda prossegue o seu tormento...”. Vargas busca justificar que a situação negativa predominante nas regiões onde os discursos são realizados é decorrente de imprevistos naturais aos quais todos estão sujeitos, no entanto, principalmente em [93], ele explicita que houve “grandes esforços” para que a situação fosse contornada da melhor forma possível.

A seleção lexical, sobretudo a de sintagmas adjetivais, também é responsável pela reconstituição discursiva do cenário negativo em que se encontrava a população nordestina, em [92]: “embaraços”; “infausta contribuição”, “assolou” e, em [93]: “castigados” e “terrível sêca”.

[92]

- 15 Mas **a tantos embaraços a natureza veio ainda ajuntar infausta contribuição**. Em consequência da **sêca desastrosa que assolou o País e principalmente o Nordeste**, não pudemos contar com os produtos daquela vasta região. **Discurso V – L 13-15**

[93]

O amparo aos nordestinos, **castigados pela terrível sêca do ano passado**, que em
 60 muitas zonas ainda prossegue o seu tormento, exigiu grandes esforços de
 reaparelhamento administrativo e financeiro dos órgãos responsáveis pelo combate ao
 flagelo. VII – L 59-61

Para concluir este item, optamos por reunir dois excertos em que Vargas se vale de uma seleção lexical mais incisiva para criticar seus adversários políticos. Ainda se apoiando na estratégia de dizer sem nomear, ele ataca os responsáveis pela disseminação de um imaginário de descrença e de desconfiança relativas à capacidade do Presidente de contornar o conturbado momento político por que passava o Brasil na década de 1950. Os fragmentos [94] e [95] foram extraídos do mesmo discurso, pronunciado em 31 de dezembro de 1953, e ilustram um momento em que o Presidente, já saturado pelas críticas de que era alvo, apresenta um discurso mais contundente e apresenta-se disposto a enfrentar o embate, tal como se observa em [94]: **“Não teme o Govêrno nem mesmo a acrimônia das atitudes parciais, as asperezas da injustiça, ou a malignidade dos farejadores de escândalos.”**. Ademais, esses mesmos indivíduos são apresentados de forma pejorativa, [95]: “De ânimo sereno e resolutivo cuidou o Govêrno de fazer face a êsses entraves, agindo e trabalhando para resolvê-los, enquanto que **os exploradores das horas amargas** procuravam utilizá-los como **instrumento de seus ódios e interesses e facciosos. Obstnados em ferir o Govêrno** que procurava dar remédio aos males da Nação. Vargas mostra-se novamente disposto a enfrentar os ataques de seus adversário de forma tranquila, como agiria qualquer herói ciente de suas forças e do apoio que recebe da população. Por isso, é que, ao final de [95], a opinião Vargas, transforma no posicionamento do Brasil. Aqui cabe uma ressalva, ao plasmar sua avaliação apreciativa à opinião comum Vargas pode, por um lado, arrogar-se a responsabilidade de agir com porta-voz de um sentimento coletivo, ou, ainda, associar a própria figura ao poder exercido por ele, ou seja, presidente e país constituem uma figura una e indissociável. Independente de qual seja associação, atribui-se ao discurso um caráter de universalidade que ultrapassa o simples posicionamento de um indivíduo que, por ventura, sentisse-se injustiçado.

[94]

- 26 **Não teme o Govêrno nem mesmo a acrimônia das atitudes parciais, as asperezas da injustiça, ou a malignidade dos farejadores de escândalos.** Governamos de portas abertas e acolhemos com a mesma isenção tanto o estímulo do louvor espontâneo, como a vigilância da crítica livre. **Discurso V – L 26-29**

[95]

- De ânimo sereno e resoluto cuidou o Govêrno de fazer face a êsses entraves, agindo e trabalhando para resolvê-los, enquanto que **os exploradores das horas amargas** procuravam utilizá-los como **instrumento de seus ódios e interesses e facciosos. Obstinados em ferir o Govêrno** que procurava dar remédio aos males da Nação. Mas **o**
 205 **Brasil já se cansou dêsses flibusteiros de uma política viciosa e superada,** que antes rondavam à porta dos quartéis e hoje assentam suas vãs esperanças nas agitações demagógicas. **Discurso V – L 201-207**

d) A metáfora- especialmente a da guerra.

O emprego de vocábulos associados ao campo semântico da guerra nos discursos pode ser justificado sob duas vias: a primeira deve-se ao fato de que no período em que se inscreve o segundo mandato de Vargas corresponde ao contexto de Guerra Fria, marcado pela polarização ideológica entre capitalismo e socialismo. O Estado brasileiro, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial (corresponde ao momento da ditadura implementada por Vargas no período entre 1938 e 1945) havia assumido uma posição internacional bastante ambígua: ao mesmo tempo negociava com Estados Unidos e União Soviética – potências antagônicas naquele momento. Ao final, pressionado pelos EUA, acabou ingressando na guerra como aliado de países que defendiam a democracia, quando, de fato, o Brasil internamente caracterizava-se politicamente como uma ditadura.

A segunda possibilidade de explicação para o emprego de elementos linguísticos voltados ao campo semântico da guerra é o fato de que se trata de um lugar-comum

concernente ao gênero discurso político. A política, como é de conhecimento geral, constitui arena privilegiada de embates: de propostas (quando há), de argumentos, de projetos, mas, principalmente, de imagens. Nesse sentido, por meio do discurso, visa-se à desqualificação do outro como forma de exaltação da própria imagem e de valorização de atos que, fora do contexto de “guerra”, não seriam considerados excepcionais.

Apoiado na figura de um presidente que não se furta a ir a campo para defender seus ideais, Vargas, em dados momentos, comporta-se como o capitão de uma tropa em um contexto de guerra. De fato, a guerra existia e as armas de que se valiam as forças políticas antagônicas eram os discursos e as questões ideológicas por eles veiculadas e disseminadas às massas.

O recurso às metáforas associadas ao campo semântico da guerra conferem ao discurso um caráter de virilidade e força as quais, no momento histórico em que foi pronunciado, eram fundamentais ao forjamento não só de uma argumentação consistente e em consonância com demandas da sociedade, mas também de uma imagem sólida de um homem capaz de entregar-se pessoalmente à defesa de suas crenças. Em [96]: “Nestes campos, tantas vêzes talados pelo **tropel das guerras, está travada uma batalha** mais gloriosa e mais fecunda: a da produção. Nela, como em todas as outras, **a vitória há de sorrir** aos gaúchos...”. Observa-se que, diferente do emprego denotativo, a expressão “travar uma batalha”, contextualmente, assume um caráter positivo, porque se trata de uma “batalha mais gloriosa e fecunda”, a qual, invariavelmente levará o povo gaúcho à “vitória”. A luta, nesse sentido, justifica-se por uma finalidade nobre, a de possibilitar aos trabalhadores os benefícios oriundos da legislação trabalhista, erguida como bandeira de luta por Vargas ao longo de toda a sua vida como homem público.

[96]

²⁶⁵ Nestes campos, tantas vêzes talados pelo **tropel das guerras, está travada uma batalha** mais gloriosa e mais fecunda: a da produção. Nela, como em todas as outras, **a vitória há de sorrir** aos gaúchos, para o bem da Nação inteira, para a grandeza e a glória do Brasil. **Discurso III – L 265-268**

No excerto [97], como uma das características do discurso populista, Vargas recorre à exaltação do sentimento de nacionalismo: “Devemos manter vivo e claro o ideal que há vinte anos nos une, que juntos **conduzimos à vitória através de empecilhos de toda sorte, que erigimos em estandarte de luta e em legítimo título de glória para nossa Pátria.**”. Como estratégia recorrente, Vargas busca no passado, no caso, a Revolução de 1930, o ponto de apoio para o desenvolvimento de sua argumentação. Por meio do apelo à memória do auditório, ele busca reascender a motivação para que o povo brasileiro continue se empenhando para a conquista da glória da Pátria, que se concretizará por meio da consolidação das leis trabalhistas.

Vargas procura explicitar que a defesa conjunta dos ideais que orientaram a Revolução de 1930 e que se converteram em ponto de partida para a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é fundamental à edificação de um Brasil mais próspero e justo, conforme se pode observar em: “Devemos congregar-nos em torno das **conquistas** de nossa legislação trabalhista, estendê-las a todos os setores da atividade nacional, vivificá-las constantemente pela fé nos seus propósitos e pela confiança no triunfo dos princípios da justiça social, **em nome dos quais combateremos** e sôbre os quais havemos de construir o Brasil de amanhã.”

[97]

Devemos manter vivo e claro o ideal que há vinte anos nos une, que juntos **conduzimos à vitória através de empecilhos de toda sorte, que erigimos em estandarte de luta e em legítimo título de glória para nossa Pátria.** Devemos congregar-nos em torno das **conquistas** de nossa legislação trabalhista, estendê-las a todos os setores da atividade nacional, vivificá-las constantemente pela fé nos seus propósitos e pela confiança no triunfo dos princípios da justiça social, **em nome dos quais combateremos** e sôbre os quais havemos de construir o Brasil de amanhã. **Discurso IV – L 122-128**

O segundo governo de Vargas, conforme já destacamos no Capítulo I, desenvolve-se em contexto político-social bastante distinto daquele que caracterizou o período do Estado Novo. Tendo de lidar com a nova realidade democrática vigente no Brasil, ele passou a incorporar valores fundamentais do novo sistema ao discurso, o que

possibilitou a um só tempo a adaptação de seus argumentos às expectativas do seu auditório e o que chamamos de “atualização de sua imagem”. Além de inviável seria incoerente naquele momento histórico que um representante político, após haver sido eleito democraticamente, assumisse uma postura totalitária. Tanto é que Vargas atribui à vontade popular o seu regresso a vida política nacional, conforme se observa em [98]: “**Não podendo esquivar-me** aos apelos populares, decidi-me a arrostar as incertezas e as agruras **da batalha democrática**, na serena convicção de que a simpatia das massas e a confiança da gente humilde me bastavam **para a vitória**,”. Assim, com o escolhido pela maioria – um dos princípios sobre os quais se assenta a democracia – Getúlio Vargas assume para si a responsabilidade de liderar um exército composto de “gente humilde” na “batalha democrática” rumo à vitória.

[98]

- 5 **Não podendo esquivar-me** aos apelos populares, decidi-me a arrostar as incertezas e as agruras **da batalha democrática**, na serena convicção de que a simpatia das massas e a confiança da gente humilde me bastavam **para a vitória**, contrariando os prognósticos pessimistas da política profissional. **Discurso VII – L 5-8**

Em [99], Vargas vale-se de uma metáfora que remete ao instrumento democrático – o voto: “A sua **vitória alcançada pelas armas do povo**, sagrou-se historicamente com o enorme progresso do País nestes anos tão intensos, tão ricos de acontecimentos para o Brasil e para o mundo.”. É importante observar que as “armas do povo” a que o orador se refere dizem respeito justamente aos instrumentos de participação democrática, como a eleição direta de representantes políticos, livre associação a sindicatos de classe, entre outros, dos quais foram tolhidos durante a vigência do Estado Novo.

[99]

A sua **vitória alcançada pelas armas do povo**, sagrou-se historicamente com o enorme progresso do País nestes anos tão intensos, tão ricos de acontecimentos para o Brasil e para o mundo.

215 Levar avante o progresso da Nação é uma árdua, mas glorificadora tarefa que nos incumbe. **Não esmorecemos em meio da jornada**, nem daremos ouvidos aos que se detêm num passado de rancores e decepções. **Discurso VII – L 211-216**

Segundo Charaudeau (2008, p. 174), há procedimentos enunciativos que “permitem àquele que fala colocar-se em cena¹⁶, implicar seu interlocutor no mesmo ato de linguagem¹⁷, apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado¹⁸”. É importante considerar que esses procedimentos não ocorrem de forma isolada e isso contribui para que a argumentação, sobretudo no discurso político, constitua-se como um todo complexo. Constituem esses procedimentos:

e) A demonstração da perspectiva pessoal do orador em relação ao enunciado.

Por intermédio de pronomes pessoais de primeira pessoa seguidos de sintagmas verbais modais, de sintagmas adverbiais e de elementos qualificativos o orador pode apresentar a sua avaliação valorativa acerca daquilo que enuncia. Esse procedimento associa-se à estratégia da adjetivação, conforme observamos no fragmento apresentado a seguir:

Verifica-se, no excerto a seguir, o uso de tal procedimento em que o orador se inclui no discurso por meio do emprego do pronome pessoal de primeira pessoa “me” em uma situação que, segundo ele, era composta de “alegrias” e “estímulos”. Também é Vargas quem atribui às comemorações de 1º de maio “especial importância” aos trabalhadores brasileiro. Novamente, reitera-se a sua postura, deliberada ou não, de

¹⁶ Segundo Charaudeau, trata-se da “enunciação elocutiva”, terminologia da Teoria da Enunciação, não utilizada neste trabalho

¹⁷ Trata-se da “enunciação alocutiva”, definida pelo mesmo autor.

¹⁸ Trata-se da “enunciação delocutiva”, definida pelo mesmo autor.

porta-voz da coletividade, sobretudo, porque no desenvolvimento da ação comunicativa é ele quem detém a posse privilegiada da palavra.

Em [100], como característica subjacente a todo o discurso de Getúlio Vargas, nota-se o emprego de sintagmas adjetivais. No excerto, verifica-se também que o emprego do pronome de primeira pessoa **me** (L 2) localiza o enunciado no âmbito da perspectiva pessoal e revela ao auditório a emoção do orador em compartilhar o que o presidente chama de “Festa de significação universal”. Além disso, no fragmento [101], além da adjetivação, verifica-se que o sintagma verbal **saber** (L 162), flexionado na primeira pessoa do plural, contribui para que haja a ideia de responsabilidade compartilhada, de solidariedade. Desse modo, por meio de tal estratégia, o orador implica a participação dos trabalhadores na tarefa de manter e ampliar o patrimônio nacional. Recorrer a esses expedientes, enfim, permite ao orador se valer de argumentos fundamentados no *pathos* e no sistema doxológico do auditório.

[100]

¹ Trabalhadores do Brasil.

É com grande emoção que, mais uma vez, **me** encontro convosco, entre as alegrias e os estímulos do dia consagrado aos obreiros de todo mundo. Festa de significação universal, reveste-se de **especial importância** para os operários brasileiros (...). **Discurso VI - L 1-1**

[101]

¹⁶¹ **Hoje** essa legislação, que permite a harmonia das classes, é o vosso patrimônio **precioso**. **Saberemos** defendê-lo para vós e aumentá-lo para os vossos filhos. **Discurso VI - L 161-162**

f. A denominação do auditório pelo orador.

Empregarem-se pronomes pessoais de segunda pessoa, acompanhados por sintagmas verbais modais, elementos qualificativos e denominações que localizam o orador, o lugar designado por ele ao auditório, bem como a relação que se estabelece entre ambos. De acordo com Charaudeau (2008, p. 176), “as modalidades de tratamento (ou de interpelação) que, ao identificarem o público como cidadão que participa da cena política, legitimam aquele que fala”:

Reconhece-se, no excerto [102] que o modo como o orador se refere ao auditório, por meio do vocativo “Meus amigos” (L 132), denota uma estratégia por meio da qual o orador busca, discursivamente, reduzir sua distância em relação ao auditório. Cria-se, dessa forma, o simulacro de que orador e auditório estejam no mesmo plano de importância no que concerne às conquistas sociais alcançadas durante o governo de Getúlio Vargas. Essa ideia é corroborada ao longo do excerto pelo emprego dos pronomes de segunda pessoa do plural (“vos”, “vossos”, “vosso”, “vossa”).

[102]

Trabalhadores do Brasil. **Meus amigos.**

Ainda **vos** lembrais do tempo em que nenhuma garantia de estabilidade **vos** era atribuída, podendo o operário ser despedido sumariamente após longos anos de serviço; em que na enfermidade, ficáveis abandonados no leito da dor; em que **vos** obrigavam a
 140 trabalhar de sol a sol, anos a fio, sem direito a repouso remunerado; em que vivíeis no constante temor da invalidez, ante a ameaça de um completo desamparo para vossas famílias; em que **vossos** protestos eram abafados nas masmorras policiais. Hoje tudo mudou porque tivestes um Governo sensível aos **vossos** apelos, compadecido dos **vossos** reclamos. E, acima de tudo, um Governo que **vos** fez justiça, porque sois o esteio da nossa produção. Mas tudo isso também foi conquista **vossa**, com o metal da **vossa**
 145 vontade e com o **vosso** espírito de decisão. **Discurso VI - L 136-146**

g. Impessoalização do discurso

Apresentar o enunciado de forma impessoal, como se não fosse de responsabilidade, nem do orador nem do auditório. Nesse sentido, assume o valor de verdade universal. Segundo Charaudeau (2008, p. 179), tal procedimento, “faz o auditório entrar em um mundo de evidência e, empregada no discurso político, paramenta o orador como se fosse um soberano, pois ele é colocado acima da massa e se faz portador de uma verdade estabelecida”.

No fragmento [103], o uso de voz passiva situa o enunciado em um plano de expressão impessoal, uma vez que, em ambas as ocorrências, não há a explicitação do agente da passiva. Nesse contexto, por não nomear o(s) possível(is) referentes do enunciado, Getúlio Vargas, além de desqualificá-lo(s), constrói uma imagem positiva de si, ao evidenciar que as liberdades individuais, até então cerceadas, haviam sido restituídas a quem lhes cabia por direito – os trabalhadores. Em [104], a estratégia para impessoalizar o discurso refere-se ao uso de pronome demonstrativo (**o**) e do sintagma verbal **ver** flexionado na terceira pessoa do plural. Além disso, os sintagmas verbais na forma nominal infinitiva (**provar** e **despojar**) contribuem para a construção de um enunciado impessoal, uma vez que não se referem explicitamente a nenhum sujeito.

No que concerne aos procedimentos indicados de Charaudeau (2008), eles permitem ao orador mobilizar e arranjar o discurso de acordo com suas estratégias, ora expressando opiniões pessoais como forma de atingir o *pathos* do auditório, ora incluindo-o no discurso de modo a engajá-lo nas decisões e, sobretudo, a comprometê-lo com os resultados das ações realizadas em âmbito governamental. Por fim, pode-se, ainda, por meio de tais procedimentos, estabelecer no discurso um caráter universal, o qual, ao assumir o *status* de saber compartilhado, fortalece a argumentação.

[103]

- 31 No plano político, **foi encerrado** o ciclo do caciquismo tradicional, **assegurando-se** plena liberdade ao voto e ao respeito integral às manifestações da vontade popular. **Discurso VI - L 31- 32**

[104]

- 135 **Os** que acusam ou culpam o Govêrno de inação ou de omissão não **vêm** que de tempos para cá houve quase o propósito deliberado de **provar** e **despojar** o aparelho administrativo de meios e instrumentos indispensáveis para a realização de seus encargos. **Discurso VI - L 132-135**

Além do que até aqui foi observado, não se pode deixar de ressaltar que todo processo de comunicação baseado no uso da palavra acarreta a construção de uma imagem, de modo que, deliberadamente ou não, o orador efetua em seu discurso uma apresentação de si, que pode ser manipulada segundo os interesses dele e a partir de argumentos que atendam às expectativas do auditório. Assim, em diversas esferas da vida em sociedade e, sobretudo, nos atos de exposição pública – como os discursos políticos pronunciados em comícios e propagandas eleitorais divulgados pelos meios de comunicação de massa – é fundamental ao orador construir e/ou corroborar uma imagem positiva de si mesmo como parte necessária ao processo de convencimento de seu auditório.

Dessa forma, o estudo da argumentação e das técnicas empregadas em seu desenvolvimento é fundamental à construção do discurso e, para nós, o ponto de apoio sobre o qual se assenta a construção da imagem pública de Getúlio Vargas. Assim, compreender os mecanismos por meio dos quais os argumentos são estruturados, permite-nos analisar de que forma participam, não só da caracterização do discurso populista, mas, sobretudo, do ethos sui generis de Vargas, o qual analisamos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* NOS DISCURSOS DE GETÚLIO VARGAS

CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* NOS DISCURSOS DE GETÚLIO VARGAS

Quero falar da descoberta que o eu faz do outro. [...] Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separá-los e distingui-los de mim.

(TODOROV)

Em se tratando de discursos políticos, muitas estratégias são mobilizadas com o objetivo de construir uma imagem positiva do orador junto auditório. Desde a pesquisa de campo, que busca identificar as necessidades dos indivíduos de determinadas regiões, até a contratação de “marketeiros”, que se responsabilizam pela construção da imagem dos políticos, indicando a eles como agir em situações prototípicas como debates entre candidatos e o corpo a corpo com o eleitorado, por exemplo. Nesse sentido, Mota e Braick (1998, p. 101) chamam a atenção para o fato de que:

A manipulação do imaginário social, para a construção da imagem daquele que irá ocupar o poder, é particularmente importante. Na maioria das vezes, não basta mostrar apenas a verdade. Os responsáveis pela representação “gráfica” dos candidatos, ou seja, os marketeiros políticos tinham de convencer o eleitor. Em certa medida, funções semelhantes às dos marketeiros contemporâneos foram exercidas na modernidade pelos teóricos do Absolutismo. Eles justificavam o poder dos reis baseados em teorias filosóficas que certamente refletiam o desejo das camadas sociais interessadas na manutenção da autoridade centralizada. Mas, na verdade, esses pensadores fizeram mais do que “vender” a imagem da realeza. Eles empreenderam uma profunda reflexão sobre o Estado e a política, procurando chegar a conclusões acerca do modelo ideal da Nação e de poder.

Torna-se evidente, pois, que a preocupação em construir uma imagem adequada de si é fundamental ao exercício eficiente da vida pública dos indivíduos e, por isso, não

se trata de uma demanda exclusiva do mundo contemporâneo. No caso de Getúlio Vargas, por exemplo, o processo o qual nos propomos a analisar teve início no período de seu primeiro governo (1930-1945), principalmente, naquele que compreende o Estado Novo (1937-1945). Trata-se de um processo ocorrido há mais de meio século, mas que permite observar aquilo que pode conduzir à construção de uma imagem pública, conforme tratamos a seguir.

3.1 Estado Novo: o início da construção da imagem pública de Getúlio Vargas

Sob o pretexto de que a soberania do país corria sérios riscos, dada a iminência da ascensão do comunismo em terras brasileiras, Getúlio Vargas conseguiu agregar diferentes segmentos da sociedade civil e das forças armadas sob sua tutela, de modo a conquistar o apoio necessário ao estabelecimento do Estado Novo. Com a implantação do novo regime, o esquema político-administrativo de Vargas passou a se apoiar em três pilares fundamentais: políticas estatais intervencionistas, departamentos administrativos e departamentos de propaganda.

Como forma de fortalecer a atuação governamental junto às massas e de controlar de perto opiniões que fizessem oposição ao sistema político implementado por Vargas pós-Revolução de 30, em dezembro de 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda com o intuito de ampliar a capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Vinculado diretamente à Presidência da República, produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e de Vargas, de modo a promover a identificação entre ele, o país e o povo. Dessa forma, de acordo com D'Araújo (2004, p. 29) “centenas de obras apologéticas sobre Vargas e sua vida eram distribuídas nas escolas para doutrinar as crianças e os jovens.”.

Em função da abertura democrática iniciada no país a partir das eleições de 1945, os instrumentos coercitivos dos quais Vargas se utilizava para promover sua imagem e a do extinto Estado Novo obsoleceram-se, de modo que foi preciso criar uma forma de legitimação do poder recém-estabelecido que fosse inteligível à população

brasileira da época e que fizesse jus às demandas da incipiente democracia que novamente se estabelecia .

Nesse momento da história do País, é importante destacar que a população brasileira apresentava altos índices de analfabetismo e era majoritariamente rural, conforme se verifica nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), referentes ao ano de 1940 e sistematizados nos gráficos 01 e 02, respectivamente.

Gráfico 1 – Comparativo da taxa bruta de alfabetização por gênero da população brasileira com 5 anos ou mais – 1940–2000. (Fonte: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_1.pdf> - Acessado em 20/10/10.)

Gráfico 02 – Comparativo entre a população rural e urbana no Brasil – 1940 – 1997.
(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/1997.)

A partir da análise dos dados apresentados em ambos os gráficos, verificamos que a população adulta em 1940 era majoritariamente analfabeta e residente no campo, distante dos centros produtores e disseminadores de informações. Tratava-se de um significativo contingente de brasileiros alijados de recursos mínimos necessários à construção de um posicionamento político consistente e solidamente embasado. Não havia disponibilidade de educação formal e de instrumentos de informação por meio dos quais os indivíduos pudessem formular opiniões sobre a situação política do país, como jornais impressos ou rádio, que se tornava gradativamente o meio de comunicação mais popular da época.

Devido a essa configuração peculiar da sociedade brasileira, foi preciso criar uma imagem do governo que pudesse ser apreendida por esse significativo estrato da população, dado que, segundo Carvalho (2005, p. 10-11):

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem

atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. [...] Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas.

A manipulação do imaginário social é imprescindível em situações em que se busca legitimar um regime político fundamentado em questões ideológicas características de cada sociedade. A partir delas é que se constroem imagens capazes de definir paradigmas de comportamento e desencadear um processo de unidade social centrada no reconhecimento de uma autoridade legitimamente constituída.

Seguindo a estratégia de forjar símbolos e mitos, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e seu principal meio de expressão, a revista *Cultura Popular* foram fundamentais, porque, além de interferir e fomentar as mais diversas manifestações culturais (desde festas populares como a do Dia do Trabalho até propagandas do regime em voga), o DIP atuava também como órgão censor do Estado. Desse modo,

Tanto na revista *Cultura Política* como nos discursos oficiais do Primeiro de Maio, o Estado Novo deixa transparecer uma nova forma de se relacionar com a sociedade brasileira, sobretudo com os setores populares. Houve uma valorização do trabalho como atividade, representado como moralmente dignificante, e da própria figura do trabalhador, visto como peça fundamental da sociedade brasileira. O regime estadonovista, durante toda a sua existência, fez esforços consideráveis para ter apoio desse estrato social. (SOUZA, 2008, p. 23)

Nesse cenário de extremo controle da produção artística e cultural do País, até a comemoração do Dia do Trabalho passou a figurar no calendário oficial do regime ditatorial estabelecido por Vargas a partir de 1937. Esse se tornou, tradicionalmente, o momento de aproximação do presidente com os trabalhadores: almoçava com eles,

comportava-se como um igual. Momentaneamente, as relações horizontalizavam-se e as hierarquias sociais eram, por meio de uma dissimulação estratégica, abolidas.

Ainda, em conformidade com o pensamento de Ferreira (2001, p. 94):

[...] os governantes, armados com variados dispositivos “simbólicos” de dominação ideológica, em alguns casos psicológica, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando inclusive, as suas mentes.

Vejamos, a seguir, algumas imagens relativas às comemorações do 1º de Maio durante a vigência do Estado Novo no Brasil, que, de alguma maneira, prestavam-se à exaltação da figura de Vargas e de sua política populista alicerçada sobremaneira no apoio da camada proletária da sociedade.

Imagem 5 – Manifestação cívica no Dia do Trabalho em homenagem a Vargas no estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1941. (Fonte: Acervo CPDOC - FGV - RJ Arquivo Gustavo Capanema)

O pensamento social da chamada Era Vargas baseava-se na simples equação: governo forte = povo disciplinado. Nesse sentido, a ação planejada do DIP foi responsável por transformar Getúlio Vargas em um mito. Assim, o culto ao chefe cumpria a função de apresentar o Estado Novo como um modelo de eficácia e de racionalidade. Os organismos de propaganda do regime produziram um verdadeiro culto à personalidade do líder político, em torno da ideia de um Getúlio carismático, um ser dotado de qualidades excepcionais, onipresente e onisciente, que, ao mesmo tempo, era humano, simples e acessível. Era, por fim, um líder que personificava os interesses do povo e os exprimia.

Nesse sentido, verifica-se, na imagem 01, que o cartaz empunhado pelos trabalhadores de uma organização operária de Bangu, nas manifestações do dia do trabalho, presta uma homenagem direta ao presidente. É bastante significativo o fato de que, em se tratando de uma comemoração ao trabalhador, o homenageado seja o presidente e não os operários. Corrobora-se, desse modo, a política personalista sobre qual se assentou o primeiro governo (1930-1945) de Getúlio Vargas. A defesa dessa postura foi crucial à sua volta ao poder cinco anos mais tarde, na condição de Presidente eleito pela vontade popular, como se revela na análise feita por Ribeiro (2001, pp. 7-8), referindo-se ao contexto em que se desenvolveu a campanha eleitoral do segundo mandato (1951-1954) de Vargas:

Getúlio era procurado por pessoas de todas as correntes que queriam seu apoio. Mas também por gente diferente dos velhos chefes políticos, emissários do PTB que chegavam não para pedir, mas para oferecer apoio. Eram pessoas modestas, nem todos operários, muitos funcionários públicos, que deviam a Getúlio a possibilidade, antes inexistente, para uns de ter a proteção da lei trabalhista; para outros, de inscrever-se e, concurso para o serviço público, classificar-se bem e alcançar uma nomeação sem favoritismo. Boa parte do PTB compunha-se de pessoas que o queriam de volta.

De acordo com Capelato (1999, p. 168), em regimes como o Estado Novo, “a propaganda atua no sentido de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões¹⁹.”

¹⁹ Consideramos de extrema relevância tratar das paixões (*pathos*) no processo de convencimento do auditório, por isso, no trabalho final, dedicaremos parte do capítulo à discussão delas como estratégias argumentativas.

Os sentimentos, fenômenos de longa duração são manipulados de forma intensa a fim de produzir forte emoção.”. Essa é uma característica que foi forjada durante o primeiro mandato e que, no segundo, será uma das características que suportarão a imagem pública de Vargas: o apelo às paixões do auditório e a exploração excessiva de argumentos de natureza emocional.

Imagem 6 – Cartaz produzido pelo Departamento Nacional de Propaganda por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho, 1942. (Fonte: Acervo CPDOC - FGV - RJ - CDA / Vargas)

Ainda, conforme adverte Capelato (1999), a criação do DIP demonstra o grau (e os limites) da influência dos regimes totalitários europeus (nazismo e fascismo) sobre o Estado Novo. Nesse sentido, compartilhamos da posição da autora, segundo a qual, o varguismo não se define como um regime fascista, mas é preciso levar em conta a inspiração das experiências alemã e italiana nesse regime, especialmente no que se refere à propaganda política, assim, a utilização dos instrumentos de propaganda do Estado foi responsável por criar, disseminar e concretizar uma imagem irreparável de Vargas.

O modo como as ações governamentais eram apresentados levavam a uma relação indissociável entre as benfeitorias sociais e o Governo que as promoveu. Observamos nos cartazes reproduzidos acima, que se destaca que as leis de que gozam os trabalhadores brasileiros são frutos da “iniciativa própria” de Vargas, quando, em realidade, faziam parte de um projeto que visava a cooptação das massas operárias via sindicalização e regulamentação das relações de trabalho por meio da Consolidação das Leis de Trabalho, a CLT, a qual se tornou marco fundamental da política trabalhista defendida por Getúlio Vargas durante ambos os períodos em que governou o Brasil.

Imagem 7 – Concentração trabalhista de 1º de Maio no estádio do Pacaembu, São Paulo, 1944. (Fonte: Acervo CPDOC - FGV - RJ - CDA / Vargas)

Após a instauração do Estado Novo, teve início um programa governamental de propaganda política e de festas cívicas que visavam ao engrandecimento da imagem de Vargas e à majoração do espírito de nacionalidade. Dessa maneira, quando o Brasil entrou na Segunda Mundial, ao lado dos aliados, contou com o apoio popular – apesar da contradição existente nesse fato: “aderindo à Guerra ao lado dos governos democráticos, Vargas deixava transparecer mais uma contradição: era um ditador de um país combatendo as ditaduras de outros países.” (D’Araújo, 2000, p. 30) A partir desse

contexto, é possível reconhecer uma adesão “cega” dos trabalhadores – como se observa na faixa presente na Imagem 7 – às ações do governo, mesmo quando isso representa uma séria incoerência entre as políticas internas e externas do Brasil.

Ademais a sindicalização dos operários, fortemente estimulada pelo governo, é o que lhe possibilitava controlar-lhes o ímpeto por participação na vida política, ou seja, por meio da cessão de direitos trabalhistas, o governo atendia a uma demanda legítima da massa, sem necessariamente permitir-lhe uma participação efetiva e legítima na condução da vida pública nacional, dado que

A liberdade sindical, dentro dessa perspectiva, limitava-se ao direito de o trabalhador se ver representado pelo seu sindicato, não significando maior autonomia sindical. Essa autonomia não seria necessária, pois dentro do espírito de concórdia propalado pelo trabalhismo, não haveria como justificar a desvinculação dos sindicatos da estrutura estatal. (D'ARAÚJO, 1982, p. 89)

Seguindo seu projeto de construir um complexo sistema de construção e de corroboração de uma imagem adequada não só do novo sistema que se estabelecia, mas também de si mesmo, desde que assumiu o governo do Brasil, Getúlio Vargas compreendeu a importância de implantar um sistema de educação a serviço da produção de uma cultura política voltada para a legitimação e a sustentação do Estado Novo. De fato, desde a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o Governo Provisório (1930-1934), as esperanças depositadas na educação vinham ampliando a intervenção crescente do Estado no âmbito da educação nacional, colocando-a no centro de um imaginário político informado pelo “novo” e “moderno”, o que levou Vargas a elegê-la como o maior problema do Brasil.

Dessa forma, além do DIP, o Ministério da Educação e Saúde Pública, teve papel fundamental na construção da imagem pública de Vargas, o qual defendia uma postura nacionalista centrada na responsabilidade social dos trabalhadores. Para tanto, foram mobilizados elementos propagandísticos em todos os setores de comunicação, incluindo-se os livros didáticos e manuais como os que foram produzidos pelo DIP, como *O Brasil Novo: Getúlio Vargas e sua vida para crianças brasileiras* e o álbum *A juventude e o Estado Novo*.

A importância do *ethos* no discurso constitui um objeto de estudo desde a Antiguidade e o modo como o entendemos hoje merece destaque.

3.2 Da Antiguidade ao presente: perspectivas teóricas sobre a constituição do *ethos*

Nossa investigação a partir dos estudos acerca do *ethos* realizados na Antiguidade Clássica permitiu-nos identificar, naquele período, uma configuração dicotômica de tal objeto. Por um lado, havia a concepção defendida por retores como Cícero e Isócrates de que o *ethos* era um elemento existente *a priori*, ou seja, construído anteriormente ao discurso. Para os defensores de tal posicionamento, o orador só poderia se mostrar sincero, amável e honesto se, *de fato*, esses predicados pertencessem ao seu caráter. De outro, erigia a noção aristotélica, segundo a qual, o orador, com o fito de conquistar a adesão de seu auditório, deveria tão somente *mostrar-se* honesto, amável e sincero sem que necessariamente o fosse. A Retórica aristotélica aponta para a existência de um *ethos* moral e de outro objetivo, os quais convivem necessariamente e constituem a força persuasiva do *ethos*. O primeiro engloba atitude e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; o segundo reúne característica como hábitos, modos e costumes ou caráter.

Associando-se à perspectiva defendida por Aristóteles, Reboul (2004, p. 48) defende que:

[...] o *etos*²⁰ é um termo moral, “ético”, e que é definido como caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha de veras. O fato de alguém parecer sincero, sensato e simpático, sem o ser é moralmente constrangedor; no entanto, ser tudo isso sem saber parecer não é menos constrangedor, pois assim as melhores causas estão fadadas ao fracasso.

Reconhecemos nessas concepções que a prova forjada pelo *ethos* caracteriza-se pela preocupação em causar boa impressão por meio do modo como se articula o discurso e da construção de uma imagem de si capaz de convencer o auditório e de lhe

²⁰ Embora tenhamos optado pelo emprego da forma *ethos*, mantivemos a grafia adotada pelo tradutor.

ganhar a confiança. O *ethos*, desse modo, relaciona-se à própria enunciação e não a um saber extra-discursivo sobre o orador. Assim, Aristóteles (op. cit., p. 33) destaca a importância do caráter do orador relativamente ao processo de persuasão do auditório:

Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral, mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. É preciso também que este resultado seja obtido pelo discurso sem que intervenha qualquer preconceito favorável ao caráter do orador. Muito errônea é a afirmação de certos autores de artes retóricas, segundo a qual a probidade do orador em nada contribuiria para a persuasão pelo discurso. Muito pelo contrário, o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência.

Ainda segundo Aristóteles, contribuem para o processo de convencimento do auditório as seguintes instâncias: a capacidade de agir ponderadamente (*phronésis*); apresentar-se de maneira simples e sincera (*arété*); ser amável e transmitir uma imagem agradável de si (*eunóia*). Assim, de acordo com essa concepção, o *ethos* se constituía no e pelo discurso, sendo, portanto, discursivo. É necessário atentar para a advertência do autor de que essas qualidades não são expressas no discurso, mas são perceptíveis nas entrelinhas, são apreendidas pelo conjunto do discurso e pela performance do orador, inclusive no que diz respeito à capacidade de forjar uma imagem positiva de si.

Contemporaneamente, no entanto, os estudos sobre o assunto postulam a possibilidade de se considerarem ambas as perspectivas, que, antes de se excluírem, complementam-se. Nesse sentido, é importante destacar que os pontos de vista teóricos adotados por Meyer (2007) e Charaudeau (2008), por serem análogos, tornam-se mais adequados aos objetivos deste estudo, uma vez que privilegiam uma abordagem, a nosso ver, mais complexa do conceito de *ethos*.

Segundo Meyer (2007, pp. 34-35, grifos do autor):

O *éthos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. As virtudes morais, a boa conduta, a confiança que tanto umas quanto outras suscitam conferem ao orador uma *autoridade*. O

éthos é o orador como princípio (e também como seu argumento) de autoridade. A ética do orador é seu “saber específico” de homem, e esse humanismo é a sua moralidade, que constitui fonte de autoridade. Evidentemente, liga-se ao que ele é e ao que ele *representa*.

Para Meyer, existe uma relação indissociável entre aquilo que o orador é a imagem que ele constrói discursivamente. Por meio da coadunação entre essência e matéria, para utilizar os termos aristotélicos, é que orador pode ou não tornar-se digno de crença por parte do auditório. A conduta moral ilibada é, nesse caso, o mais significativo argumento de autoridade de um indivíduo que objetiva fazer-se crer.

E de acordo com Charaudeau (2008, p. 115, grifos do autor):

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem de sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem.

Ambas as perspectivas sobre *ethos*, por coadunarem as concepções projetadas por Cícero e Aristóteles, oferecem interessante contribuição ao nosso trabalho ao permitirem que se identifiquem os conceitos de “*ethos* projetivo” (construído pelo auditório a partir de referências sobre o orador e com base no imaginário coletivo) e de “*ethos* efetivo” (relacionado ao sujeito/orador em sua ação real durante o ato discursivo), simultaneamente. Segundo Motta e Salgado (2008, p. 15, grifos das autoras): “O *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador *antes* mesmo que ele fale.”.

Não se pode deixar de mencionar a relevância de uma abordagem sobre o *pathos*, dada a correlação existente entre este e o *ethos*. Assim, elaboramos o esquema a

seguir que tem como propósito ilustrar a relação efetividade / projetividade na relação entre orador e auditório no que tange à construção do *ethos* e do *pathos*, respectivamente.

Esquema 1 – Projeções do *Ethos* e do *Pathos*

Por meio do esquema, podemos reconhecer a existência de uma relação especular entre orador e auditório. Tanto um quanto outro, localizados nas extremidades da cadeia comunicativa, projetam a imagem um do outro. O orador faz uma imagem de si mesmo, bem como do auditório que, por sua vez, age da mesma maneira, criando uma imagem de si e uma do orador. Dessa forma, tem-se constituído o que chamamos *ethos* projetivo que será ou não corroborado durante o ato discursivo e as trocas, inerentes ao processo, realizadas entre orador e auditório, dando base para a construção, naquela situação discursiva, pelo menos, do *ethos* efetivo. Assim, segundo defende Amossy (2005, p. 13),

A função da imagem de si e do outro construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional. Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro.

O *ethos* será, conforme esquematizamos a seguir, considerado neste trabalho sob dois aspectos: a) a imagem do orador como produto de seu discurso; e também b) como um jogo complexo de interações em que se mesclam, de um lado, a imagem do orador construída pelo auditório, com base sobretudo no imaginário coletivo e nas representações sociais, e, de outro, a concepção que orador tem de como é avaliado pelo auditório, englobando-se, assim, as relações de efetividade e projeção, apresentadas no esquema 1.

Para Motta e Salgado (2008), o *ethos* de um discurso é resultado da interação de diversos fatores, entre os quais se destacam o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* mostrado. A concepção e a distinção de um e de outro assim se apresentam:

A distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos efetivo*, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias. (MOTTA E SALGADO, 2008, pp. 18-19)

A partir dessas considerações, as autoras apresentam um esquema (que tomamos a liberdade de reproduzir à continuação) no qual sistematizam as relações de interação entre *ethos* efetivo, *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo.

Esquema 2 – Formação do *ethos* efetivo a partir das relações de interação entre distintos *ethé* (MOTTA E SALGADO, 2008, p. 19)

Em se tratando especificamente do discurso político, é fundamental considerar que “os *temas* e o *estilo* escolhidos devem ser apropriados ao *ethos* do orador.” (EGGS, 2005 pp. 29-30, grifos do autor) Em primeira instância, o sujeito falante assume o papel social, assentido pelo auditório, de locutor e é esse posicionamento que lhe assegura a legitimidade necessária para que seu discurso seja crível. Como decorrência desse processo, o próprio orador constrói para si uma identidade discursiva que vise a satisfazer as expectativas do auditório. Evidencia-se, assim, que o sentido veiculado pelas palavras depende, concomitantemente, daquilo que o indivíduo é e daquilo que ele diz. Charaudeau (2008, p. 115)

Nesse sentido, destaca-se o fato de que o *ethos* apresenta um aspecto projetivo – relacionado ao imaginário social coletivo do auditório (conforme apresentado no esquema 1, à página anterior), o qual tende a estabelecer “modelos ideais” (daí a noção de virtualidade) que se enquadrem em situações prototípicas mais ou menos definidas a partir de práticas discursivas cotidianas e de critérios contextuais; e um aspecto material

– corporificado pela presença física do orador a qual pode ou não corresponder à imagem pré-concebida pelo auditório.

A coincidência entre a projetividade e a materialidade do *ethos*, mormente no caso dos discursos políticos, é imperativa, a fim de que o processo de legitimação das ideias defendidas pelo orador encontre menos resistência, dado que o seu auditório não é homogêneo e que, por isso, o discurso precisa, de alguma forma, ser fortalecido contra as eventuais objeções daqueles que não concordam com as teses postuladas pelo orador. Desse modo, ao considerar essa categoria de discurso, não é possível dissociar o *ethos* projetivo do efetivo, visto que “a maneira de apresentar as ideias tem o poder de construir imagens.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 118)

No processo de constituição do *ethos*, é imprescindível haver, além da credulidade, consonância entre imagem e orador. A primeira relaciona-se ao fato de que é condição de existência do político a crença em sua capacidade de realizar algo; ademais, o segundo elemento vincula-se à identificação entre a imagem virtualmente construída e a materialmente mostrada pelo orador para que haja a adesão do auditório. Assim, a partir dessa consideração, Charaudeau estabelece duas categorias de agrupamento do *ethos*: os *ethé de credibilidade* – fundamentados no *logos*; e os *ethé de identificação* – relacionados ao *pathos*. Procederemos, a seguir, à explanação teórica de cada um dos *ethé* supramencionados, simultaneamente à análise de excertos do corpus que a ilustrem.

3.2.1 *Ethé* de Credibilidade: o convencimento do auditório por meio do *logos*

A credibilidade relacionada à imagem social do orador não é algo só existente *a priori*, é também construída a partir do discurso, ou seja, é preciso não só que o orador se sinta e se apresente como digno, amável, capaz, ético, solidário, inteligente, humano, justo, coerente, sério, honesto, crível, entre outros predicados, mas, principalmente, que o auditório o avalie como tal. Relaciona-se, desse modo, à construção de um discurso transparente, eficaz e crível. Assim, sobretudo na esfera política,

um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de performance), e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). (CHARAUDEAU, 2008, p. 119)

Esse fato pode ser mais bem ilustrado a partir do recorte a seguir, do discurso de Getúlio Vargas, em Volta Redonda, no dia 1º de maio de 1953:

[105]

Obra de meu Governo, consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas, é-me grato comemorá-la no vosso convívio neste vale promissor, onde também há um
¹⁰ decênio, tive a satisfação de lançar as bases dessa poderosa oficina do progresso nacional. **Discurso VI - L 7-11**

Verifica-se, a partir da análise do excerto, que Getúlio Vargas, não só recupera um saber socialmente compartilhado, como também, por intermédio da autorreferência a obras realizadas, inclusive na gestão anterior, constrói junto ao auditório um *ethos* de eficiência e, mais do que isso, de honestidade e de retidão no que se refere ao cumprimento de promessas – o poder fazer: [105] “Obra de meu Governo, consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas”. (L 7-8) Torna-se evidente, por conseguinte, que a credibilidade, por ser oriunda de um julgamento do auditório, está intrinsecamente relacionada à explicitação da capacidade e da legitimidade do orador de transformar o próprio discurso em ação.

Como uma estratégia recorrente à totalidade dos discursos analisados, observamos que Vargas alterna as referências a si mesmo ora em 1ª ora em 3ª pessoa. No caso do excerto [105], a referência a uma obra realizada durante seu primeiro mandato em 1ª pessoa “Obra de *meu* governo” (L 7) identifica o sucesso da ação governamental à figura do homem público Getúlio Vargas e fortalece sua figura pública de competência.

Chamamos atenção também, em especial neste fragmento, para a adjetivação atribuída pelo orador aos seus feitos: “consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas”. (L 7-8) Também como uma estratégia recorrente a todos os discursos de Vargas, houve um autoelogio que reforça a ideia de competência e agilidade, características indispensáveis ao político que pretende dar segmento ao projeto desenvolvimentista iniciado no primeiro mandato. Ademais, por se dirigir aos trabalhadores – um auditório particular, portanto – o orador tem a possibilidade de selecionar argumentos que lhes sejam sensíveis ao assentimento. Reforça-se, por meio de tal processo, a imagem do orador perante o auditório e seu discurso se fortalece (por dizer aquilo que os trabalhadores querem ouvir) e ganha legitimidade dos trabalhadores, parcela fundamental ao estabelecimento das bases populistas sobre as quais se fundam a política varguista.

O fato de o discurso haver sido pronunciado em Volta Redonda é bastante significativo e emblemático à população brasileira e ao próprio Vargas, pois ele, há dez anos, havia lançado ali as bases para a construção da usina de Volta Redonda que, naquele momento, constituía-se “poderosa oficina do progresso nacional”. (L 10-11)

Em referência aos *ethé* de credibilidade, Charaudeau (2008) apresenta as seguintes categorias, *ethos* de sério, *ethos* de virtude e *ethos* de competência, as quais serão retomadas por nós e aplicadas à análise do corpus. Nesse sentido, objetivamos ultrapassar a descrição taxonômica e explorar os elementos linguísticos que permitam reconhecer a construção discursiva de cada um dos *ethé* em suas especificidades.

3.2.1.1 *Ethos* de “sério” – relaciona-se, de maneira apriorística, às definições peculiares a cada contexto sócio-histórico sobre o que se considera ou não sério. Constitui-se por meio de indícios não verbais como: rigidez na postura corporal, expressões pouco sorridentes e gesticulações comedidas²¹, os quais denotam “capacidade de autocontrole”, além de “grande energia e capacidade de trabalho e onipresença em todas as linhas de frente da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem”.

²¹ No caso específico de nosso corpus, por se tratar de um discurso transcrito, os índices não verbais não puderam ser recuperados para análise.

(CHARAUDEAU, 2008, p. 120) Ademais, fazem parte de tal *ethos* os indícios verbais como um discurso em que predomine um tom convicto e sem arroubos passionais, no qual não haja frases de efeito e que o repertório linguístico seja adequado ao contexto de produção. Também concorrem para a construção desse *ethos* as declarações a respeito de si mesmo, sobre as ideias que norteiam o político. A constituição do *ethos* de “sério” pode ser identificada no discurso de Getúlio Vargas a partir da análise o fragmento abaixo:

[106]

- 30 Meu Governo realizou reformas substanciais, de estrutura, que mudaram a fisionomia do país. No plano político, foi encerrado o ciclo do caciquismo tradicional, assegurando-se plena liberdade ao voto e ao respeito integral às manifestações da vontade popular. No plano social, os trabalhadores obtiveram o reconhecimento de seus direitos e a satisfação de suas mais justas reivindicações. No plano econômico, o Brasil
35 superou a condição de país subdesenvolvido, com a sua produção sacrificada pelo emprêgo de métodos semicoloniais, caminhando para a auto-suficiência, com a criação das indústrias de base. Dêsse esforço para o soerguimento da economia brasileira, Volta Redonda é um testemunho grandioso. **Discurso VI - L 30- 38**

Ao longo do excerto [106], observamos que há, como em considerável parte dos discursos que compõem o corpus, a apresentação de um cenário degradante da situação brasileira, anterior à segunda ascensão de Vargas ao poder, como verificamos em: “foi encerrado o ciclo do caciquismo tradicional” (L 31-32) e “o Brasil superou a condição de país subdesenvolvido, com a sua produção sacrificada pelo emprêgo de métodos semicoloniais” (L 35-36). Tal estratégia, por meio da qual o orador desqualifica a imagem do outro para enaltecer a sua própria, permite a Vargas atribuir a seus feitos como gestor do país um caráter grandioso, inigualável e insuperável por qualquer outro político existente antes na História do Brasil. Lançam-se, assim, as bases para a construção do imaginário de um país imponente, desenvolvido e em conformidade com as demandas do mundo moderno, com um povo igualmente afinado a ele.

No que concerne aos índices verbais, nesse recorte, o *ethos* de “sério” constitui-se uma estratégia prevista, por intermédio da autorreferência tanto às realizações nos

âmbitos político, econômico e social, como a si mesmo, as quais explicitam ao auditório o ideário que orienta o fazer político de Vargas. Nesse sentido, elogiar Volta Redonda, significa promover um elogio a si próprio.

O sintagma nominal “Meu Governo”, (L 30) que inicialmente poderia denotar certo distanciamento entre enunciador e enunciado, nesse contexto, tal como em [30], implica o enaltecimento do primeiro, uma vez que, fundamentados no *logos*, os argumentos decorrentes explicitam ao auditório o caráter desenvolvimentista do governo: “reformas substanciais, de estrutura, que mudaram a fisionomia do país” (L 30-31); “No plano econômico, o Brasil superou a condição de país subdesenvolvido”. (L 35-36)

Além disso, por parte do orador, há a preocupação de *se mostrar democrático*: [134] “No plano político, foi encerrado o ciclo do caciquismo tradicional, assegurando-se plena liberdade ao voto e ao respeito integral às manifestações da vontade popular.” (L 31-33). Cabe retomar aqui a concepção aristotélica de *ethos*, segundo a qual o orador deve mostrar, por meio de seu discurso, predicados que estejam em sintonia com as expectativas do auditório, sem que necessariamente seja possuidor delas.

A divisão operada por Getúlio Vargas em três planos de análise: político, social e econômico atribui ao discurso um caráter didático que facilita a compreensão do auditório sobre as linhas de atuação do governo, além de se destacar como característica fundamental do discurso político, sobretudo do populista, a prestação de contas.

3.2.1.2 *Ethos* de “virtude” – constitui uma condição *sine qua non* ao político, porque ele, ao estabelecer uma relação especular com o povo, sobretudo em nações nas quais predomina o sistema democrático, deve servir-lhe como paradigma. Devido a esses fatores, exige-se que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal. Esse gênero de imagens se constrói através do tempo e é fundamental saber se o político seguiu a mesma linha de pensamento e de ação. Desse modo,

(...) o *ethos* de “virtude” se faz acompanhar por uma atitude de respeito para com o cidadão: o político deve ser transparente, não deve se valer de embustes, deve ser direto. Assim, às vezes, o vemos reivindicar para si uma total transparência. (CHARAUDEAU, 2008, p.122)

Considerando-se o corpus sob análise, essa característica se revela no seguinte fragmento:

[107]

Sois um exemplo de labor produtivo e disciplinado, em que encontro novos estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do meu Governo – a de atender às necessidades e reclamos do proletariado nacional, em cujo espírito de ordem,
 45 devotamento ao trabalho e respeito às instituições sempre confiei.
 Nesse sentido, **tomei** as medidas que cabiam ao Executivo, encaminhando outras que importam na promulgação de leis, ao Congresso, do qual está dependendo a sua concretização. **Cuidei** de assegurar aos sindicatos plena liberdade na defesa dos interesses dos seus membros, quer perante as autoridades administrativas, quer junto aos
 50 órgãos do Poder Judiciário. **Restabeleci** a liberdade sindical, garantindo aos trabalhadores o direito de livre escolha de seus dirigentes, cujas eleições já se realizaram sem qualquer interferência do Poder Público. **Discurso VI - L 42- 52**

A imagem de honestidade e de compromisso com os ideais políticos fundamenta-se sobretudo no uso de sintagmas verbais flexionados no pretérito perfeito do indicativo: [107] “(...) **tomei** as medidas que cabiam ao Executivo” (L 46), “**Cuidei** de assegurar aos sindicatos plena liberdade na defesa dos interesses dos seus membros” (L 48-49), “**Restabeleci** a liberdade sindical, garantindo aos trabalhadores o direito de livre escolha de seus dirigentes”. (L 50-51)

Cabe destacar, ainda, que a seleção do tempo e do modo verbais corrobora a ideia de que o governo vinha agindo de acordo com as suas promessas e com as expectativas daqueles que o elegeram. Semanticamente, os sintagmas verbais flexionados no pretérito perfeito do indicativo indicam que as ações do governo já foram concretizadas em um momento anterior ao de seu pronunciamento. Ademais, estabelece-se uma relação de causa e consequência (positiva) aos trabalhadores a partir das ações praticadas pelo governo, conforme esquematizado a seguir:

A flexão de sintagmas verbais na 1ª pessoa do singular promove o amalgamento entre Governo – entidade abstrata e representante do poder, política – e a pessoa de Getúlio – concreta e cidadã. Novamente, o orador se vale da estratégia de transfigurar para si, como indivíduo, características oriundas de sua atuação como homem público, alçado ao poder, como ele mesmo fez questão de frisar pela vontade popular como forma de construir uma imagem de si, que, além de competente e atuante, seja capaz de resistir a quaisquer ataques da oposição: “Aqui volto agora como Chefe de Estado, atendendo ao vosso convite para dizer-vos que posso esquecer os agravos sofridos, mas nunca esquecerei a gratidão que vos devo peço calor do vosso acolhimento (...) Nesta parada cívica em que me quisestes ao vosso lado, congregam-se dois esteios da nossa confiança no futuro do País: o advento de uma ordem social mais justa e o cômeco da grande indústria.”. **Discurso VI - L 18- 25**

É interessante observarmos também o posicionamento que Vargas assume em: “Nesse sentido, tomei as medidas que cabiam ao Executivo, encaminhando outras que importam na promulgação de leis, ao Congresso, do qual está dependendo a sua concretização”. (L 46-48) Pode-se observar que, por meio da habilidade de considerar argumentos que refutem os apresentados por ele, o orador abstém-se da responsabilidade no caso de o auditório avaliar o processo de concretização da lei como algo moroso. Afinal, a parte que lhe cabia nessa atividade, segundo seu discurso, já havia sido realizada.

Nesse processo, devemos considerar que, além dos recursos mencionados, o orador insufla as paixões do auditório ao utilizar argumentos que dizem respeito ao sistema doxológico desse: “Sois um exemplo de labor produtivo e disciplinado, em que encontro novos estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do meu Govêrno – a de atender às necessidades e reclamos do proletariado nacional, em cujo espírito de ordem, devotamento ao trabalho e respeito às instituições sempre confiei”. (L 42-45) Nessa passagem, é também importante destacar a ambiguidade existente no fragmento: “[...] estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do **meu Govêrno** [...]”. As diretrizes a que se refere Vargas dizem respeito a qual de seus governos? O primeiro? O segundo? Ambos? Essa imprecisão é importante à construção de um ideário coerente na ação política de Vargas e isso indica que o governo manteve-se, mesmo no período em que esteve afastado da presidência do Brasil, coerente com seus princípios.

3.2.1.3 *Ethos* de “competência” – o orador deve possuir conhecimentos consolidados sobre o ambiente no qual exerce sua atividade e, além disso, exige-se dele que possua experiência capaz de legitimar suas ações e assegurá-las como adequadas à obtenção de resultados positivos. Dessa maneira, julga-se um político como mais ou menos competente a partir de sua trajetória como homem público. Em muitos casos, no entanto, cabe ao próprio político explicitar ao auditório características de sua vida pública, a fim de conquistar-lhe o assentimento em relação aos fatos apresentados. A manifestação do *ethos* de competência pode ser observada nos fragmentos apresentados a seguir:

[108]

Trabalhadores do Brasil. Meus amigos.

Ainda vos lembrais do tempo em que nenhuma garantia de estabilidade vos era atribuída, podendo o operário ser despedido sumariamente após longos anos de serviço; em que na enfermidade, ficáveis abandonados no leito da dor; em que vos obrigavam a trabalhar de sol a sol, anos a fio, sem direito a repouso remunerado; em que vivíeis no constante temor da invalidez, ante a ameaça de um completo desamparo para vossas famílias; em que vossos protestos eram abafados nas masmorras policiais. Hoje tudo mudou porque tivestes um Govêrno sensível aos vossos apelos, compadecido dos

145 vossos reclamos. E, acima de tudo, um Govêrno que vos fez justiça, porque sois o esteio da nossa produção. Mas tudo isso também foi conquista vossa, com o metal da vossa vontade e com o vosso espírito de decisão. **Discurso VI - L 136- 146**

Neste recorte, verificamos que a estruturação e o desenvolvimento lógico dos argumentos, fundamentados no que Aristóteles definiu como lugares-comuns ou *topoi* – “(...) ficáveis abandonados no leito da dor (...)”(L 139); “trabalhar de sol a sol, anos a fio.” (L 140) – visam, como fim último, convencer o auditório sobre os benefícios daquele governo, consideradas as especificidades contextuais, em relação aos anteriores. Nesse processo, Getúlio Vargas constitui seu *ethos* de “competência”, ao evocar, em uma explícita atitude de autopromoção, as benesses sociais realizadas por ele: “(...) um Govêrno que vos fez justiça...”. (l 144-145) Ou como ocorre em [107]: “Obra de meu Govêrno, consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas (...)”. (L 7-8)

Além disso, cumpre papel essencial ao processo de convencimento, como observado na análise do excerto referente ao *ethos* de “virtude”, à pagina 155, o apelo ao *pathos* do auditório por meio da exposição da *eunóia*, ou seja, da capacidade de o orador mostrar-se solidário (não piedoso) como em: [108] “Trabalhadores do Brasil. Meus amigos”; (L 136) “Hoje tudo mudou porque tivestes um Govêrno sensível aos vossos apelos, compadecido dos vossos reclamos.”. (L 143-144). Também em [107] “Sois um exemplo de labor produtivo e disciplinado, em que encontro novos estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do meu Govêrno – a de atender às necessidades e reclamos do proletariado nacional, em cujo espírito de ordem, devotamento ao trabalho e respeito às instituições sempre confiei”. (L 42-45) Observamos, desse modo, que, no que concerne ao processo de referenciação ao auditório, houve, ao longo de todo o discurso, uma gradação ascendente quanto à avaliação e à aproximação estabelecida por parte do orador em relação ao público: no início, foram utilizadas expressões como “trabalhadores do Brasil”, “operários”, “operários do Brasil”, “exemplo de labor produtivo e disciplinado”, “proletariado” e, ao final, os trabalhadores do Brasil são discursivamente alçados à condição de “amigos” do Presidente.

No fragmento sob análise, mais do que em qualquer outro, merece destaque o contexto que Vargas anuncia antes de apresentar os benefícios (que, de fato, seriam obrigações do governo) concedidos à sociedade. Notamos a construção de um cenário inaceitável quanto às garantias individuais existente em sociedades democráticas, sobretudo aos trabalhadores: “nenhuma garantia de estabilidade vos era atribuída” (L 137-138) e “vossos protestos eram abafados nas masmorras policiais”. (L 142-143)

Em determinados momentos, a reconstrução do passado remete aos tempos do Brasil Colônia, quando o trabalho escravo era uma prática corrente e ética, como em: “na enfermidade, ficáveis abandonados no leito da dor; em que vos obrigavam a trabalhar de sol a sol, anos a fio, sem direito a repouso remunerado; em que vivíeis no constante temor da invalidez, ante a ameaça de um completo desamparo para vossas famílias”. (L 139-142) No entanto, após a hercúlea tarefa de reorganizar o País com base na justiça ao povo laborioso, Vargas apresenta um novo cenário, bem mais otimista em relação ao passado: “Hoje tudo mudou porque tivestes um Govêrno sensível aos vossos apelos, compadecido dos vossos reclamos. E, acima de tudo, um Govêrno que vos fez justiça”. (L 143-145)

Como se trata de um político cujas bases de atuação, em ambos os governos, estiveram alicerçadas no apoio popular, Vargas atribui aos trabalhadores a sua parcela de responsabilidade na transformação do cenário opressor: “Mas tudo isso também foi conquista vossa, com o metal da vossa vontade e com o vosso espírito de decisão.”

[109]

Antes de terminar, quero aproveitar esta oportunidade para anunciar-vos três auspiciosas notícias, ligadas a realizações que ficarão para sempre associadas ao progresso e ao bem-estar do Rio Grande do Sul.

245 A primeira é que determinei a aceleração dos estudos para a construção da ponte sobre o Rio Guaíba, que vai vencer o último obstáculo que ainda interrompe o traçado da mais importante rodovia do País, completando a ligação entre a Capital Federal e a fronteira uruguaia em Jaguarão, assegurando a facilidade de comunicação da capital do Estado com os municípios do Sul, e abrindo novas perspectivas ao desenvolvimento urbano de Pôrto Alegre.

250 A segunda é que acabo de assinar decreto abrindo crédito de 150 milhões de cruzeiros para a instalação da usina termelétrica de Candiota, que vai utilizar carvão das jazidas

rio-grandenses para fornecer energia a uma importante zona do Estado, beneficiando assim duplamente a economia gaúcha. A terceira, enfim, é que enviei mensagem ao Congresso pedindo a aprovação do Convênio entre União e Estado, para a execução do serviço de irrigação destinado a aumentar a produtividade do solo, e para os quais os cofres federais vão concorrer com 125 milhões de cruzeiros. **Discurso III – L 242 - 258**

A análise de [109] permite-nos reconhecer que o *ethos* de competência se estabelece a partir a habilidade de Vargas de demonstrar conhecimento sobre o seu auditório, bem como sobre a situação e as necessidades locais; afinal, dirige-se aos seus conterrâneos gaúchos. Desse modo, a seleção dos argumentos segue na direção de, novamente, dizer ao auditório aquilo que ele espera escutar do líder. Ao anunciar as mudanças infraestruturais que pretende realizar na região, o orador demonstra possuir conhecimentos consolidados sobre o ambiente sobre o qual discursa e que pode promover ações que resultem em ganhos para a população local: “assegurando a facilidade de comunicação da capital do Estado com os municípios do Sul, e abrindo novas perspectivas ao desenvolvimento urbano de Pôrto Alegre.” (L 248-250) e “beneficiando assim duplamente a economia gaúcha.”. (L 254)

Em termos de organização do discurso, a expressão que abre o excerto: “Antes de terminar, quero aproveitar esta oportunidade para anunciar-vos três auspiciosas notícias, ligadas a realizações que ficarão para sempre associadas ao progresso e ao bem-estar do Rio Grande do Sul.” (L 242-244), constitui uma estratégia argumentativa. Vargas reserva, para o final de seu pronunciamento, o anúncio daquilo que considera primordial e digno de lembrança eterna por parte da população gaúcha: as benfeitorias promovidas por ele na região. Neste caso, talvez por estar tomado pela emoção de regressar a sua terra natal, Vargas só usou sintagmas verbais em 1ª pessoa do singular: “quero aproveitar” (L 242); “determinei a aceleração” (L 245); “acabo de assinar decreto” (L 251) e “enviei mensagem ao Congresso” (L 255). Desse modo, reconhece-se que as obras realizadas naquela região são consideradas por ele como uma realização pessoal, encabeçadas, principalmente, pelo cidadão gaúcho Getúlio Vargas.

Vargas, novamente por meio da enumeração, estrutura o discurso de maneira didática, o que, além de facilitar a compreensão do enunciado em cada uma de suas partes constituintes, confere a cada um de seus feitos certo destaque: “aceleração dos

estudos para a construção da ponte sobre o Rio Guaíba,” (L 245-246); “assinar decreto abrindo crédito de 150 milhões de cruzeiros para a instalação da usina termelétrica de Candiota” (L 251-252) e “a aprovação do Convênio entre União e Estado, para a execução do serviço de irrigação destinado a aumentar a produtividade do solo” (L 255-257), em relação ao todo que se anuncia: “realizações que ficarão para sempre associadas ao progresso e ao bem-estar do Rio Grande do Sul.”. (L 243-244)

[110]

- ¹⁴⁰ Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em tôda a minha vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Coube ao meu passado Govêrno elaborar a legislação de minas que nacionalizou a propriedade e a exploração das riquezas do nosso subsolo, cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio mineral do Brasil. **Discurso II – L 140 - 143**

Em [110], chama-nos a atenção o fato de que o *ethos* de competência se estabelece a partir da explicitação, por parte do orador, de características de sua vida pública: “Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em tôda a minha vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos”. (L 140-141) Além das estratégias explicitadas nas análises anteriores, como o uso predominante de 1ª pessoa do singular (“eu”; “venho desfraldando”; “minha vida pública”; “minhas mãos” e “meu passado Govêrno”), evidencia-se um forte cunho nacionalista nessa sequência, algo que pode ser entendido não só como uma característica do movimento populista, mas como elemento identitário fundamental à unificação do auditório.

Destacamos, também, que o léxico empregado no fragmento remete à esfera dos heróis mitológicos e mártires que povoam o imaginário coletivo de muitas nações do mundo inteiro. Nos discursos de Vargas sempre há um inimigo – implícita ou explicitamente definido – a ser combatido: “ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos” (L 141) e a apresentação de um futuro de esperança a ser construído por meio da atuação conjunta entre o presidente e seu exército de trabalhadores com o propósito de

defender os interesses da nação: “cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio mineral do Brasil.” (L 143)

3.2.2 *Ethé* de Identificação: a mobilização das paixões do auditório

Os *ethé* de identificação fundamentam-se na polivalência de imagens que um político pode construir, conforme seus objetivos, com a finalidade de atingir um número expressivo de indivíduos. Tais *ethé* são, dessa forma, heterogêneos e fundados mormente no sistema doxológico do auditório, de modo que:

...os políticos, conscientes disso, jogam com valores opostos, até mesmo contraditórios: tal político vai querer mostrar-se, ao mesmo tempo, *tradicional*, mas também *moderno*, *sincero*, mas igualmente *sagaz*; *poderoso*, mas simultaneamente *modesto* etc., sem contar que algumas imagens, que poderíamos julgar em si mesmas negativas, podem tornar-se positivas em certas circunstâncias. [...] Outras vezes, os políticos jogam com imagens deles mesmos que remetem tanto à vida política, ao definirem-se como personagem, quanto à sua vida privada, ao definirem-se como pessoa, com as duas imagens reforçando-se mutuamente. (CHARAUDEAU, 2008, pp. 137-8, grifos do autor)

Tal como nos *ethé* de credibilidade, Charaudeau (2008) também propõe uma categorização dos *ethé* de identificação. Deste conjunto, por uma questão de metodologia e de acordo com os objetivos de nosso trabalho, consideraremos, conforme analisado a seguir, o *ethos* de “caráter”, o *ethos* de “inteligência”, o *ethos* de “humanidade”, o *ethos* de “chefe” e o “*ethos* de solidariedade”.

3.2.2.1 *Ethos* de “caráter” – relaciona-se à força de espírito do orador, à sua capacidade de mostrar retidão e lisura de caráter por meio de seu discurso e de suas ações como homem público. Ademais, expressa-se por meio “de uma manifestação imperiosa do corpo que provém de pulsões controladas. Aqui, ao contrário do berro, ele testemunha uma indignação pessoal e provém de um julgamento da mente (...).”

(Charaudeau, 2008, p. 140). Trata-se, portanto, de expressar um julgamento sobre a realidade com a força e a veemência das palavras, tal como verificamos nas seguintes declarações de Getúlio Vargas:

[111]

Por certo, muitos dêsses empreendimentos só mais tarde poderão ser devidamente apreciados, em tôda a sua importância e significação, pois são trabalhos fundamentais, que demandam tempo, constância e sacrifício, como tudo que se constrói para o futuro,
 185 para durar como um bem conquistado e não para atrair os fáceis aplausos das obras de fachada, das coisas efêmeras e imediatistas. Mas são evidências que não podem ser negadas ou obscurecidas. Aos que acusam o Govêrno de omissso, ausente ou inoperante, responderemos com a fôrça convincente dos fatos. O povo escolheu um Govêrno que, quando diz, faz; quando promete, realiza; quando empenha a palavra, cumpre. Só não o
 190 compreendem os que esperam milagres ou aquêles a quem o ódio põe escamas nos olhos, ou ainda outros a quem as paixões obliteram o senso de justiça. **Discurso VII – L 181 - 191**

A primeira parte do excerto [111], que se inicia em “Por certo, muitos dêsses...” e que se prolonga até “Mas são evidências que não podem ser negadas ou obscurecidas.”, como uma estratégia comum aos discursos de Vargas, refere-se à construção de um contexto necessário para que as afirmações posteriores sob a forma de acusação aos inimigos do governo não surgissem de forma deslocada. Nessa passagem, Vargas delimita claramente a sua forma de atuação em detrimento a daquela de seus adversários. Suas obras são construídas, de acordo com seu discurso, não com fins eleitoreiros, mas como benefícios perenes à população, que justamente o elegeu para esse fim, como ele mesmo faz questão de frisar.

Por meio da construção metafórica “escamas nos olhos” (L 190) e do eufemismo “as paixões obliteram o senso de justiça” (L 190-191), Getúlio Vargas censura aqueles que, de alguma forma, insistem em criticar as atuações do governo, seja pela ignorância deliberada, seja pela falta de um posicionamento racional e objetivo diante da realidade, respectivamente. Mas contra eles, Vargas conta com a veracidade dos fatos: “responderemos com a fôrça convincente dos fatos.” (L 187), e o que é mais importante, com o apoio popular: “povo escolheu um Govêrno que, quando diz, faz; quando promete, realiza (...)”. (L 188)

Cabe salientar também que, como parte do processo de convencimento de seu auditório, Vargas novamente apresenta um contexto anterior a seu mandato que aponta para uma realidade depreciativa, desfavorável às manifestações populares, de modo que, discursivamente, sua figura é alçada a de um grande herói, responsável por transformar positivamente a vida do povo brasileiro: “... são trabalhos fundamentais, que demandam tempo, constância e sacrifício, como tudo que se constrói para o futuro, para durar como um bem conquistado...”. (L 182-184)

Observamos, ainda, que tal estratégia, para surtir o efeito desejado, deve ser apoiada em uma posição que a justifique de modo que se constitua antes como uma reação a alguma atitude ofensiva oriunda de um adversário político que como ataque direto a um opositor do governo, como se verifica no fragmento a seguir:

[112]

- 205 Obstinaram-se em ferir o Govêrno que procurava dar remédio aos males da Nação. Mas o Brasil já se cansou dêsses flibusteiros de uma política viciosa e superada, que antes rondavam à porta dos quartéis e hoje assentam suas vãs esperanças nas agitações demagógicas. **Discurso VII – L 203 – 206**

A exaltação evidenciada no discurso, inclusive por meio da seleção vocabular: “flibusteiros” (L 204); “política viciosa e superada” (L 204); “vãs esperanças” (L 20-206) e “agitações demagógicas” (L 206), expressa o descontentamento do orador que assume uma posição de réplica àqueles que atacam o governo. Dentre os discursos que compõem o corpus, este foi o único em que houve esse tipo de manifestação por parte de Getúlio Vargas. Trata-se, dessa forma, de uma estratégia de defesa que procura responder aos inimigos à altura dos insultos sofridos.

Além da forma enérgica de expressar a sua indignação, o *ethos* de “caráter” também pode ser observado na variante que Charaudeau (2008) denominou “força tranquila”, a qual evoca a perenidade e a tenacidade do político que nunca abandona seus compromissos e a vontade de vencer, a confiança em si daquele que calcula e faz apostas no futuro, com serenidade, tal como verificamos nos recortes [113] e [114]:

[113]

- ²⁰⁰ De ânimo sereno e resolutivo cuidou o Govêrno de fazer face a êsses entraves, agindo e trabalhando para resolvê-los, enquanto que os exploradores das horas amargas procuravam utilizá-los como instrumento de seus ódios e interesses e facciosos. **Discurso VII - L 200 - 202**

No excerto [113], Vargas demonstra que, apesar das adversidades, o governo se mantém sereno e disposto a trabalhar a fim de superá-las. Reconhecemos uma vez mais a menção a “inimigos” do governo e, por extensão, do povo, que estão dispostos a se utilizar da má situação política do país como estratégia para prejudicar os planos do governo.

[114]

- Durante muitos anos a tecla favorita na campanha dos meus adversários foi o combate ao nacionalismo da minha política de Govêrno. Entretanto, foi êsse nacionalismo a couraça que defendeu o Brasil contra a incursão dos trustes internacionais. É justificável a sinceridade dos que encaminharam as suas preferências para outras formas jurídicas, como incompreensível a atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jôgo de oposição. **Discurso II – L 171 - 176**
- ¹⁷⁵

Tal como em [113], Vargas traz, em [114], à memória do auditório o fato de que sua atuação política passa por muitos entraves, mormente no que se refere ao combate a seus adversários, aqueles que desejam ver o Brasil dominado por potências estrangeiras. Ele justifica que suas vitórias se devem ao nacionalismo. De fato, se não tivesse procedido dessa maneira, não teria sido possível arregimentar tantas pessoas ao seu projeto nacionalista, que constitui um dos pilares sob os quais se assenta a política populista.

A partir de tais pronunciamentos, Vargas forja para si a imagem de um homem que, apesar de todos os empecilhos inerentes à condução da política brasileira, pensa

antes de agir e toma suas decisões após haver deliberado e ponderado todos os aspectos de uma questão problemática.

Outra figura por meio da qual se manifesta o *ethos* de caráter é a da coragem. É através dela que o cidadão reconhece no político um ser capaz de enfrentar adversidades, sem fraquejar ou ceder a práticas demagógicas. Essa foi a imagem apresentada por Getúlio Vargas nos discursos de 23 de junho de 1952, em Candeias, e no do transcurso do Ano Novo, em 31 de dezembro de 1952, dos quais extraímos os excertos [115] e [116], respectivamente:

[115]

¹⁸⁰ Não é de espantar, pois, que se levantem agora, uns e outros, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental – os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para eles, só interessa que o petróleo seja nosso, mas... debaixo da terra. A despeito de tudo, haveremos de celebrar em breve a solução do magno problema nacional e assim o Brasil dará mais um passo decisivo no caminho da sua emancipação econômica e industrial. E entraremos numa nova era de riqueza e de intensa produtividade, com o concomitante aumento do nível de vida do operariado e das condições de conforto e bem-estar de nossa população.
Discurso II – L 180 - 187

O discurso pronunciado em Candeias tem como eixo temático a exploração das jazidas nacionais de petróleo. Como praxe, Vargas aproveita para expressar ao auditório os sucessos e os reveses atinentes a esse processo. Verificamos, no excerto [115], a configuração de um cenário em que Getúlio Vargas, novamente, alerta os trabalhadores para a existência de opositores ao governo, os quais têm como objetivo “torpedear e paralisar a atual proposta governamental”, seja porque não conseguem atuar junto às esferas governamentais, seja por possuírem interesses contrários ao bem-estar coletivo e ao desenvolvimento econômico da nação. Todavia, após a apresentação do contexto adverso ao bom fluxo das ações governamentais, Vargas incita as paixões de seu auditório ao afirmar que “A despeito de tudo, haveremos de celebrar em breve a solução do magno problema nacional e assim o Brasil dará mais um passo decisivo no caminho da sua emancipação econômica e industrial.” (L 183-186)

O recorrente apelo, passional, ao sentimento de nação grandiosa e próspera é utilizado não só para deslocar a atenção do auditório dos problemas relativos às instabilidades político-econômicas do País, mas também como forma de mostrar ao auditório que elas serão resolvidas e superadas, além de promover a unificação do auditório por meio das paixões. Assim, de acordo com Meyer (2007, p. 38):

A paixão é retórica por enterrar questões nas respostas que fazem crer que elas estão resolvidas. É por isso que lidar com as paixões é sempre útil, retoricamente falando, ao passo que a argumentação, que põe explicitamente as questões sobre a mesa, faz mais apelo à razão que à paixão. A paixão é, portanto, um poderoso reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese.

Concorre também para o processo de sedução do auditório, a seleção lexical verificada no fragmento [115]. Observamos que os adversários do governo tinham como objetivos “**torpedear** e **paralisar** a atual proposta governamental” (L 181), em uma clara referência ao contexto como uma situação de guerra. Para, em seguida, apresentar ao auditório um futuro promissor, evidenciado competência e coragem do orador ao superar adversidades com o fito de conquistar benefícios aos que dele dependem: “numa nova era de **riqueza** e de **intensa produtividade**, com o concomitante **aumento do nível de vida** do operariado e das condições de **conforto e bem-estar** de nossa população.” (L 186-188)

[116]

Rude foi o caminho, porém firme o nosso passo. Tivemos de vencer inumeráveis obstáculos, originados por angustiosos problemas econômicos e financeiros, com que se defronta não só o Brasil, mas o mundo todo. Reflexos de um desequilíbrio geral entre a capacidade das fontes de produção e as necessidades de consumo, tais problemas

10 impõem aos homens sempre crescentes provações. Entretanto, soubemos suportá-las com a serena e forte compreensão de que elas derivam de profunda e incontável crise universal.

[...] E o Governo precisou despender os mais enérgicos esforços para mitigar as carências das populações flageladas, como também para fazer face aos problemas provenientes do seu êxodo e readaptação em terras mais afortunadas.

20 Aceitando o nosso quinhão de sacrifício, nesta fase tão árdua para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o drama crepuscular de nações outrora poderosas, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos. Pelo contrário, as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso que se agiganta. **Discurso V – L 6 – 22**

Em [116], Vargas atua de maneira distinta dos demais fragmentos até aqui analisados. Por se tratar de um discurso pronunciado no transcurso do Ano Novo de 1952, ele aproveita o momento para fazer um balanço sobre as benesses promovidas pelo governo naquele ano, bem como sobre os entraves que tiveram de ser superados para que elas fossem concretizadas. Ao mencionar os problemas por que passa o país, relativiza-os e mostra ao auditório que não só o Brasil, mas todo o mundo passa por “angustiosos problemas econômicos e financeiros”. (L 7)

Fica estabelecido, desse modo, que a instabilidade econômica brasileira não se deve a qualquer incompetência administrativa do governo, mas a uma conjuntura de abrangência mundial. Aproveitando-se desse contexto, Vargas expõe, sob a figura do governo, os esforços despendidos para a superação da forte crise que se abate sobre o país: “o Govêrno precisou despende os mais enérgicos esforços para mitigar as carências das populações flageladas, como também para fazer face aos problemas provenientes do seu êxodo e readaptação em terras mais afortunadas.” (L 15-17). A partir desse contexto, além do *ethos* de coragem, Vargas constitui para si um *ethos* épico, de herói mitológico capaz de esforços sobre-humanos para assegurar o bem-estar da nação.

No plano linguístico, a seleção lexical contribui para a construção do imaginário do político como herói nacional, que, após atravessar um “rude caminho” (L 6), teve que “vencer inumeráveis obstáculos” (L 6-7) para ao final revelar que, diferentemente de outros países do mundo, sobretudo os desenvolvidos, “as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso que se agiganta.”. (L 21-22) Além disso, chamou-nos a atenção o fato de não ter havido qualquer referência à 1ª pessoa do singular. Em todo o excerto, houve exclusivamente o uso da 1ª pessoa do plural. Entendemos que tal estratégia, em um contexto no qual não se trata de exaltar feitos, mas de apresentar uma situação pouco favorável, o orador optou pela utilização de um

“nós” inclusivo com o propósito de compartilhar com o auditório a responsabilidade pela transformação de tal cenário o que, de certo modo, é justificado ao longo do excerto [116] conforme indicamos a seguir.

É importante destacar também que Vargas não está sozinho nessa luta. Ele a lidera e conta (ou deseja contar) com a atuação popular para que, juntos, obtenham êxito na superação do problema anunciado: “Aceitando o nosso quinhão de sacrifício, nesta fase tão árdua para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o drama crepuscular de nações outrora poderosas, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos.” (L 18-21).

3.2.2.2 *Ethos* de “inteligência” – é aquele capaz de provocar a admiração e o respeito do auditório. Nesse caso, a inteligência é determinada contextualmente e se coaduna à concepção e à valorização que cada grupo da sociedade possui em relação a ela. No caso do político, a inteligência é apreendida por meio de seu comportamento em sua vida privada e não necessariamente durante a sua atuação como homem público.

Participam da formação desse *ethos* duas figuras opostas, as quais podem coexistir em um mesmo indivíduo. A primeira é aquela que determina que “um homem culto não pode ser senão um homem de bem”. Nesse sentido, está associada ao capital cultural e intelectual que o político herdou durante sua formação como ser social, que deve ser confirmado por meio de suas ações públicas, seja por meio da construção de discursos bem elaborados, como no caso de Getúlio de Vargas, seja por se tornarem autores de livros, como Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Conforme Charaudeau (2008, p.146),

Do mesmo modo, uns se sobressaem por um estilo de escrever notável; outros tiram partido de seus títulos universitários, de sua passagem pelas grandes universidades; outros ainda continuam cercados, durante o exercício da função que ocupam, pela aura que lhes for dada pela notoriedade adquirida no mundo intelectual e artístico antes que lhe fosse confiado um mandato político.

A segunda se refere à astúcia ou malícia e é mais difícil de ser determinada, porque se relaciona ao jogo entre mostrar e esconder, é o jogo de máscaras de que trata Charaudeau (2008), colocado em cena sempre que se pretende dissimular determinadas intenções, com a finalidade de ser mais bem-sucedido no propósito de atingir alguns objetivos. Dessa forma, assumir essa figura é essencial a todo político, devido ao fato de ele ter que se confrontar com opositores de diferentes espécies. Considerando-se que a vida política caracteriza-se pelo confronto contínuo entre forças antagônicas, dissimular situações e sentimentos torna-se uma estratégia fundamental à sobrevivência do político na guerra pelo apoio da coletividade.

3.2.2.3 *Ethos* de “humanidade” – diz respeito a um imaginário fundamental à consolidação da imagem pública do político porque, de modo geral, os indivíduos são mensurados por sua capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão por aqueles que sofrem, bem como de revelar suas fragilidades e erros. Charaudeau adverte para o fato de que a figura do sentimento é difícil de ser manipulada e deve transparecer apenas em contextos bastante específicos como catástrofes naturais, acidentes, entre outras. Procederemos à análise do *ethos* de humanidade nos discursos de Getúlio Vargas a partir do fragmento a seguir:

[117]

60 O amparo aos nordestinos, castigados pela terrível seca do ano passado, que em muitas zonas ainda prossegue o seu tormento, exigiu grandes esforços de reaparelhamento administrativo e financeiro dos órgãos responsáveis pelo combate ao flagelo. Estou certo de que realizamos uma grande tarefa e de que muita ainda poderemos fazer para amparar o homem do Nordeste. **Discurso I – L 59 - 63**

A construção do *ethos* de humanidade é bastante delicada, uma vez que requer do orador sensibilidade e domínio da situação para saber quando e em que medida esse *ethos* pode contribuir para o fortalecimento de sua imagem e de seu discurso, porque, de modo geral, os indivíduos não costumam gostar de serem alvos de pena ou dó. Assim, diante de uma tragédia originada por causas naturais, como a seca na região Nordeste,

coube ao governo tomar atitudes que demonstrassem não só inteligência e competência para agir conforme as necessidades urgentes da população flagelada, mas a disposição de se solidarizar e de mobilizar a *eunóia*, capacidade de se mostrar amável que concorre ao lado da *areté*, capacidade de apresentar-se de maneira simples e sincera, e da *phronésis*, a capacidade de agir ponderadamente, para a construção do *ethos*.

3.2.2.4 *Ethos* de “chefe” – é fundamentalmente direcionado ao cidadão. Trata-se da construção de uma imagem de si cujo propósito é o de conquistar a adesão do outro por meio da idealização. Para Charaudeau (2008, pp. 153-154), “no regime democrático, essa relação do um ao outro é marcada pela reciprocidade entre instância política e instância cidadã: o político deve sua posição ao povo e deve a ele prestar contas”. Destacamos alguns excertos do corpus, com a finalidade de analisarmos de que maneira esse *ethos* se manifesta.

[118]

Estão quase concluídos os estudos pertinentes ao Plano Nacional de Eletrificação, que nos dará, para o futuro, a segurança e a tranquilidade do abundante suprimento de energia elétrica, à altura das solicitações do nosso surto industrial. Nesse propósito encaminhei ao Congresso dois projetos de lei, destinados a garantir os recursos
⁶⁰ financeiros necessários à execução desse importante programa.
 As obras de Paulo Afonso prosseguem vigorosamente, graças ao cuidado constante do Governo em apressar sua conclusão. **Discurso VII – L 56 - 62**

[119]

- ³⁰ Vem merecendo atenção especial do meu Governo a cultura do trigo – uma das maiores riquezas agrícolas do Rio Grande do Sul. [...]
- ³⁵ Foram concluídos 4 armazéns de estrutura de madeira e iniciada a construção de 9 armazéns metálicos pré-fabricados, os quais serão dotados do mais moderno e aperfeiçoado equipamento para a conservação e o ensacamento do cereal. Deverá estar terminado em dezembro próximo o silo subterrâneo de Erechim com capacidade armazenadora de 5.000 toneladas. Outras já foram planejadas e aguarda-se apenas a
⁴⁰ ultimação de estudos relativos à sua localização para início das obras. **Discurso III – L 30 - 40**

Nos segmentos [118] e [119], observa-se a prestação de contas, que é uma das características mais recorrentes nos discursos de Getúlio Vargas. Não houve um pronunciamento entre os que analisamos no qual não houvesse, de maneira extensa e didática, a apresentação das ações do governo, dos entraves encontrados, dos inimigos superados e dos êxitos obtidos.

Sabemos que prestar contas, em regimes democráticos representativos, é uma obrigação de todo representante político, no entanto, no caso de Getúlio Vargas, essa ação ganha uma conotação especial, não só pelo modo como ela é feita, geralmente por meio de discursos públicos e de forma didática, conforme já explicitamos ao longo das análises, mas também porque se trata de uma forma eficiente de mostrar aos eleitores a atitude acertada que tiveram ao novamente possibilitarem que Vargas estivesse à frente da condução política do Brasil, como em [118]: “Nesse propósito encaminhei ao Congresso dois projetos de lei, destinados a garantir os recursos financeiros necessários à execução desse importante programa.” (L 58-60) e em [119]: “Vem merecendo atenção especial do meu Governo a cultura do trigo – uma das maiores riquezas agrícolas do Rio Grande do Sul.” (L 30-31)

Ao apresentar os relatórios, em contextos bastante diversos, ora no interior da Bahia, ora no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul, Vargas procura salientar conquistas pertinentes a cada uma das situações particulares de modo satisfazer as expectativas do auditório: em [118]: “As obras de Paulo Afonso prosseguem vigorosamente, graças ao cuidado constante do Governo em apressar sua conclusão” (L 61-62) e em [119]: “Deverá estar terminado em dezembro próximo o silo subterrâneo de Erechim com capacidade armazenadora de 5.000 toneladas.” (L 37-39). Desse modo, além de se tratar de uma estratégia de adequação do discurso ao auditório – um dos princípios fundamentais ao sucesso de qualquer ato retórico –, tal recurso, dadas as suas especificidades nos pronunciamentos de Vargas, contribui para caracterização do discurso populista.

3.2.2.5 *Ethos* de “solidariedade” – é responsável por tornar o político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas. Para Charaudeau (2008, p. 163):

A solidariedade caracteriza-se pela vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles. Aquele que é solidário não está em posição diferente da dos outros; ele partilha as mesmas idéias e os mesmos pontos de vista de seu grupo e vai ao encontro das idéias e dos pontos de vista dos outros grupos. A solidariedade não é compaixão. A primeira se quer igualitária e recíproca; segunda caracteriza-se por um movimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto, emocionado pelo sofrimento alheia.

Ao lado do *ethos* de chefe, o *ethos* de solidariedade é um dos que se destaca entre os *ethé* de identificação nos discursos de Getúlio Vargas, conforme verificamos no recorte a seguir:

[120]

- 35 Atendendo ao apêlo dos sindicatos, determinei que os institutos de seguro social facilitassem aos trabalhadores a aquisição das sedes de seus grêmios profissionais, e já muitos deles estão realizando o anseio de construir a casa do trabalhador. Por outro lado, medidas foram tomadas no sentido de moralizar a aplicação do fundo social sindical, que não deve ser desviado para outras finalidades que não sejam
- 40 estritamente de amparo aos que para êle contribuem, cada ano, com um dia de seus salários.
- Já determinei providências para que, no ano próximo, se torne realidade o plano de construção de colônias de férias para os trabalhadores de todo o País. **Discurso IV – L 34 - 43**

Ser solidário não é mostrar-se fraco, tampouco demasiado emocional; é a capacidade do homem público de demonstrar respeito pelo sofrimento alheio e possibilitar ao necessitado a ajuda de que, momentaneamente, precisa para superar uma situação adversa. A solidariedade também não pode ser confundida com assistencialismo, uma vez que a primeira, ao menos em tese, tem como objetivo

promover a autonomia dos indivíduos, enquanto a segunda visa a criar uma relação de dependência do ajudado em relação àquele que ajuda.

Dessa maneira, observamos no excerto [120] que Vargas constrói o *ethos* de solidariedade enunciado aos trabalhadores que lhes foi sensível aos apelos, tendo promovido as reformas exigidas para que os trabalhadores pudessem construir as sedes de seus sindicatos. Vale destacar que, neste caso, a construção das sedes representa a concretização de interesses de ambas as partes, a dos trabalhadores, que terão assegurada a propriedade de suas agremiações; e, principalmente a de Vargas, que dará curso ao seu intento de reunir toda a classe trabalhadora em categorias sindicalizadas, tornando-as mais suscetíveis ao controle do governo.

Ao final, o presidente deixa claro ainda que, além dos benefícios já concedidos aos trabalhadores, por ser alguém que está atento aos anseios deles, compromete-se a criar uma colônia de férias: “Já determinei providências para que, no ano próximo, se torne realidade o plano de construção de colônias de férias para os trabalhadores de todo o país.” (L 41-42).

Tabela 4 – *Éthe* definidos por Charaudeau

<i>Éthe</i> de Credibilidade	<i>Ethos</i> de Sério
	<i>Ethos</i> de Virtude
	<i>Ethos</i> de Competência
<i>Éthe</i> de Identificação	<i>Ethos</i> de Caráter
	<i>Ethos</i> de Inteligência
	<i>Ethos</i> de Humanidade
	<i>Ethos</i> de Chefe
	<i>Ethos</i> de Solidariedade

Apresentados até aqui os distintos *ethé* propostos pela classificação realizada por Charaudeau (2008), consideramos o fato de que eles não tenham dado conta de abarcar a complexidade do *ethos* característico de Getúlio Vargas. Em função disso, propomos a seguir uma nova categoria de enquadramento que, a nosso ver, contempla as multiplicidades em que se funda a construção da imagem pública de Getúlio Vargas.

3.3 O *ethos sui generis* de Getúlio Vargas

Os mitos são tão antigos quanto as sociedades humanas e costumam aparecer com mais intensidade em momentos de mudanças ou de ruptura social. É sempre muito difícil identificar suas origens, contudo não são pura mentira ou invencionice. Os mitos são produtos de uma circunstância histórica e acabam atuando sobre os destinos da sociedade que os criou. É dessa forma que podemos conceber a perpetuidade do que se convencionou denominar mito à figura de Getúlio Vargas.

Discursivamente, reconhecemos a participação de três estratégias que se sobrepõem na edificação do *ethos* mítico de Vargas: ao líder revolucionário, o salvador, o perseguido – vítima de complôs. Para Miguel (1998, p. 5), “os mitos são imagens não suscetíveis de serem apreendidas pela razão”, o que os aproxima da característica passional dos discursos, das paixões que o orador é capaz de desencadear no auditório. Assim, na maior parte dos discursos políticos míticos, a rejeição à razão é velada.

Para a audiência, verdade que o mito exprime, ainda que apoiada no senso comum, é irrefutável: sobrepõe-se à razão e aos fatos. Nesse sentido, Vargas, em função de todo o simbolismo que se associou à sua figura durante o exercício da vida pública, pode ser considerado um semióforo. Da maneira como define Chauí (2007, p.11):

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo o espaço) ou o passado ou o futuro

distantes (um tempo sem tempo ou a eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinações a lugares santos, representações teatrais de feitos heróicos, comícios e passeatas em datas públicas festivas, monumentos; e seu lugar deve ser público: lugares santos (montanhas, rios, lagos, cidades), templos, museus, bibliotecas, teatros, cinemas, campos esportivos, praças e jardins, enfim, locais onde toda a sociedade possa comunicar-se, celebrando algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade.

Dessa forma, reconhecemos que, por meio da utilização dos instrumentos do Departamento de Imprensa e Propaganda no período compreendido ao primeiro mandato de Vargas (1930-1945), construiu-se para ele uma imagem carregada de significativo poder simbólico, místico e heroico, e da qual ele faz uso com destreza. Assim, entendemos que Getúlio Vargas pode ser enquadrado na categoria de semióforo, na medida em que se constitui como um símbolo cujo valor não é medido exclusivamente por sua materialidade, mas sobretudo por sua força simbólica, por sua capacidade de evocar valores universais, tornando-se fonte fecunda para todos os anseios da população sob seu comando.

Mesmo após percorrermos a bibliografia existente sobre a construção do *ethos* em discursos políticos, não localizamos o tipo de *ethos* que mais se destaca nos pronunciamentos de Getúlio Vargas, por ser um amálgama de todos os já referenciados. Entendemos poder nomeá-lo *ethos épico*, o qual se constitui a partir do imbricamento dos *ethé* sistematizados neste trabalho.

Verificando atentamente cada um dos discursos que compõem a totalidade do corpus, identificamos que Vargas procura sempre apresentar-se como o salvador da pátria, aquele que foi alçado ao poder pelos braços do povo e cujo destino é tornar-se protetor e mártir dos oprimidos. Talvez esteja aí um motivo que justifique sua morte ter ocorrido de maneira espetacular. Importa acrescentar que, a figura de salvador refere-se ao indivíduo capaz de reverter uma situação desfavorável e conduzir a sociedade a uma nova era de paz e bem-estar social.

A observação dos discursos proferidos por Getúlio Vargas e as análises das estratégias discursivas efetuadas permitiram delinear as características que contribuíram para a constituição do *ethos épico* do então Presidente da República.

CONCLUSÃO

O fato de que o discurso político, de maneira generalizada, tenha sido associado a práticas demagógicas permite reconhecer que seus enunciadores adotam posturas que lhes permitem forjar uma imagem pública de competência, tal como ocorre nos discursos de Getúlio Vargas. Verificamos, nos discursos selecionados, a presença de um orador que almeja convencer seu auditório por meio de um ato discursivo unilateral cujos desenvolvimento e, sobretudo, eficácia dependem, além do contexto, da concepção prévia do auditório e do emprego de argumentos os quais aproximem os objetivos do orador às expectativas genéricas de seu auditório, emergindo, assim, a importância argumentativa dos lugares-comuns.

Com recurso aos *topoi*, Vargas procura discutir assuntos relativos à realidade de cada região em que profere seus discursos, seja a ampliação dos armazéns para o acondicionamento de soja, na sul do país, ou os problemas decorrentes das prolongadas secas que atingem o nordeste, ou seja, procura trazer à pauta aquilo que de mais sensível e consensual pode existir para cada um dos auditórios a que se refere. A mesma estratégia é observada nos discursos feitos em ocasiões solenes, como o dia de Ano Novo, de 1953, em o presidente faz uma prestação de contas, preocupando-se em destacar sua atuação em âmbito nacional.

Nesse sentido, embora os lugares-comuns não ampliem o conhecimento de nenhum indivíduo sobre o assunto em pauta, cumpre uma função primordial, estabelecer um contato menos resistente e problemático entre orador e auditório, além de serem praticamente irrefutáveis. Assim, Vargas pôde, gradativamente, construir uma imagem de si a qual revelasse à população um líder capaz de governar em conformidade com o novo contexto de abertura democrática em vigor no Brasil a partir das eleições de 1945.

A seleção dos argumentos, no caso de discursos políticos, pauta-se no tipo de imagem (*ethos*) que o orador pretende construir ou manter em relação ao auditório. No que se refere aos discursos proferidos por Getúlio Vargas, são mobilizados argumentos fundamentados, de forma geral, em lugares-comuns (os *topoi* definidos por Aristóteles) os quais lhe permitem apresentar-se como um líder democrático que visa à promoção do bem-estar social, sobretudo dos trabalhadores.

Além disso, por meio de um processo de acúmulo sucessivo de predicados, ao final, há a construção de um *ethos* épico, conforme atestam as análises apresentadas ao longo deste trabalho. Ademais, pudemos observar que o processo argumentativo, no caso dos discursos proferidos por Vargas, recai sobre a subjetividade dos indivíduos, sobretudo sob a aparência da identificação de categorias de classe, como a dos trabalhadores, dado que se verifica, com frequência, a utilização de elementos afetivos, mobilizadores das paixões. O discurso político, consequentemente, cria, por meio de um elo entre a realidade do auditório e as intenções do orador, um tecido persuasivo de modo que exista, conforme os preceitos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999 [1958]), uma lógica do razoável motivadora das disposições afetivas a qual objetiva alcançar a adesão. Assim, esse tipo de discurso desenvolve-se em contextos nos quais haja o predomínio da subjetividade. No caso de Vargas, essa característica responde pelo despertar da paixão do auditório, o qual se torna mais suscetível aos argumentos do líder político, contribuindo, decisivamente, para a construção de sua imagem.

Em função do contexto em que se desenvolvem os eventos discursivos e por meio da seleção de argumentos que apelam, sobretudo, ao sistema doxológico do auditório, o orador constrói uma imagem de si que lhe atribui características como credibilidade, seriedade, competência, inteligência, solidariedade, entre outros. Todavia, a partir do amalgamento de todas essas características, Vargas cria para si, um *ethos* bastante particular que, em muitos momentos, permite caracterizá-lo como um verdadeiro herói, a quem compete guiar o povo à redenção e à superação de todos os entraves que impedem o estabelecimento da justiça e da harmonia sociais.

Os enunciados que caracterizam o DPPP promovem o acabamento de determinados recortes da realidade segundo as intenções do orador e com o propósito de promover a adesão dos ouvintes às teses assentidas por este. Observamos, desse modo,

que o DPPP caracteriza-se discursivamente por prestar, de maneira ritualística, homenagens ao auditório, como forma de, não somente chamar a atenção do público, mas para conquistar-lhe a simpatia, tornando-o mais suscetível aos argumentos apresentados.

A prestação de contas, embora não seja exclusiva, é uma característica recorrente do DPPP e, no caso dos pronunciamentos de Getúlio Vargas, justifica-se sobremaneira pelo contexto histórico em que foram realizados. Convém lembrar que, em toda a sua trajetória política, Vargas embasou suas ações na cooptação do apoio das massas, de modo que, prestar contas tornou-se uma forma de legitimar o seu poder e a sua capacidade de transformar discursos em ações que beneficiam sensivelmente a população nacional.

Ainda como característica fundamental do DPPP, em associação com o contexto histórico relativo à década de 1950, Vargas se vale, com frequência, da exaltação da pátria e do apelo apaixonado ao nacionalismo, elementos que, fundamentalmente, participam da caracterização do populismo como fenômeno político. A glorificação da pátria pode ser compreendida como uma estratégia que visa promover a identidade, a coesão entre os cidadãos brasileiros – tão heterogêneos em termos de orientação política e interesses. Assim, o nacionalismo constitui um recurso ideológico por meio do qual se busca edificar e disseminar um denominador comum a toda a sociedade.

Significativamente associada à construção de uma imagem positiva de si, a exaltação de resultados obtidos por meio de ações governamentais também caracteriza discursivamente o DPPP. É importante ao político explicitar à população os resultados positivos das ações empreendidas por ele, a fim de que haja a manutenção do poder e a demonstração de competência desse indivíduo no manejo da máquina pública, o que, invariavelmente, implica a sua valorização. A exaltação de resultados, nesse sentido não se reduz a simples protocolo, trata-se, ao contrário, de uma estratégia fundamental à perpetuidade do populismo, uma vez que o representante político explicita à população a validade e eficácia de tal sistema.

Para proceder ao acabamento coerente com a esfera de circulação de seus enunciados, Getúlio Vargas recorre a estratégias que visam a fortalecer sua imagem

peçoal, que, por significativas vezes, revela-se intrinsecamente relacionada ao poder exercido por ele, configurando o que convencionamos denominar *ethos épico*. Toda a atividade de construção desse *ethos* está indissociavelmente implicada no histórico político de Vargas.

Tendo ascendido ao poder como Presidente da República por meio de um golpe, seu primeiro mandato – que compreende à ditadura do Estado Novo – foi marcado por uma série de arbitrariedades concernentes à democracia, como o fechamento do Congresso Nacional, a extinção de partidos políticos de oposição, a prática da censura à imprensa, a perseguição à opositores políticos, entre tantas outras. Mesmo diante de um contexto de privação de liberdades individuais, o que possibilitou a Vargas obter êxito junto às massas foi a criação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), a qual assegurava aos trabalhadores direitos e obrigações essenciais para que, de alguma forma, não fossem explorados pelos empregadores. No entanto, mesmo essa política de assistência aos trabalhadores incluía-se entre as estratégias políticas de Vargas, em um momento histórico em que os movimentos operários e favoráveis ao comunismo se disseminavam por todo o mundo, sobretudo na Europa. Desse modo, oferecer subsídios mínimos aos trabalhadores era uma forma de, ao mesmo tempo, arrefecer-lhes o ímpeto por melhoras sociais, proteger o país da “onda vermelha” e, ainda, possibilitar ao governo a observação de perto das ações dos trabalhadores reunidos nas associações de classe, por meio da nomeação de diretores – o que caracterizou a prática do peleguismo no interior dos sindicatos.

Observa-se, assim, que Vargas, ao deixar o posto de Presidente da República, em 1945, apesar das ações junto aos trabalhadores, havia prestado um desserviço à consolidação de uma sociedade mais igualitária e justa a partir dos moldes democráticos. Ironicamente, no entanto, foi por meio do voto popular que ele novamente retornou à presidência do Brasil. Os tempos eram outros, a oposição, fortalecida durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, atuava incisivamente contra Vargas, de modo que o ex-ditador se viu obrigado a negociar – algo que, em nada, se aproximava das ações por ele praticadas no primeiro governo. Assim, entendemos que, em função das imposições decorrentes desse novo contexto, Vargas viu-se obrigado a adaptar seu discurso o que, conseqüentemente, impactou na transformação de sua imagem como homem público.

No processo de construção dessa nova imagem, são de considerável relevância as estratégias discursivas, por meio das quais orador pôde edificar um discurso consoante às demandas de seu auditório. É fundamental que este orador deve possuir habilidade de estruturar didaticamente seu discurso, de modo a torná-lo mais compreensível a um número maior de indivíduos. É oportuno destacar que a atividade argumentativa, por sua natureza diversa, permite que se mobilize um número infindável de estratégias com a finalidade de permitir a adaptação do discurso às expectativas do auditório.

Nos discursos de Vargas, a adjetivação e o emprego de sintagmas adverbiais conferem aos pronunciamentos um caráter bastante subjetivo, de modo que ele, por seu status privilegiado de orador, constrói discursivamente a realidade apresentada ao auditório, o que contribui para que a argumentação seja desenvolvida em um contexto favorável, que contribua para a edificação de uma imagem positiva de si.

Para forjar uma imagem de homem trabalhador, mártir e herói, Vargas busca construir, discursivamente, os inimigos do sistema democrático – ora identificados com aqueles que lhe fazem oposição, ora associados às tragédias naturais que assolam algumas regiões do país. Nesse sentido, com aporte ideológico, Vargas leva adiante seu projeto de instituir um Estado paternalista, o qual tutelasse material e ideologicamente todos os cidadãos.

Observamos que, estrategicamente, como forma de reforçar positivamente a sua imagem, Vargas apresenta à população os contextos político, social e econômico de modo acentuadamente negativo, sobretudo pela utilização de sintagmas adjetivais e adverbiais. Construído este cenário, compete a ele, como representante legítimo da vontade popular, lutar pelo bem-estar de seu povo contra os oportunistas que se aproveitam de fragilidades momentâneas para atacar o governo. Nesse sentido, também, é que se justifica a recorrência à metáforas relacionadas semanticamente ao contexto de guerra.

Confirma-se, assim, nossa hipótese de que o *ethos* de Getúlio Vargas sofreu transformações ao longo de sua trajetória política – de ditador, durante o Estado Novo, a líder democraticamente eleito pelo voto popular.

A habilidade de Vargas de lidar com situações antagônicas foi responsável, não apenas por sua permanência no poder , mas pela construção de uma imagem de si que o transformou, apesar de todas as divergências relativas a ele, em uma figura pública de significativa importância para a História do Brasil, reconhecido por seus contemporâneos (e ainda hoje) como um grande estadista.

FONTE

VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. Vol. III – Do Projeto do Serviço Social Rural (1951) à Mensagem Anua de 1953. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. *O governo trabalhista do Brasil*. Vol. IV – Do projeto do Instituto Nacional do Babaçu (1953) à Carta Testamento. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983

AMORIM, Carlos; AGUIAR, Maria Isabel Chorão; MOREIRA, Maria Margarida Baptista - *Introdução à Filosofia II*. Porto: Areal Editores, 1998.

AMOSSY, Ruth. “O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos” In: *Imagens de si no discurso*. Ruth Amossy (org.) pp.119-144. São Paulo: Contexto, 2005.

_____; PIERROT, ANNE Herschberg. *Stéréotypes et clichés*. Paris: Nathan. Collection, 1997.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Trad. Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. “O léxico no discurso político.” In: PRETTI, Dino (org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2003.

_____. “Reflexões sobre argumentação no discurso político”. In: SILVA, L. (org.). *A língua que falamos*. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005. pp. 105-118.

_____. “Os domínios da argumentação”. In: *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. Cap. III – Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Geral e Semiótica. FFLCH – USP, 1997.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Roberto Leal Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005 [386 a. C.].
- BAJTÍN, Mijail M. / MEDVEDEV, Pavel N. Los elementos de la construcción artística. In: *El método formal en los estudios literarios*. Introducción crítica a una poética sociológica. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1927].
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].
- BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BERNABÉ, Alberto. *Retórica: Aristóteles*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998, v.2.
- CAPDEVILA, Arantxa. “A força analítica do modelo perelmaniano nos discursos persuasivos audiovisuais”. In: *Chaim Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação*. Eduardo Chagas Oliveira (org.). pp. 49-66. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana / Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo latino-americano em discussão”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *Formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

- CHILTON, Paul. *Analyzing political discourse: theory and practice*. London: Routledge, 2004.
- CORIA, Bulmano Reyes. *Límites de la retórica clásica*. México: Universidad Autónoma de México, 1995.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2000.
- _____. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- DORATIOTO, Francisco F. M. e FILHO, José Dantas. *De Getúlio a Getúlio: o Brasil de Dutra e Vargas – 1945 a 1954*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- DUTRA, Eliane Regina de Freitas. *O ardil totalitário: ou dupla face da construção do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- EGGS, Ekkehard. “*Ethos* Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna”. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FABRINO, Ana Maria Junqueira. *O lugar dos lugares – a escrita argumentativa na universidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculas. FFLCH – USP, 2008.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. “Prefácio”. In: PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: Edições Asa, 1993 [1977].
- GRILLO, Sheila V.C. . “Esfera e Campo”. In: BRAITH, Beth. (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. “Figuras de retórica e de argumentação”. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- HALLIDAY, Teresa Lucia (org.). *Atos retóricos: mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: 2004.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. “Texte et contexte”. In: *Scola*, N. 6, número especial, 1996. pp. 40-59.

KOCH, Ingedore. G. V. *Argumentação e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Trad. Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha, 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *O contexto na obra literária*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAURO, Maria Adélia Ferreira. “Argumentação e Discurso”. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MOESCHLER, Jacques. *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris: Hatier-Crédif, 1985.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. “Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos”. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. *A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*. Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas: Retórica. Universidade de Lisboa. 30/03/2005.

_____. (org.). *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Humanitas, 2006.

MOTA, Myriam e BRAICK, Patrícia. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 1998.

MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1979].

PERELMAN, Chaïm. *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: Edições Asa, 1993 [1977].

- PERELMAN, Chaïm *Retóricas*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____ e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação – A nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1958].
- PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
- POTTER, Jonathan. (org.). *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. 3. ed. London: Sage Publications, 1996.
- RAPP, Christof, Aristotle's Rhetoric. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2010 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/aristotle-rhetoric/>> Acessado em: 18/08/10.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas (1952 – 1954)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2001.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SENA, Odenildo Teixeira. *De Fernando a Fernando: as teias ideológicas do poder*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SROUR, Robert Henry. *Classes, regimes e ideologias*. São Paulo: Ática, 1987.
- SOARES, Doris de Almeida. *Elementos básicos para a análise de textos argumentativos em língua portuguesa*. Campinas, v. 48, n. 1, Junho de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 17/07/10.
- SOUSA, Américo. Retórica: lógica ou persuasão? Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-americo-retorica-logica-ou-persuasao.pdf>> Acessado em 10/09/10.
- SOUZA, Miguel Nicácio Oliveira. *O discurso do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política. FFLCH – USP, 2008.
- van DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. Trad. Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos e nomos*. Trad. Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Paulus, 1998.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ANEXOS

Nas águas do rio São Francisco escondem-se algumas das maiores riquezas do Brasil. Seu racional aproveitamento há de permitir o surto de numerosas industriais – de tecidos, de carnes, de pescado, de cerâmica, de sal-gema, de alumínio, de cimento, de azoto sintético – associado à exploração das ricas jazidas minerais e dos recursos agrícolas de toda a região nordestina.

No período anterior do meu Governo, esses problemas foram objeto de constante preocupação. O aproveitamento industrial do grande rio foi planejado conjuntamente com o represamento de suas águas e a racional distribuição destas pelas terras circundantes. Teríamos, assim, uma obra simultânea de utilização industrial e de fixação de núcleos colonizadores à margem do rio. Para esse fim baixei, em 22 de julho de 1942, o Decreto-Lei nº 4.505, que autorizou a formação de núcleos agroindustriais para a colonização do São Francisco.

Foi também por iniciativa de meu Governo que, em meados de 1944, começou a organizar-se a companhia que deveria explorar a energia hidrelétrica da cachoeira de Paulo Afonso. Desde os primeiros meses do ano de 1944, essa companhia vinha sendo projetada, e o então Ministro da Agricultura chegou a anunciá-la numa entrevista coletiva à imprensa, a 16 de março daquele ano, como sendo uma sociedade por ações, onde o Governo Federal entraria como principal subscritor, convidados todos os brasileiros a participar do empreendimento.

E no último mês do meu Governo, a 3 de outubro de 1945, assinei o decreto-lei que constituiu, definitivamente, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com o capital inicial de 400 milhões de cruzeiros, sendo a metade subscrita pelo Tesouro Nacional. Pelos termos do decreto, a Companhia gozaria de isenção de direitos de importação para consumo, das taxas e demais tributos a que estivessem sujeitos os materiais e equipamentos que importasse, desde que destinados às suas instalações e à conservação e exploração das mesmas; e gozaria também de isenção, durante dez anos, de todos os impostos federais, estaduais e municipais.

Por outro decreto da mesma data, foi outorgada à Companhia concessão, por cinquenta anos, para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas, a fim de fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários do serviço público na zona compreendida dentro de uma circunferência de 450 quilômetros de raio, tendo como centro a usina, que seria construída para o aproveitamento inicial.

Assim, deixou o meu Governo, em 1945, assentadas todas as bases para o aproveitamento agroindustrial e do potencial hidrelétrico de um dos maiores rios do continente americano. O que se fez depois foi uma consequência dessa preparação inicial. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco começou a funcionar em 1948 e, desde então, conseguiu vencer o tempo perdido em hesitações e empreender a primeira fase de aproveitamento da cachoeira, que foi a construção de uma usina central de 120.000 kw. Com a adição de um terceiro gerador, cuja encomenda já foi feita, essa capacidade será logo ampliada para 180.000 kw. As linhas de transmissão constam de duas linhas-tronco de 840 quilômetros de extensão e mais 1.300 km de linhas de voltagem menor, às quais se adicionará logo a linha de transmissão para o Cariri.

A Companhia foi organizada sob a forma de uma sociedade de economia mista. Não errou o Governo em ter preferido esse tipo de organização. A eficiência com que tem sabido levar avante os grandes empreendimentos é um atestado vivo do acerto e fecundidade do impulso inicial, que a criou. Esses e outros exemplos inspiraram o Governo, quando propôs, para a solução do problema do petróleo brasileiro, o mesmo tipo de organização, cristalizado no sistema de economia mista da Petrobras. Estou certo de que essa forma de empreendimento

há de dar, no caso do petróleo, os mesmos frutos que já colhemos na Hidrelétrica do São Francisco e da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

50 O aproveitamento progressivo de Paulo Afonso será a maior base, ou melhor, o centro irradiador, para a recuperação e o desenvolvimento econômico do Nordeste, tanto pelos efeitos diretos, na área servida pelas suas linhas de transmissão, como pelos reflexos poderosos dêsse nôvo centro de vida, nas zonas nordestinas mais distantes. Quanto mais rápido for alcançado o aproveitamento total de Paulo Afonso, mais pronta e efetiva será a vitória do homem brasileiro contra as sêcas que flagelam periódicamente o Nordeste e retardam o progresso do País, a despeito da fibra inigualável do nordestino.

Aqui se encontram dois problemas fundamentais para o meu Govêrno. Um regional – o do Nordeste. Outro nacional – o da energia.

60 O amparo aos nordestinos, castigados pela terrível sêca do ano passado, que em muitas zonas ainda prossegue o seu tormento, exigiu grandes esforços de reaparelhamento administrativo e financeiro dos órgãos responsáveis pelo combate ao flagelo. Estou certo de que realizamos a grande tarefa e de que muito ainda poderemos fazer para amparar o homem do Nordeste. Vamos completar essa obra com um programa muito mais amplo e preventivo para tôda a região sujeita às sêcas, permitindo o aproveitamento dos recursos naturais de água e de energia, das possibilidades agrícolas e industriais imediatas, e bem assim a fixação do homem em pequenas propriedades rurais – além de outras medidas, que estão sendo estudadas.

70 O Banco do Nordeste, que vai ser criado como instrumento financeiro moderno para a luta contra a sêca e para cuidar da organização econômica da região, será um meio eficaz de promover, com rapidez maior do que o simples papel catalítico da usina, o adensamento agrícola-industrial em tôrno da zona de distribuição de energia. Para êsse fim, não se poderá prescindir do concurso confiante e já oportuno do capital provado. Daqui faço um apêlo, pois, às entidades de classe e aos homens empreendedores do País e do estrangeiro para que tragam a cooperação dos seus capitais, a fim de auxiliar o desenvolvimento da produção do Vale do São Francisco e na região de influência de Paulo Afonso.

75 Interêsse particular merecem os setores administrativos que estão diretamente empenhados na região do rio São Francisco, como o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a Comissão do Vale do São Francisco, a fim de aproveitar prontamente, e na maior escala, as possibilidades criadas com a liberação da energia de Paulo Afonso, cujo aproveitamento integral ultrapassará 900.000 kw.

80 Não contando a Companhia senão com os recursos indispensáveis às obras de eletrificação, cumpre que outros serviços cuidem da irrigação e da colonização, do tráfego fluvial no baixo São Francisco, das estradas de ferro e de rodagem, da rêde de aeroportos, do sistema de comunicações, do saneamento rural, da saúde e assistência, da educação e ensino profissional, do fomento à produção pecuária e mineral, da industrialização e até o estabelecimento de planos diretores para os aglomerados urbanos que surgem ou que se expandirão em consequência da energia de Paulo Afonso. Também deve ser efetivada a realização do Parque Nacional de Paulo Afonso, com o fim de constituir reserva da flora e da fauna características da região, bem como de melhor aproveitar as possibilidades econômicas do turismo e de cultivar em tôrno da majestosa cachoeira e da pujante obra humana da sua dominação um centro acolhedor de repouso e de recreio, para nacionais e estrangeiros.

90 Em despacho de janeiro dêste ano, determinei a tôdos os órgãos do Govêrno que dessem a mais completa assistência à Companhia, para o melhor aproveitamento da energia a ser gerada em Paulo Afonso, quer para beneficiamento da região, quer para a realização das fases subseqüentes do seu programa de expansão. Uma lei do Congresso, oriunda de

Mensagem Presidencial, já aumentou de 400 milhões de cruzeiros o capital da Companhia, e eu vos asseguro que essa importância não será poupada, devendo empregar-se totalmente no desenvolvimento da empresa.

Assim, já estão bem adiantados os estudos e providências para a pronta realização da linha de transmissão que, no sentido norte, atingirá o coração do Ceará na região densamente povoada do Cariri, cujo desenvolvimento agrícola e capacidade industrial têm sido testemunhados pelo progresso do artesanato ali existente. Essa região cearense está sendo objeto de estudos definitivos, por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de acordo com a minha recomendação.

O sistema que alcança o Ceará, através de vinte e quatro municípios, servirá também à Paraíba, abrangendo seis dos seus municípios, além das áreas de oito municípios de Pernambuco.

Por sua vez, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos está examinando o sistema do São Francisco que se destina ao desenvolvimento agropecuário e industrial da região ribeirinha do grande rio, desde 100 km a montante de Paulo Afonso até sua foz.

Também está o meu Governo estudando com todo o interesse a melhoria e a ampliação da rede de transportes nesta região, a fim de que se completem as rodovias já iniciadas e o ramal ferroviário Salgado–Paulo Afonso, assim como a ligação ferroviária Paulo Afonso–Arcoverde. Estuda-se ainda a possibilidade de tornar francamente navegável o São Francisco, desde a sua foz até Piranhas, proporcionando, assim, livre acesso ao tráfego marítimo em vasta região do Nordeste.

O incremento das pesquisas minerais, na região beneficiada, será, como já apontei no início, uma das conseqüências mais notáveis da exploração hidrelétrica do São Francisco. Em Olinda (Pernambuco), Arapiraca (Alagoas) e Ipirá (Bahia) há grandes jazidas de fosfatos, de que tanto depende a agricultura nacional. O sal-gema de Sergipe poderá ser a base de uma grande usina de álcalis, utilizando-se o processo eletrolítico. Também há calcários localizados em várias zonas e que servirão para fabricar cimento.

São conhecidos os depósitos de ferro de Sento Sé, bem como os minérios estratégicos de manganês e cromo, insuficientemente explorados em Jacobina, Campo Formoso e outros Municípios baianos. O cobre do Caraíba, no sertão adusto da zona de Canudos, poderá ser mobilizado para a reconsolidação da indústria nacional, tão carente desse precioso metal, desde que se construam as linhas de transmissão, a via de acesso e o suprimento de água, essenciais ao estabelecimento de uma usina local.

No ano passado, determinei o estudo definitivo do aproveitamento das minas de Caraíba, no desejo de que venham elas resolver um problema importante para a industrialização nacional e possibilitar economicamente, e a curto prazo, a linha de transmissão que deverá atingir o médio São Francisco, em Juazeiro e Petrolina.

Temos ainda o tungstênio e o berílio, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, que também serão beneficiados no plano de Paulo Afonso. Da atmosfera se extrairá o azoto para a fabricação de grande quantidade de nitrato, sobretudo para adubos.

Dentre as indústrias de origem agropecuária, assumiram importância relevante a de fibras regionais, como os excelentes algodões de fibra longa, o sisal, o caroá e outras, as de óleos e resinas vegetais, as de couros e pêlos.

Com essa base industrial e novas fontes de abastecimento de matérias-primas agropecuárias, decorrentes da irrigação e da colonização, novas condições de vida se irradiarão de Paulo Afonso para todo o Nordeste, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento equilibrado da economia brasileira.

O outro grande problema que temos de resolver, nesta região do País, é o da energia. Está o meu Governo empenhado em atacá-lo sistematicamente, estabelecendo uma política nacional de energia, na qual se inclui também a energia florestal.

Apresentei ao Congresso, há quase um ano, o plano do Carvão Nacional; e, no fim de 1951, um projeto relativo à exploração do petróleo, criando uma organização com o vulto e a flexibilidade necessários a tão magno empreendimento. Numerosos projetos de eletrificação têm sido igualmente apoiados, técnica e financeiramente, pelo Governo Federal, que para os mesmos tem concedido créditos e patrocinado a obtenção de financiamento no estrangeiro, com a garantia de fornecimento de equipamentos.

Devemos concentrar todos os recursos financeiros e técnicos que forem precisos, para coordenar a ação dos vários órgãos públicos na solução desse problema e na execução da política nacional de energia.

No meu Governo anterior, o Conselho Federal do Comércio Exterior iniciou o estudo do Plano Nacional de Eletrificação; e as diretivas então firmadas estão sendo hoje objeto de estudos complementares. Solicitei ao Conselho Nacional de Economia e aos órgãos especializados da administração que realizassem trabalhos técnicos para a pronta elaboração e execução de um Plano Nacional Integrado de Eletrificação.

Foi também reconstituído e atualizado o estudo feito em 1945 pela Comissão da Indústria do Material Elétrico, a fim de criar a indústria de material elétrico pesado, essencial à expansão do sistema de eletricidade no Brasil.

Se agora sofremos, em todo o País, o racionamento de energia elétrica, é porque a montagem de usinas demora longo tempo e nem as empresas privadas concessionárias, nem o Governo desenvolveram em tempo programas de expansão de nossa capacidade instalada, que está crescendo vertiginosamente. Tal situação não poderá ser remediada em meses; porém estão sendo tomadas medidas para que não se prolongue.

Assim, o Plano Nacional de Eletrificação, que em breve encaminharei ao Congresso, constituirá novo e poderoso elo da política nacional de energia e de uma grande reforma de base da economia brasileira.

Brasileiros!

Com sincera emoção antevejo a era da conquista integral deste vale prodigioso e abençoado, onde milhões de brasileiros poderão refugiar-se, com a segurança do dia de amanhã e a certeza de que lograrão trabalhar com entusiasmo – pois na terra acharão fartura de alimentos e nas águas da cachoeira encontrarão a fonte inesgotável de energia que lhes permitirá movimentar as máquinas da civilização e do progresso.

O Nordeste inteiro há de crescer e enriquecer-se com o grande impulso industrial que partirá dessa obra gigantesca, sonho de muitas gerações e esperança de numerosas populações, que ainda hoje se debatem com dificuldades e entraves de toda sorte.

Um novo ímpeto civilizador há de brotar das águas do São Francisco, conquistadas pela firme vontade do homem; e dias melhores, de fartura, de tranquilidade, de trabalho fecundo e de bem-estar social, hão de nascer no vale imenso, que foi uma dádiva e um desafio da natureza bravia à coragem, à tenacidade e ao heroísmo da nossa gente.

Brasileiros

Povo da Bahia

Uma das páginas mais notáveis da história econômica do Brasil foi escrita aqui, no Recôncavo baiano, quando, em janeiro de 1939, jorrou petróleo das entranhas do solo pátrio, após uma incansável pesquisa de vários decênios.

Coube ao meu Governo a glória de haver realizado êsse descobrimento, destinado a imprimir nôvo rumo ao progresso do País e que foi o coroamento de uma série de tentativas infrutíferas que se vieram sucedendo e multiplicando desde o começo do século. Organizou-se desde logo um plano sistemático de sondagens, que tornou realidade a exploração industrial do petróleo brasileiro, embora restrita, até o presente momento, ao âmbito de uma produção para o consumo local.

Antes de mais nada, desejo louvar a capacidade dos nossos técnicos, a audácia dos pioneiros da penetração do solo pátrio e o esforço tenaz e infatigável dos trabalhadores dedicados, que, sem medirem sacrifícios, lutaram, durante muitos anos, para que se tornassem afinal realidade palpável os sonhos e as esperanças de tantas gerações.

A guerra mundial impediu que se levasse avante êsse empreendimento, com o ritmo acelerado que seria aconselhável. Mas, não obstante isso, as reservas petrolíferas da Bahia chegaram a produzir, no começo de 1951, 5.000 barris diários.

Com essa produção, ainda , estamos muito longe de atender às necessidades do País, que consome, em média, 130.000 barris diários, prevendo-se que, em 1953, êsse consumo atingirá 170.000.

A principal dificuldade com que nos defrontamos, para resolver o problema do petróleo, é de ordem financeira. Qualquer iniciativa nesse terreno exige vultosos capitais e uma diretriz política e econômica bastante firme e persistente.

Durante o decênio de 1931–1940, o consumo de petróleo no Brasil cresceu na média anual de 6,4%; no decênio seguinte, 1941–1950, aumentou pra 11,9%. Em 1951 consumiram-se no País 119 mil barris diários, que custaram ao consumidor 3 bilhões e 850 milhões de cruzeiros.

E para fazer face a tão grande consumo, a produção brasileira ainda é insuficiente e inoperante. Somos, por isso, obrigados a importar grande quantidade de petróleo e derivados, consumindo nessa importação tôdas as nossas divisas no exterior. De ano para ano, as compras de petróleo bruto e de seus derivados vêm-se transformando no mais pesado encargo externo do País, tanto mais quanto essas compras são feitas em dólares. As compras do corrente ano consumirão mais de 5 bilhões de cruzeiros, representando 266 milhões de dólares. E se atentarmos em que as importações de produtos de petróleo, em 1951, representaram um aumento de 50%, em valor, sôbre as de 1950, bem se poderá avaliar qual o ritmo dêsse aumento de encargos. Se o problema não fôr solucionado em curto prazo, antes de 1956 teremos uma média anual de 10 bilhões de cruzeiros para as importações brasileiras. É difícil acreditar que tenhamos divisas para tanto.

Constitui, por isso, necessidade imprescindível o prosseguimento das pesquisas, a fim de que se possa descobrir mais petróleo, e traçar um plano sistemático de sondagens e de exploração industrial do combustível líquido mais importante para o abastecimento dos veículos de transporte e para a emancipação econômica nacional.

Precisamos mobilizar nôvos recursos financeiros, principalmente no setor de pesquisa e lavra; e só poderemos contar, de fato, com uma fonte de tais recursos: a tributação. O problema terá de ser solucionado criando-se novas fontes de receita e

50 organizando-se as pesquisas através de uma entidade capaz de lhes dar unidade de direção e eficiência de ação.

55 Essas considerações levaram meu Governo a enviar ao Congresso Nacional, em dezembro de 1951, a mensagem que propôs a criação de uma sociedade de economia mista nos moldes da Companhia Siderúrgica Nacional, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, já que estas constituíam eloquente testemunho de uma atividade fecunda e útil aos interesses do País. Não receio proclamar que o projeto ora submetido ao patriotismo e às luzes do Congresso Federal representa o instrumento mais apropriado para a exploração e industrialização do petróleo, além de constituir uma organização genuinamente nacional, sob o mais completo e rigoroso

60 O projeto de incorporação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, ou, mais simplesmente, Petrobras, visa captar, para o desenvolvimento da indústria brasileira do petróleo, as fontes de receita de que necessita e a centralização de iniciativas que lhe é indispensável. Mais ainda, consolida a orientação nacionalista, de que nunca se afastou o meu Governo e que espero poder sustentar até o fim, contra todos os adversários descobertos ou embuçados e os inimigos da nossa emancipação econômica.

65 Outros planos tinha o Governo que me antecedeu, quando baixou o Decreto-Lei nº 9.881, de 16 de setembro de 1946, que autorizou a constituição de uma empresa para gerir a refinaria de Mataripe e outras refinarias – empresa essa que só estaria sob o controle federal enquanto fôsse insuficiente o capital particular, que não tinha limite individual de subscrição. O Governo só nomearia o presidente da companhia enquanto a União tivesse mais de 25% das ações; ou em qualquer hipótese, os diretores seriam eleitos pelos demais acionistas.

70 Em complemento desse decreto foram enviadas ao Congresso as Mensagens números 61 e 62, de janeiro e fevereiro de 1948, respectivamente, com projetos de leis que reformulavam completamente a orientação nacionalista do meu passado Governo, propondo-se, na primeira dessas mensagens, alterações fundamentais na lei de permissões para refinação e transporte, inclusive oleodutos para abastecimento interno, facultando-se a constituição de sociedade brasileiras com 40% de sócios estrangeiros, com limites de quotas. A segunda Mensagem projetou o famoso Estatuto do Petróleo, que desde logo enfrentou um grande movimento de opinião, levando a Câmara dos Deputados a arquivá-lo.

80 Por certo, ninguém põe em dúvida o patriotismo dos homens públicos que pretendiam executar esse programa. Fundavam-se eles na tese de que ao Estado cabia apenas a função pioneira e estimuladora, e não a função do controle efetivo da indústria do petróleo. Já não pensava assim, todavia, a imensa maioria do povo brasileiro.

85 Desde que reassumi o Governo, ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei. Pareceu-me também que, numa indústria complexa como a do petróleo e num país extenso como o Brasil, cuja grandeza depende do máximo desenvolvimento regional, o êxito de um programa dessa ordem dependeria da maior flexibilidade e descentralização de atividades executivas. A natureza desse empreendimento, embora requeira unidade de ação e orientação governamental, não exige centralização rígida, disciplinada a um departamento administrativo, no sentido estrito do termo.

90 No caso em estudo, poder-se-ia obter o controle do Estado sem o prejuízo da liberdade de ação industrial e comercial, indispensável ao âmbito da organização que se pretende estabelecer.

Eis por que se orientou o Govêrno para o projeto de constituição de uma sociedade de uma economia mista, na qual pudesse êle reunir a maioria absoluta das ações e participar diretamente de uma empresa dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial.

No projeto da Petrobras, a associação do capital privado ao do Estado foi estabelecida de maneira que não compromettesse, mesmo remotamente, o contrôlo do Govêrno sôbre a sociedade de economia mista. Ao mesmo tempo, cuidou-se de unir as fontes de receita da nova companhia ao refôrço concomitantemente do Fundo Rodoviário Nacional, com o aumento do impôsto sôbre combustíveis líquidos e lubrificantes.

A Petrobras foi concebida como uma entidade ao mesmo tempo de execução direta, em certos setores de trabalho, e de coordenação técnica, econômica e financeira, em outros. Tôdas as empresas subsidiárias da Petrobras deverão constituir-se segundo o modelo da empresa central, embora mantidas com recursos financeiros pertencentes às administrações regionais e locais.

Quando pôsto em prática, êsse plano imprimirá nôvo impulso a uma série de atividades relacionadas com o problema do petróleo. Espera-se, por exemplo, que a produção petrolífera do Recôncavo baiano atinja a cifra de 25.000 barris diários, dentro de quatro anos. Intensificar-se-ão as pesquisas na Amazônia, noutros Estados do Norte e na bacia do Paraná. Terá início a exploração industrial de xisto betuminoso do Vale do Paraíba. Será concluída a refinaria de Santos e se constituirão novas usinas, com uma capacidade adicional de refino da ordem de 100.000 barris diários, que é a média de consumo nacional. Êsse plano está em fase final de estudos no Conselho Nacional de Petróleo.

Esperamos obter também a auto-suficiência no suprimento de lubrificantes de origem mineral, pela industrialização do óleo bruto baiano, e a ampliação da frota de petroleiros nacionais para 500 mil toneladas.

A Petrobras será, na verdade, o próprio Govêrno agindo no campo da indústria petrolífera, tal como já faz na indústria do aço, através da Companhia Siderúrgica Nacional. E isto sem prejuízo do concurso do capital privado, através das subscrições compulsórias de todos os proprietários de veículos automóveis. Mas nem remotamente existe o perigo de que, através da participação do capital privado, venham a agir grupos financeiros alienígenas, ou mesmo nacionais. Afastou-se tal perigo de vários modos: quer limitando a subscrição de ações com direito de voto, quer estabelecendo que o presidente e os diretores-executivos da sociedade serão nomeados pelo Presidente da República, tendo o primeiro direito de veto sôbre as decisões do Conselho de Administração, quer ainda, reduzindo a 15% o montante da participação do capital particular na sociedade, onde os Estados, Municípios e Autarquias poderão contribuir até 25% e a União Federal até 65% e nunca menos que 51%.

Nessas bases, a organização da Petrobras foi concebida dentro de um ponto de vista nitidamente nacionalista. Ela dará o petróleo do Brasil aos brasileiros e tornará possíveis os recursos financeiros vultosos de que necessitamos para explorar uma das maiores fontes de riqueza da civilização.

Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfraldando em tôda a minha vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos. Coube ao meu passado Govêrno elaborar a legislação de minas, que nacionalizou a propriedade e a exploração de nosso subsolo, cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio mineral do Brasil.

Em 29 de abril de 1938, considerando a importância fundamental do combustível líquido para a nossa economia e segurança, promulguei o Decreto-lei nº 395, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo.

Ficaram assim dependentes de autorização e controle do Poder Público a importação, exportação, distribuição, transporte e refinação do óleo mineral e seus derivados, e foi nacionalizada a indústria do refino.

Essa foi cuidadosamente regulamentada pelo Decreto número 4.071, de 12 de maio de 1939. Para realizar os objetivos da lei, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, cujas funções foram depois ampliadas, inclusive para pesquisa, lavra e industrialização, pelo Decreto nº 538, de 7 de julho de 1938.

Prosseguindo na trilha da preservação e nacionalização dos nossos recursos naturais, iniciado com o Código de Minas de 1934, promulguei, em 29 de janeiro de 1940, o novo Código de Minas, que está em vigor, e pelo qual só podem ser sócios de empresas privadas de mineração, autorizadas a pesquisar ou lavrar minérios, os brasileiros, inclusive os naturalizados e os casados com estrangeiras. Para o petróleo, entretanto, prevaleceu a norma da exigência de ser brasileiro nato, casado com brasileira.

Ainda em 1940, pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro, criou-se o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, importados e produzidos no País, com o objetivo de disciplinar a matéria em benefício da expansão da indústria petrolífera nacional e de promover recursos para o Fundo Rodoviário.

Em 1941, outra lei do meu Governo – o Decreto-lei nº 3.236, de 7 de maio – define o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais e de rochas betuminosas, existentes em território nacional, as quais pertencem à União, a título do domínio privado imprescritível. Nessa lei se exigiu a nacionalidade brasileira dos sócios das empresas que pretenderem autorização para mineração do petróleo. Esta foi, aliás, a diretiz firmada por mim desde a Revolução de 1930 e da qual nunca me afastei.

Durante muitos anos a tecla favorita da campanha dos meus adversários foi o combate ao nacionalismo da minha política de Governo. Entretanto, foi esse nacionalismo a couraça que defendeu o Brasil contra a incursão dos trustes internacionais.

É justificável a sinceridade dos que encaminharam as suas preferências para outras formas jurídicas, como incompreensível a atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jogo de oposição. Não os incluo entre os conhecidos advogados dos monopólios econômicos estrangeiros, nem entre os arautos dum falso nacionalismo que mal encobre sua filiação ideológica, visando novos imperialismos. Não é de espantar, pois, que se levantem agora, uns e outros, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental – os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para eles, só interessa que o petróleo seja nosso, mas... debaixo da terra.

A despeito de tudo, haveremos de celebrar em breve a solução do magno problema nacional e assim o Brasil dará mais um passo decisivo no caminho da sua emancipação econômica e industrial. E entraremos numa nova era de riqueza e de intensa produtividade, com o concomitante aumento do nível de vida do operariado e das condições de conforto e bem-estar de nossa população.

Povo da Bahia!

Quis o destino que essa terra abençoada viesse a ter mais uma participação essencial no progresso do Brasil; e que, no mesmo solo onde pela primeira vez floresceu

a civilização, também despontasse pela primeira vez o veio líquido de uma riqueza incalculável.

195 Por uma feliz coincidência, estamos às vésperas de 2 de julho e na proximidade do local onde ocorreu o feito histórico que essa data evoca. É grato ao meu coração de brasileiro recordar o magnífico episódio da história pátria, em que o Recôncavo baiano, por tôdas as suas classes, num movimento nitidamente popular que sacrificou os haveres de centenas de famílias, marchou contra a capital ocupada, para consolidar a independência nacional.

200 O que estamos fazendo aqui é uma nova consolidação da independência. Ontem foi independência política; hoje é a independência econômica. A Bahia marcha de nôvo para recuperar o seu pôsto de pioneira na história do Brasil – desta vez desfraldando a bandeira da nacionalização do petróleo e da emancipação da nossa economia. Também esta campanha terá de vencer dificuldades enormes; mas podeis contar com a
205 colaboração do meu Governo, que tem o inabalável propósito de conduzi-la a bom termo, quaisquer que sejam os obstáculos e os sacrifícios.

Para aqui se voltam, pois, mais uma vez, os corações ansiosos de todos os brasileiros, esperando melhores dias, em que a fertilidade incomparável da Bahia disseminará por todo o País as bênçãos e os frutos do seu solo privilegiado.

210 Que se cumpra o seu destino. E que a riqueza da Bahia seja hoje, como foi tantas vezes no passado, uma fonte perene de engrandecimento do Brasil.

Senhor Governador Ernesto Dorneles.

Povo do Rio Grande.

Não é sem emoção que revejo a capital do meu Estado e que piso o solo desta terra gaúcha, cuja recordação nunca me abandona e a cujas tradições e costumes sempre fui fiel.

As manifestações de amizade, com que ora me recebeis, reacendem em mim, apesar de anos, o mesmo entusiasmo que me empolgava nos albores de minha carreira política; e sinto ao vosso contato o estímulo confortador da generosa hospitalidade gauchesca, o acolhimento de uma gente caldeada em lealdade e em franqueza, de quem sempre esperei e sempre recebi a mais perfeita compreensão e justiça.

Convém, portanto, que esta primeira visita ao meu Estado natal, de onde parti para empreender a campanha que me conduziria pela segunda vez à magistratura suprema do País, tenha o sentido de uma prestação de contas, de uma exposição do que me foi dado a realizar nestes quase dois anos de governo, em benefício de minha terra e de minha gente.

Agradeço ao Governador Ernesto Dorneles e a cordialidade com que aqui me acolhe. Inteligente e operoso, firme e leal nos seus propósitos, vigilante e sereno na defesa dos interesses do Estado do Rio Grande no sentido de melhor corresponder às aspirações do seu povo.

O Governo Federal tem dado todo o apoio aos empreendimentos da administração pública rio-grandense, como a todos os que, por qualquer modo, são úteis ao progresso do Estado. Inaugurando a XIX Exposição de Animais e Produtos Derivados, já tive ocasião de me referir ao que está sendo feito para o fomento da pecuária. Com relação às atividades agrícolas em geral, vêm sendo envidados esforços no sentido de promover um vasto programa de assistência técnica, através dos postos agropecuários federais, dotados de campos de demonstração e máquinas para servir aos lavradores. Uma rede de 10 postos de classificação e tratamento de sementes encarregar-se da seleção dos tipos de cultura mais aconselhados e de sua distribuição aos interessados.

Vem merecendo atenção especial do meu Governo a cultura o trigo – uma das maiores riquezas agrícolas do Rio Grande do Sul. No programa do trabalho do Serviço de Expansão do Trigo foram consignadas verbas orçamentárias no valor de 25 milhões de cruzeiros, além de um crédito especial de 30 milhões, já em tramitação no Congresso.

Foram concluídos 4 armazéns de estrutura de madeira e iniciada a construção de 9 armazéns metálicos pré-fabricados, os quais serão dotados do mais moderno e aperfeiçoado equipamento para a conservação e ensacamento do cereal. Deverá estar terminado em dezembro próximo o silo subterrâneo de Erechim, com capacidade armazenadora de 5.000 toneladas. Outras unidades já foram planejadas e aguarda-se apenas a ultimização de estudos relativos à sua localização para início das obras.

Para o fomento à cultura do trigo, adquiriu o órgão próprio 211 combinadas, além de 37 outras máquinas para os seus trabalhos, no valor total de mais de 20 milhões de cruzeiros. Dessas máquinas, 201 foram destinadas aos tricultores rio-grandenses, sendo adquiridas ainda 105 trilhadeiras de fabricação nacional, das quais 50 foram destinadas ao Estado.

A fim de aliviar, concomitantemente, a escassez de transportes, foram encomendados vagões apropriados para o transporte do trigo a granel e articuladas providências visando à efetivação do tráfego mútuo entre as estradas de ferro

Sorocabana, Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina e Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com o que se obteve o tráfego ininterrupto de comboios especiais desde o Rio Grande do Sul até São Francisco.

A revenda de sementes selecionadas vem acusando acréscimo pronunciado no ano em curso, já atingindo a 128.000 sacas, das quais 94.000 foram distribuídas no Rio Grande do Sul. As medidas perfeitamente coordenadas, que vêm sendo tomadas com relação ao amparo da produção tritícola nacional, são de molde a afastar qualquer intranquilidade dos meios produtores quanto à colocação das safras e à garantia de preços mínimos remuneradores.

O problema do trigo, porém, se reveste de outro aspecto, que convém ser sublinhado: o das compras que somos forçados a fazer na área de moeda forte. Tais importações vêm constituindo, mês a mês, pelo desfalque de divisas que acarretam, sério problema a situação cambial do País.

Por isto é indispensável atacar com decisão a questão do aumento na produção do trigo. Assim é que a próxima safra, se não ocorrerem fatores climáticos imprevistos, deverá ser duas vezes superior à maior colheita verificada entre nós.

A fim de guardar e preservar essa produção, estão sendo construídas, somente com os créditos normais, unidades para armazenamento que permitirão em cada período de safra, secar, limpar e estocar um total de 373.200 toneladas de trigo. Esta tonelage de armazenamento está se ampliando, agora, com a construção de 5 armazéns metálicos e 5 subterrâneos, sendo que 2 armazéns e 3 silos serão localizados no Rio Grande do Sul.

Já se acha planejada, outrossim, uma rêde de armazéns frigoríficos e matadouros industriais de âmbito nacional, a fim de solucionar um dos problemas fundamentais do país, qual seja o da conservação e estocagem de gêneros alimentícios. Esse plano, cujo custo foi orçado em 6 bilhões de cruzeiros, está sendo objeto de estudo por parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para fins de financiamento, devendo a sua execução principiar pelo extremo Sul do País.

Uma vez concretizado esse grandioso projeto, o Rio Grande do Sul passará a contar com 3 novos matadouros industriais, em Tupanciretã, Bagé e Alegrete, além de 2 grandes frigoríficos, sediados em Pôrto Alegre e Rio Grande.

Ao reassumir o Governo, pude sentir a curva regressiva que se opera nos contrôles da economia madeireira, com grave repercussão nas receitas públicas dos Estados produtores – entre eles o Rio Grande. Graças, porém a medidas tomadas pelo Governo Federal, já começa a exportação das nossas madeiras, ao mesmo tempo que se processa uma recuperação de preços, capaz de recolocá-las na devida posição estatística no mercado mundial.

A crise madeireira, provocada pelo excesso de produção, só poderá ser vencida se o trabalho das serrarias não se exercer além do limite reclamado pelas exigências do mercado interno e as demandas normais do exterior. E a sua composição imprescindível pouco a pouco se vai tornando mais efetiva, pela observância dos dispositivos do Código Florestal.

As riquezas do subsolo rio-grandense não continuarão esquecidas, como as minas de cobre de Camaquã. Já foram articuladas as providências necessárias para a intensificação da lavra dessas jazidas, e benefícios imediatos advirão, para o Estado, da exploração desse metal raro, de consumo forçado em todos os processos de industrialização.

Está em execução, igualmente, vasto programa de obras públicas a cargo de diversos departamentos federais, e que de maneira direta beneficiam o Rio Grande do Sul.

100 Na parte sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras de Saneamento inclui-se a dragagem e canalização do arroio Dilúvio, nesta capital, assim como a pavimentação das avenidas marginais ao riacho, que visa franquear ao público duas alamêdas de ligação do centro com os populosos bairros de Partenon e Petrópolis.

105 Já se acham iniciados os trabalhos de construção do cais Marcílio Dias, em prolongamento ao cais dos Navegantes, e os de recuperação da área abrangida por êsses dois cais, mediante atêrro de um volume da ordem de 3 milhões e 700 mil metros cúbicos . Com a construção do dique-avenida, numa extensão de 5.250 metros, e dos armazéns do Departamento Nacional de Pôrtos, Rios e Canais, a cidade de Pôrto Alegre disporá de mais de 3.500 metros de cais acostável, para navios com calado até 6 metros, e ficará protegida contra as freqüentes inundações da sua zona industrial.

110 Ainda outras obras – como a terraplenagem do Saco do Cristal e o canal de desvio do rio Gravataí – foram atacadas nesta capital. Para a execução dêsses trabalhos e obras de saneamento e eletrificação nas grandes cidades de Nôvo Hamburgo, Taquara, Santa Maria, Ijuí, Pelotas, Rio Grande, Camaquã, Soledade, Passo Fundo, São Francisco de Paula e Canela, foi prevista no corrente exercício, uma dotação de 90
115 milhões de cruzeiros; e, para o ano próximo, já solicitei ao Congresso Nacional as importâncias de 58 milhões e 75 milhões, respectivamente, para as obras de saneamento e as do plano de eletrificação estadual. Para êste último, já foi concedido pelo International Bank um empréstimo no valor e 25 milhões de dólares, e um bilhão de cruzeiros completará êsse investimento em dólares, que conta com o pleno apoio e a
120 garantia da União.

Para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, os estudos em curso, prestes a serem concluídos, importam num investimento de vinte e sete milhões e trezentos mil dólares e um bilhão e duzentos mil cruzeiros. É o maior investimento ferroviário que será feito no Brasil, após o da rêde suburbana da Central do Brasil, devendo ser obtida uma
125 reforma total da estrada de ferro, com plena garantia de eficiência de operação e de custo.

No setor ferroviário, há vários e importantes trabalhos, uns em estudo, outros projetados e ainda outros em execução. Entre êles revela salientar a variante Passo Fundo a Caí, que irá servir e beneficiar a zona serrana do Estado, e para cuja construção
130 já foi pedido o refôrço de crédito. Também o aceleração das obras de construção das variantes Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré e Pedras Altas-Cerro Chato está em adiantada fase de estudos.

Além disso, numerosos empreendimentos, como as galerias e casas de bombas do cais dos Navegantes e da Vila Niterói, Taim e Pelotas, a recuperação dos banhados de Gravataí, a canalização do arroio Santa Bárbara e as obras de saneamento nas
135 cidades de Livramento, Uruguaina, Cachoeira do Sul, São Leopoldo, Tôrres e Alegrete, integram o plano quinqüenal que tive a ocasião de aprovar, com final de conclusão previsto até 1956 e custo orçado em 280 milhões de cruzeiros.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, seja por seus propósitos, seja em cooperação com o Departamento Estadual, vem procurando ultimar, na rodovia Pôrto Alegre-Passo do Socorro, os trabalhos de duplicação da pista no trecho entre Vacaria e Passo do Socorro. É de esperar a conclusão, nos próximos meses, da rodovia Cruz Alta-Júlio de Catilhos. Nesses e noutros trabalhos, que interessam a vários

145 municípios do Rio Grande, depende do Govêrno Federal, no corrente exercício, a verba de 96 milhões e 200 mil cruzeiros.

As rodovias Pôrto Alegre-Uruguaiana, Pôrto Alegre-Jaguarão, Rio Grande-Chuí, Pelotas-Bagé, Bagé-Aceguá, Livramento-São Gabriel, Uruguaiana-Barra do Guaraí e Pelotas-Rio Grande estão com os trabalhos adiantados, destacando-se, em algumas delas, as obras de arte já concluídas.

150 No setor atinente ao Departamento Nacional de Portos Rios e Canais, o reaparelhamento dos portos do Rio Grande, Pelotas e Pôrto Alegre consta no plano nacional aprovado em 21 de dezembro do ano passado, com obras de valor de 200 milhões de cruzeiros, graças às quais os três grandes portos rio-grandenses ficarão aparelhados para escoar, fácil e rapidamente, o volume crescente da produção dos
155 portos lacustres e fluviais. Atualmente, o Govêrno Federal está construindo o pôrto de Santa Vitória do Palmar, e também a estrada Santa Vitória-Taim, completando o acesso à zona de influência do pôrto.

À margem esquerda do rio Jaguarão, também se estão ultimando as obras do seu pôrto.

160 Além dêstes, prevê-se a construção, na Lagoa dos Patos, dos pequenos portos de Tapes, Camaquã, Palmares, São José do Norte e Mostardas; no rio Jacuí, dos de Fania, São Jerônimo, Amarópolis, Rio Pardo e Cachoeira; e no rio Taquari, dos de Mariante, Bom Retiro e Lajeado.

Uma das vantagens da construção dêstes embarcadouros lacustres e fluviais será
165 permitir o transporte direto das mercadorias para o principal pôrto exportador do Estado, que é Rio Grande. A instalação de silos contribuirá para baratear sensivelmente não só a movimentação das mercadorias, mas também o seu transporte fluvial e marítimo. Serão gastos, nessas obras, 45 milhões de cruzeiros.

Os serviços de dragagem, a construção de barragens – constantes do plano de
170 eletrificação dos Estado – e as obras de ampliação dos trechos navegáveis dos rios do Estado estão sendo levadas a efeito sem desfalecimentos, e, graças a elas, já estão abertos à navegação importantes trechos dos rios do Jacuí e Taquari. Quanto à dragagem dos canais interiores da Lagoa dos Patos, vai custar ao Govêrno Federal cêrca de 75 milhões de cruzeiros, com evidentes benefícios para o comércio do Rio Grande do
175 Sul.

Para a execução de outras obras e empreendimentos de interêsse público, a cargo do Govêrno estadual, colaborou o meu Govêrno decisivamente com o empréstimo de 400 milhões de cruzeiros.

Um dos problemas que mais afligem as populações de menores recursos, o da
180 casa própria, terá solução parcial com o plano organizado pela Fundação Casa Popular, onde se inclui a construção de núcleos residenciais em Erechim, São Jerônimo, Nôvo Hamburgo, Cachoeira do Sul, São Leopoldo, São Borja, São Gabriel, Passo Fundo, Getúlio Vargas, Uruguaina e Tupanciretã, e no qual aquela Fundação despenderá a importância de sete milhões de cruzeiros. Em Pôrto Alegre, serão construídas 1.000
185 casas de madeira pela Prefeitura Muncipal, a quem a Fundação Casa Popular emprestará 16 milhões de cruzeiros para êsse fim.

O amparo financeiro do Govêrno Federal à economia do Rio Grande do Sul se tem manifestado de diversos modos e em repetidas ocasiões. O Banco do Brasil vai proceder à instalação de mais de 12 agências, nas cidades de Pôrto Alegre, Arroio
190 Grande, Carazinho, Guaíba, Lagoa Vermelha, Montenegro, Palmeira das Missões, Rosário do Sul, Santa Rosa, Santiago, São Lourenço do Sul e Tupanciretã. Sòmente no

corrente ano, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil deferiu, no Estado, empréstimos no valor de 688 milhões de cruzeiros, tudo fazendo crer que êsse total se elevará, no segundo semestre, a um bilhão e 500 milhões de cruzeiros.

195 Não são apenas as cifras que têm significação, no esforço desenvolvido pela mencionada Carteira em prol da economia do Estado. Deve ser ressaltado também o processo de atendimento às reais necessidades dos produtores, que consiste na maior difusão possível do crédito, com a melhor assistência financeira aos pequenos e médios produtores, principalmente através das cooperativas, cuja organização vem sendo
200 estimulada.

Com essa finalidade, foi modificado o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, visando à criação de nova modalidade de operações, pela qual se permitem financiamentos aos pequenos produtores rurais até a importância de 50 mil cruzeiros, mediante processo simplificado e dispensado a outorga
205 de garantias reais, que ocasionava demoras burocráticas em sua tramitação pelos cartórios.

Ao lado disso, não foi esquecida, nos financiamentos, a economia fundamental do Rio Grande, representada pelos seus produtos básicos tais como o arroz, a lã e o trigo. Ao primeiro, foi concedido, em 1951, através do I.R.G.A., financiamento do
210 montante de 600 milhões de cruzeiros; em 1952, êsse auxílio já se expressa pelo montante de 400 milhões, perfazendo assim o total de um bilhão de cruzeiros, o qual não inclui os empréstimos feitos diretamente aos rizicultores. Relativamente à produção lanígera do Estado, merece destaque a assistência que lhe trouxe o Banco do Brasil, amparando-a no momento em que se prenunciava grave crise, resultante da situação
215 anormal dos mercados estrangeiros. Os lanicultores rio-grandenses receberam nessa emergência, empréstimos no total 274 milhões de cruzeiros. Igualmente expressivo foi o auxílio financeiro prestado à cultura do trigo, bastando mencionar o fato e que sòmente no primeiro semestre do ano em curso os empréstimos para o custeio das lavouras dêsse cereal totalizaram 90 milhões de cruzeiros, contra apenas 29 milhões em todo o
220 exercício de 1950.

Finalmente, acompanhando o surto industrial do Estado, a Carteira aumentou suas aplicações. Assim, tendo alcançado 276 milhões de cruzeiros em 1950, subiram a 337 milhões em 1951 e já somavam 326 milhões no período janeiro-junho do corrente. Neste setor, a ação da Carteira está possibilitando o crescimento do parque industrial do
225 Estado, mediante apoio financeiro às iniciativas de real mérito, como foi o caso da recente instalação da primeira fábrica de adubos químicos de que será dotado o Estado.

Diretamente ao Govêrno estadual, o Banco do Brasil concedeu empréstimos no valor de 500 milhões de cruzeiros, para execução do plano de eletrificação e reequipamento da Viação Férrea; à Prefeitura de Pôrto Alegre foram concedidos, pela
230 mesma instituição, 60 milhões de cruzeiros para o reaparelhamento dos serviços elétricos da cidade; às organizações moageiras, para a aquisição de trigo nacional da safra 1950-1951, foi aberto o crédito de 30 milhões de cruzeiros. Em resumo, a evolução dos empréstimos à produção e comércio assinala, tomados os resultados do primeiro semestre do ano em curso, uma variação percentual de 104,4% sôbre os saldos registrados em 31 de dezembro de 1951.
235

No setor de Educação e Saúde também não houve ausência da ação federal. Para auxílios, subvenções, Fundo de Assistência Hospitalar e Universidade do Rio Grande do Sul foram consignados, no orçamento do corrente ano, recursos no total aproximado de 111 milhões de cruzeiros, permitindo assim os trabalhos de erradicação da malária e de

240 intensificação da Campanha de Educação de Adultos em todo o Estado, que detém uma das maiores taxas de alfabetização observadas no País.

Antes de terminar, quero aproveitar esta oportunidade para anunciar-vos três auspiciosas notícias, ligadas a realizações que ficarão para sempre associadas ao progresso ao bem-estar do Rio Grande do Sul.

245 A primeira é que determinei a aceleração dos estudos para a construção da ponte sobre o rio Guaíba, que vai vencer o último obstáculo que ainda interrompe o traçado da mais importante rodovia do País, completando a ligação entre a Capital Federal e a fronteira uruguaia em Jaguarão, assegurando a facilidade de comunicação da capital do Estado com os municípios do Sul, e abrindo novas perspectivas ao desenvolvimento urbano de Pôrto Alegre.

250 A segunda é que acabo de assinar decreto abrindo o crédito de 150 milhões de cruzeiros para a instalação da usina termelétrica de Candiota, que vai utilizar carvão das jazidas rio-grandenses para fornecer energia a uma importante zona do Estado, beneficiando assim duplamente a economia gaúcha.

255 A terceira, enfim, é que enviei mensagem ao Congresso pedindo a aprovação do Convênio entre União e o Estado, para a execução do serviço de irrigação destinado a aumentar a produtividade do solo, e para os quais os cofres federais vão concorrer com 125 milhões de cruzeiros.

Meus Senhores!

260 Ao rememorar algumas realizações levadas a efeito pelo meu Govêrno e que mais diretamente interessam a êste Estado, conforta-me a segurança de que o fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul e o aproveitamento integral de seus recursos redundarão em proveito para o Brasil inteiro, do qual esta terra gaúcha é um dos celeiros naturais de fartura e abundância, como sempre foi uma reserva inesgotável
265 de forças cívicas e de valores morais. Nestes campos, tantas vêzes talados pelo tropel das guerras, está travada uma batalha mais gloriosa e mais fecunda: a da produção. Nela, como em todas as outras, a vitória há de sorrir aos gaúchos, para o bem da Nação inteira, para a grandeza e a glória do Brasil.

Trabalhadores do Rio Grande do Sul
Trabalhadores do Brasil

Não acho palavras para expressar tôda a satisfação por êste meu reencontro convosco, tôda a minha alegria em assistir a mais esta demonstração de vossa lealdade e firmeza – companheiros que fôstes de todas as horas de minha vida pública, quer estivesse no Gôverno, defendendo vossos direitos, quer me isolasse no retiro da minha terra natal, onde me viestes buscar de nôvo para a magistratura suprema do País.

Conforta-me verificar que o proletariado brasileiro já adquiriu a consciência nítida dos seus deveres e responsabilidades na existência da Nação. No último pleito eleitoral, destes uma demonstração irretorquível da vossa independência e do vosso discernimento no tocante à solução dos problemas políticos.

Por isso mesmo, há duas condições para o vosso progresso e para a segurança de vosso futuro: a primeira é a liberdade sindical, vinculada a eleições livres e honestas no interior das vossas organizações profissionais; a segunda é a preparação do proletariado para a participação no govêrno, através do processo legal e constitucional do voto livre e secreto.

Estou certo de que dos embates eleitorais nos sindicatos resultará o fortalecimento do espírito democrático da classe trabalhadora. Muitos líderes novos surgirão, compenetrados da sua missão de harmonia social e de recuperação econômica da Nação, longe dos conflitos ideológicos e dos ódios recíprocos que só sabem destruir.

Os trabalhadores devem apoiar cada vez mais os sindicatos, participando ativamente na sua organização, prestigiando-os com a sua presença, fortalecendo-os com a sua solidariedade. Com isso daremos organização efetiva a êsse formidável exército do trabalho, cuja dedicação e patriotismo foram tantas vêzes demonstrados.

Já vos disse por diversas vêzes que o meu Govêrno põe o máximo empenho em ver robustecidos e prestigiados os sindicatos de classes. Bem compreendo a repulsa dos trabalhadores à pluralidade sindical, que enfraquece o proletariado, dividindo-o e pondo-o à mercê dos objetivos não só de agrupamentos políticos, mas também de interesses patronais. Não fere a unidade sindical – que norteou a legislação elaborada pelo meu Govêrno – o princípio da liberdade assegurado pela Constituição do País, pois ninguém é obrigado a sindicalizar-se. Contudo, associando-se ao sindicato, o trabalhador pode expender livremente os seus pontos de vista nas assembléias gerais e fazer prevalecer a sua vontade pelo voto da maioria.

Atendendo ao apêlo dos sindicatos, determinei que os institutos de seguro social facilitassem aos trabalhadores a aquisição das sedes dos seus grêmios profissionais, e já muitos dêles estão realizando o anseio de construir a casa do trabalhador.

Por outro lado, medidas foram tomadas no sentido de moralizar a aplicação do fundo social sindical, que não deve ser desviado para outras finalidades que não sejam estritamente de amparo aos que para êle contribuem, cada ano, com um dia de seus salários.

Já determinei providências para que, no ano próximo, se torne realidade o plano de construção de colônias de Férias para os trabalhadores de todo o País. Elaborado ao fim de meu anterior Govêrno e separados os recursos para a sua execução, foi aquêlo plano posteriormente abandonado. Os trabalhadores do Rio Grande do Sul também terão a sua grande colônia de férias, em que poderão recuperar suas fôrças e usufruir o justo repouso.

Outras realizações serão concretizadas ainda com os recursos do fundo social sindical, e, entre elas, deve ser ressaltada a instalação, em cada Estado, dos serviços de

recreação e assistência cultural dos trabalhadores, assegurando-lhes o acesso a bibliotecas populares e o exercício dos desportos.

Também os problemas ligados ao seguro social vêm merecendo do meu Governo os maiores cuidados, a fim de que os Institutos de Previdência Social possam cumprir tôdas as suas finalidades. Já os comerciários começam a ver instalados os ambulatorios de serviços médicos, e dentro, em pouco, deverão estar funcionando em todo o País os postos assistenciais do seu Instituto.

Na lei orgânica da previdência social já foi fixado o pensamento do Governo no que concerne à aposentadoria após 35 anos de serviço, atendida a condição de idade, podendo o trabalhador chegar a receber o benefício em valor igual ao do salário percebido quando em atividade. Medidas preliminares foram igualmente tomadas, para assegurar aos trabalhadores o justo direito a moradias com aluguéis acessíveis às suas condições de vida.

Ainda há muito que fazer, não obstante, para dar aos trabalhadores tôdas as garantias que constituem o ideal do meu Governo. Assim, os órgãos dirigentes das federações e das confederações de trabalhadores precisam realizar eleições para a renovação dos quadros. O mesmo se aplica aos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Impõe-se, igualmente, como medida de grande utilidade prática para o bom cumprimento das leis trabalhistas, a renovação dos representantes dos empregados em todos os órgãos da Justiça do Trabalho, bem como nas Juntas de Salário Mínimo, nos Conselhos de Previdência Social e nas Delegacias de Trabalho Marítimo. Os atuais detentores ocupam os cargos há longos anos, sem dar oportunidade a outros trabalhadores. É preciso que haja rejuvenescimento geral dêsses quadros, para que seja possível contato mais íntimo e mais atual das grandes massas trabalhadoras com os órgãos que são intérpretes dos seus direitos e das suas exigências de classe.

Mais do que tudo, porém, impõe-se a vossa preparação definitiva, trabalhadores do Brasil, para participar efetivamente no Governo através do voto livre. Nas democracias, o governo se constitui pelo voto da maioria; e vós sois incontestavelmente a maioria do povo brasileiro. Só com a conquista do poder tereis oportunidade para empreender a grande reforma alicerçada em bases de segurança econômica e justiça social. Essa reforma terá de vir, não pela revolução, mas pela evolução, não pela luta de classes, mas pela cristalização do próprio ideal da igualdade das classes na comunhão nacional.

Esta deve ser a vossa grande ambição. As reivindicações de classe são transitórias, quando não se amalgamam na hierarquia do poder e quando não encontram êsses órgãos permanentes de defesa na Administração e no Parlamento. Criar êsses órgãos, consolidar a posição política do proletariado, trazê-lo das oficinas e das fábricas para as altas esferas do Governo, através do voto livre e da seleção de valores – que são os processos democráticos por excelência – eis o que deve constituir todo o objetivo dos vossos esforços e das vossas lutas.

Só assim construireis para o futuro. Só assim podereis assegurar em caráter definitivo a felicidade, a tranqüilidade e a estabilidade econômica do vosso lar e dos vossos filhos.

Não afagamos a utopia de uma sociedade sem classes, mas almejamos o porvir de uma sociedade onde não existam privilégios ou monopólios de classe. Não nos seduzem as doutrinas daqueles que pretendem abolir o capitalismo para erguer em seu lugar uma forma ainda mais odiosa de exploração do trabalho. Queremos, sim, a cooperação harmoniosa e cordial, em termos de igualdade e de respeito mútuo, entre o

capital e o trabalho: um florescendo livremente no vasto campo oferecido à sua iniciativa criadora, e o outro, ao abrigo da insegurança e da opressão econômica, beneficiando-se de uma justa partilha dos frutos do empreendimento comum.

É esse clima que já sentimos no Brasil, onde ainda existem desajustados inevitáveis, mas onde se manifesta, de modo geral, uma animadora e crescente compreensão entre as classes, traduzida por uma ausência total de animosidade ou de intransigência nas relações recíprocas e por uma perfeita receptividade com referência aos princípios que inspiraram a legislação trabalhista e a sua aplicação.

Essa legislação, nascida que foi da espontânea iniciativa do meu Governo e de sua compreensão das necessidades e aspirações reais da classe operária, precisa, sem dúvida, ser gradativamente aperfeiçoada e ampliada. Sei quanto são fundadas as vossas críticas, quanto são razoáveis as vossas queixas; mas sabeis também quanto é sincera a minha disposição de escutar estas justas reclamações e de lhes dar pronto remédio. Podeis testemunhar que nunca encontrastes portas fechadas aos vossos apelos, nem ouvidos surdos aos vossos protestos. Não devo ocultar os entraves e as dificuldades de toda ordem que ainda surgem a cada passo, opondo-se à realização dos mais legítimos desejos dos trabalhadores; quanto maiores, porém, esses dificuldades e tropeços, mais necessito do apoio e da compreensão das massas trabalhadoras, a cuja felicidade e bem-estar tenho dedicado toda a minha vida pública.

Preciso dessa solidariedade e dessa compreensão, preciso de vossa cooperação ativa e vigilante, para que o patrimônio dos trabalhadores do Brasil, que é a legislação social à qual tive o orgulho de ligar o meu nome, não pereça na conjuração dos interesses egoístas, em meio da apatia das massas.

Trabalhadores do Rio Grande do Sul:

Devemos manter vivo e claro o ideal que há vinte anos nos une, que juntos conduzimos à vitória através de empecilhos de toda sorte, que erigimos em estandarte de luta e em legítimo título de glória para nossa Pátria. Devemos congregar-nos em torno das conquistas de nossa legislação trabalhista, estendê-las a todos os setores da atividade nacional, vivificá-las constantemente pela fé nos seus propósitos e pela confiança no triunfo dos princípios da justiça social, em nome dos quais combateremos e sobre os quais havemos de construir o Brasil de amanhã.

Ante as promessas de um nôvo ano, quando as lembranças do que se finda trazem ao espírito o estímulo dos êxitos alcançados e o ensinamento dos reveses sofridos, é-me grato recordar convosco os lances de mais essa jornada, que agora concluímos juntos – governo e povo irmanados no mesmo propósito de garantir
5 melhores dias futuros para a Pátria.

Rude foi o caminho, porém firme o nosso passo. Tivemos de vencer inumeráveis obstáculos, originados por angustiosos problemas econômicos e financeiros, com que se defronta não só o Brasil, mas o mundo todo. Reflexos de um desequilíbrio geral entre a capacidade das fontes de produção e as necessidades de consumo, tais problemas
10 impõem aos homens sempre crescentes provações. Entretanto, soubemos suportá-las com a serena e forte compreensão de que elas derivam de profunda e incontável crise universal.

Mas a tantos embaraços a natureza veio ainda ajuntar infausta contribuição. Em consequência da seca desastrosa que assolou o País e principalmente o Nordeste, não
15 pudemos contar com os produtos daquela vasta região. E o Govêrno precisou despende os mais enérgicos esforços para mitigar as carências das populações flageladas, como também para fazer face aos problemas provenientes do seu êxodo e a readaptação em terras mais afortunadas.

Aceitando o nosso quinhão de sacrifício, nesta fase tão árdua para todos os povos, uma certeza nos alenta. Não padecemos aqui o drama crepuscular de nações outrora poderosas, que atualmente vêm perdidas as suas opulências e exaustos os seus recursos. Pelo contrário, as nossas dificuldades resultam do nosso crescimento, do nosso progresso que se agiganta. Prenunciam o amanhecer de uma nova era de prosperidade para a Pátria grande e generosa, cujas riquezas, utilmente exploradas, recompensarão o
20 pertinaz e devotado labor dos seus filhos, que hoje preparam o dia de amanhã.

Não teme o Govêrno nem mesmo a acrimônia das atitudes parciais, as asperezas da injustiça, ou a malignidade dos farejadores de escândalos. Governamos de portas abertas e acolhemos com a mesma isenção tanto o estímulo do louvor espontâneo, como a vigilância da crítica livre.

30 Senhores!

Problemas fundamentais de caráter econômico, financeiro e administrativo têm sido objeto das preocupações constantes do Govêrno.

A situação das finanças públicas oferece um quadro animador. Livrando-nos do crônico mal dos déficits continuados, causa da anarquia financeira, para atingirmos, ao
35 findar o segundo ano do meu Govêrno, um saldo de mais de 2 bilhões. Durante o ano de 1952, nem um cruzeiro sequer foi emitido pelo Tesouro, que, ainda assim, dispõe de saldos para iniciar a execução orçamentária de 1953. Diminuímos dessa maneira, paulatinamente, a pressão inflacionária, com o propósito de dominá-la sem os perigos de uma deflação violenta.

A desproporção entre o aumento dos preços dos produtos importados e os nossos produtos de exportação é a causa principal do desequilíbrio de nossa balança de pagamentos. Graças às medidas que foram tomadas e ao esforço desenvolvido no segundo semestre do ano que findou, a crise está praticamente superada. Dentro em breve será normalizada a situação dos atrasos comerciais.

45 O programa de empreendimentos e obras de grande vulto, traçado no ano anterior, entrou em 1952 em plena fase de concretização. Projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, num montante de mais de 100 milhões de dólares, obtiveram financiamento externo, já se encontrando vários deles em franca execução. A Comissão programou ainda a aplicação de mais de 200 milhões de dólares

50 no Brasil, os quais aguardam a aprovação para a concessão de recursos em divisas estrangeiras.

A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, instalado em 1952, teve como finalidade a expansão econômica e o incremento dos meios de produção e transporte de todo o País, através de um órgão ao qual incumbe dirigir os
55 investimentos de capital em larga escala. Além disso, gerindo os recursos oriundos do adicional do impôsto de renda e a contribuição dos Institutos de Previdência, seguro e crédito para o fundo de reaparelhamento e de fomento, o banco constitui importante peça no mecanismo que permitirá ao Govêrno levar a bom termo o vasto plano do soerguimento econômico do Brasil.

60 A futura industrialização do País somente será viável se contar com fontes seguras e constantes de fornecimento de energia. Assim, deu o Govêrno prioridade à execução dos projetos tendentes a dotar o Brasil de um potencial de fôrça motriz, através da construção de usinas hidrelétricas de grande vulto. Paulo Afonso, Salto Grande, Funil, Itutinga, Rio Pardo, Três Marias constituirão marcos definitivos no
65 roteiro seguro para a emancipação econômica do País. Graças às obras já em execução, o potencial elétrico utilizado no Brasil deverá ser duplicado dentro de três anos.

A energia atômica é a grande revelação dos tempos modernos. Todos os países adiantados empregam esforços gigantescos no sentido de utilizá-la para fins industriais. As reservas de minérios empregados na indústria atômica constituem uma riqueza de
70 que não podemos ainda avaliar tôda a significação. Devemos assim dedicar-nos a fundo ao estudo e exploração útil dos nossos depósitos daqueles minérios, através de modernos processos de pesquisa e tratamento químico. Talvez se encontre nisso uma solução para as dificuldades do nosso comércio exterior, com a garantia de uma importante fonte de divisas estrangeiras.

75 O problema da exploração útil do nosso petróleo marcha para sua solução, consubstanciada no projeto da Petrobras, cuja execução, na forma porque houver por bem aprová-lo o Congresso, dará novas fôrças à economia nacional.

Para prestar assistência às populações da área que padece dos efeitos da sêcas periódicas, propus ao Congresso a criação do Banco do Nordeste, objeto de lei recém-promulgada. Não tardará a sua instalação à base dos recursos financeiros já consignados
80 no orçamento para 1953. Pelo fortalecimento e expansão da economia regional, o banco será o instrumento de uma nova política de amparo às populações flageladas.

Sancionada a lei sôbre a valorização da Amazônia, poderá agora o Executivo planejar a exploração das riquezas de uma das mais vastas e mais opulentas áreas do
85 universo. Será afinal incorporada efetivamente à economia do País a imensa bacia amazônica.

O reaparelhamento dos portos é outro programa de vulto que vem sendo executado pela Administração em ritmo intensivo, com o emprêgo inicial de cêrca de 3 bilhões de cruzeiros no aperfeiçoamento e melhoramento de 29 portos nacionais. Em
90 1953 deverão ser dragados cêrca de oito milhões de metros cúbicos, facilitando os transportes e, ao mesmo tempo, aliviando o custo dos serviços marítimos.

O requerimento ferroviário, que vinha sendo descurado há algum tempo, recebeu nôvo impulso em 1952. Mais de 28 milhões de dólares obtidos em empréstimos externos serão aplicados no melhoramento e desenvolvimento de nosso sistema
95 ferroviário. Projetos que visam ao reaparelhamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, da Leopoldina, da Viação Férrea Rio Grandense, da Rêde Mineira de Viação, da Rêde Paraná-Santa Catarina já foram aprovados, estando alguns em plena execução. Em três anos serão reformados cêrca de dois mil quilômetros de estradas de ferro. Mais de

300 novas locomotivas entrarão em atividade e o nosso sistema de transportes será enriquecido com mais vinte mil vagões. Todo êsse programa representa a aplicação de oito bilhões de cruzeiros no reaparelhamento de nossas ferrovias.

Prossegue intensivamente a realização do Plano Rodoviário Nacional, com a abertura e pavimentação de numerosas estradas que possibilitarão o escoamento eficiente dos produtos nacionais e incrementarão o intercâmbio comercial interno. A realização dêsse programa absorverá mais de um bilhão de cruzeiros.

Para atender às necessidades do nosso desenvolvimento industrial, Volta Redonda, que está duplicando as suas instalações, já iniciou os trabalhos para uma terceira fase, que elevará a sua produção a mais de um milhão de toneladas de aço por ano.

Os Institutos de Previdência Social e a Fundação da Casa Popular cuidam simultaneamente de resolver o problema dos que não têm abrigo. Um número sempre crescente de moradias vêm sendo entregues aos trabalhadores, no Distrito Federal, como em outros pontos do País. A Fundação da Casa Popular iniciou um plano de construção de conjuntos residenciais em diversas cidades do País. Por outro lado, recomendou o Govêrno aos Institutos de Previdência todos os esforços para reduzir os aluguéis dos seus imóveis, já tendo várias daquelas entidades adotado medidas nesse sentido.

No âmbito da assistência social, o Govêrno tomou a iniciativa de elaborar um projeto de lei orgânica que consolidará e uniformizará a legislação existente, adaptando-a à realidade brasileira e corrigindo as imperfeições que a experiência assinalou. Preocupado com as necessidades do homem do campo e desejoso de melhorar-lhe as condições de vida, o Govêrno propôs ao Congresso a criação do Serviço Social Rural, estando a tramitação do projeto no Legislativo em sua fase conclusiva. Êsse projeto, uma vez transformado em lei, abrirá para o trabalhador rural novas perspectivas, assegurando assistência dos poderes públicos àqueles que são ainda hoje os esteios de nossa vida econômica.

O Govêrno financiou em mais de cinco milhões de cruzeiros a produção agrícola, obtendo excelente resultados dessa política.

A instituição do seguro agrícola, também já proposta em mensagem ao Congresso, constituirá uma inovação das mais fecundas, cujos benefícios para o desenvolvimento da lavoura e da pecuária serão certamente consideráveis. Para proteger o lavrador, determinei a fixação dos preços mínimos de vários produtos, entre os quais o algodão, a juta e o agave. Por outro lado, acabo de sancionar a lei que criou o Instituto Brasileiro do Café, destinado a centralizar e racionalizar a política econômica no que diz respeito à produção, distribuição, exportação e demais problemas da nossa maior riqueza agrícola. São êsses os primeiros passos para a realização de um programa geral de reforma agrária, cujo projeto está em adiantada fase de estudos.

Empenhar-me-ei ainda em desenvolver uma política de incremento das indústrias de alimentação, que terá tôda a prioridade, atendendo às exigências de nossa contínua expansão demográfica. Conseguir-se-á assim valorizar a nossa produção agrícola e baratear o custo da vida. Nosso propósito é oferecer tôdas as facilidades a empresas nacionais ou estrangeiras que se proponham a melhorar a qualidade dos gêneros fornecidos aos consumidores.

Já se encontra quase concluído o plano de financiamento dos serviços de abastecimento de água para as cidades do interior do País, esperando o Govêrno dar início, dentro em breve, à sua execução.

Para dar mais plasticidade e eficiência à direção dos negócios públicos, o meu Governo propôs uma reforma geral da máquina administrativa, cuja estrutura anacrônica não mais corresponde às necessidades decorrentes da expansão geral do País. O plano de reorganização do Poder Executivo visa principalmente a desobstruir a aparelhagem governamental, as rivalidades e das duplicações paralisantes que emperram as atividades públicas.

O Estatuto dos Funcionários Públicos e a lei de melhorias de vencimentos, ambos recém-promulgados, demonstram que o Governo não descarta dos interesses e das necessidades de seus servidores. Mas também isso lhe faculta o redobrado direito de exigir dos que estão a seu serviço dedicação, o zelo e a eficiência no trato dos interesses da coisa pública.

Dedicarei todos os esforços, no ano que se inicia, à afirmação objetiva do crédito, que assegure a expansão de suas atividades. O crédito será assim consagrado como um direito de todos os cidadãos e se ampliará progressivamente, na proporção da capacidade e de eficiência mostradas em sua utilização.

Hoje, como no passado, o Brasil acolhe de braços abertos aqueles que, vindos de terras alheias, desejam emprestar o seu concurso ao desenvolvimento de nossas riquezas. A criação do Instituto Nacional de Imigração foi objeto de mensagem que dirigi o Congresso, com o propósito de aperfeiçoar a nossa política imigratória e amoldá-la às necessidades do País.

Brasileiros!

Ao despontar deste ano nôvo dirijo-vos uma mensagem de fé e de esperança. A dura época que atravessamos é a preparação para os dias gloriosos que nos reserva o futuro. Levamos avante um vasto programa de realizações, construindo os alicerces econômicos de toda a nossa grandeza futura. Reaparelhamento dos portos, reequipamento do sistema ferroviário e rodoviário, plano nacional do aproveitamento do carvão, desenvolvimento das nossas reservas hidrelétricas através de usinas centrais, fomento à agricultura e conservação das safras por meio de uma rede de armazéns, silos e frigoríficos, eis em linhas gerais o programa em que nos empenharemos no próximo ano, com energia decidida e ânimo realizador. Daremos assim ao progresso do Brasil, até hoje inorgânico e disperso, bases próprias para que se expanda, criando mercados novos e proporcionando meios de transportes para a riqueza nacional.

As perspectivas do próximo ano são as mais promissoras. As nossas colheitas anunciam-se fartas e generosas. O plantio do trigo, está sendo estimulado e ajudado, já em 1953 aliviará de considerável peso a nossa balança de comércio. A política do Brasil será de fabricar divisas a todo custo, como também a de consumi-las no mínimo indispensável. Teremos assim que buscar para os nossos produtos novos mercados de exportação rasgando paralelamente os caminhos da auto-suficiência econômica. Para isso levarei a termo uma política de aproveitamento e utilização das nossas matérias-primas e dos nossos recursos naturais a fim de atingir a linha dos países manufatureiros. Abandonaremos os vestígios de uma economia colonial de país subdesenvolvido, que se caracteriza pelo fornecimento de matérias-primas e não pela exploração industrial das suas riquezas e reservas.

Trabalhar, produzir, exportar, deve ser o nosso lema constante. É preciso não medir sacrifícios para que possamos legar às gerações vindouras um Brasil poderoso, independente e próspero, que seja para quantos o procuram porto de esperança e para os que nele vivem um abrigo de felicidade.

Brasileiros!

- 195 No limiar do nôvo ano, deixemos para trás descrenças, temores e hesitações. De coração alevantado, unidos na mesma confiança, olhemos para frente, para onde se descortinam as possibilidades imensas do Brasil. Com a ajuda de Deus, à custa de trabalho e de fé, havemos de transformá-las em realidades. Êsse é o nosso dever, e será também a nossa glória.

Trabalhadores do Brasil.

É com grande emoção que, mais uma vez, me encontro convosco, entre as alegrias e os estímulos do dia consagrado aos obreiros de todo o mundo. Festa de significação universal, reveste-se de especial importância para os operários brasileiros, pois há dez anos passados, exatamente nesta data de 1º de maio, foi sancionada a Consolidação das Leis do Trabalho.

Obra de meu Governo, consubstanciando tôda uma política social que veio dar, em pouco tempo, ao nosso País uma das legislações trabalhistas mais adiantadas, é-me grato comemorá-la no vosso convívio neste vale promissor, onde, também há um decênio, tive a satisfação de lançar as bases desta poderosa oficina do progresso nacional.

Aqui sempre me acolhestes com o mesmo entusiasmo, em visitas anteriores, quer como Chefe de Estado, quer como candidato de oposição em 1950. Não vos abandonei, como não me abandonastes. Meu nome poderia ser proscrito das cerimônias oficiais, das ruas, das placas comemorativas, oculto ou propositadamente omitido. Não o foi, porém, da vossa lembrança; continuou no coração dos trabalhadores que me convocaram para êste dia.

Aqui volto agora como Chefe de Estado, atendendo ao vosso convite para dizer-vos que posso esquecer os agravos sofridos, mas nunca esquecerei a gratidão que vos devo pelo calor do vosso acolhimento, pela constância da vossa amizade, pela firmeza e coragem das vossas atitudes, em tôdas as fases da minha vida de tantas lutas e atribulações, pautada sempre pelo amor aos humildes e pela devoção ao Brasil.

Nesta parada cívica em que me quisestes ao vosso lado, congregam-se dois esteios da nossa confiança no futuro do País: o advento de uma ordem social mais justa e o comêço da grande indústria. Emancipação do trabalhador pelo reconhecimento de seus direitos; emancipação econômica através da formação de uma indústria de base.

Bastaria Volta Redonda para sagrar meu governo de empreendimentos e realizações. Monumento que desafia a passagem dos anos, é um marco da nossa independência econômica.

Meu Governo realizou reformas substanciais, de estrutura, que mudaram a fisionomia do País. No plano político, foi encerrado o ciclo do caciquismo tradicional, assegurando-se plena liberdade ao voto e respeito integral às manifestações da vontade popular. No plano social, os trabalhadores obtiveram o reconhecimento dos seus direitos e a satisfação de suas mais justas reivindicações. No plano econômico, o Brasil superou a condição de país subdesenvolvido, com a sua produção sacrificada pelo emprêgo de métodos semicoloniais, caminhando para a auto-suficiência, com a criação das indústrias de base. Dêsse esforço para o soerguimento da economia brasileira, Volta Redonda é um testemunho grandioso.

Nessa gigantesca forja, ao clarão de suas fornalhas, ao estrépito de suas máquinas, o operário brasileiro mais uma vez comprova as suas esplêndidas aptidões, na fácil e rápida adaptação às mais avançadas técnicas dos países superindustrializados. Sois um exemplo de labor produtivo e disciplinado, em que encontro novos estímulos para prosseguir numa das diretrizes primordiais do meu Governo – a de atender às necessidades e reclamos do proletariado nacional, em cujo espírito de ordem, devotamento ao trabalho e respeito às instituições sempre confiei.

Nesse sentido, tomei as medidas que cabiam ao Executivo, encaminhando outras, que importam na promulgação de leis, ao Congresso, do qual estava dependendo a sua concretização. Cuidei de assegurar aos sindicatos plena liberdade na defesa dos interesses dos seus membros, quer perante as autoridades administrativas, quer junto aos

50 órgãos do Poder Judiciário. Restabeleci a liberdade sindical, garantindo aos trabalhadores o direito de livre escolha dos seus dirigentes, cujas eleições já se realizaram sem qualquer interferência do Poder Público. Existem no País, em pleno funcionamento, cerca de duas mil entidades profissionais, a cujo número se incorporam mais de cem, que nestes últimos doze meses receberam suas cartas sindicais.

55 Complementando as medidas que visam ao prestígio do sindicalismo, determinei que o Ministério do Trabalho tome as necessárias providências para que os institutos e caixas financiem a construção das sedes das entidades sindicais, a juro módico.

No que concerne à vigilância para a exata aplicação das leis de proteção ao trabalho, não tem o meu Governo descuidado do seu aperfeiçoamento e da sua extensão a todos os pontos do território nacional. Ampliam-se os quadros de fiscalização com vultoso número de novos agentes, devidamente selecionados para servir nas Delegacias Regionais do Trabalho. Cogita ainda o Governo de promover a modificação das bases de cálculo do salário mínimo para que atenda às reais necessidades do trabalhador e que represente o pagamento dos dias de trabalho, não incluindo o repouso remunerado, o qual é objeto de lei própria. Como medida imediata, determinei a revogação da Portaria 60 328, que estabelecia a remuneração do trabalho de tarefa, incompatível que é com a lei do salário mínimo.

No campo da previdência e da assistência social, não tem sido menor a minha preocupação, com o propósito de melhorar os serviços dos Institutos e Caixas de 70 Aposentadoria e Pensões. Os industriários e os comerciários, por exemplo, contam agora com quatro grandes modelares hospitalares, que foram concluídos neste último ano pelos seus respectivos institutos, os quais desenvolvem também os seus serviços de ambulatório. Por outro lado, os serviços de assistência médica domiciliar do proletário estão em franca expansão, já se estendendo a vários Estados. Dentro em pouco, as suas 75 ambulâncias estarão atendendo a todos os trabalhadores do Brasil.

Está promulgado o novo Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, que substitui o de 1940 e tem como objetivo a melhoria geral do plano de benefícios daquela autarquia, ajustando-o, na medida do possível, ao Projeto da Lei Orgânica da Previdência Social. De suas estipulações decorrerá a elevação do 80 montante dos seguros e auxílios, sem qualquer majoração da contribuição por parte dos empregados, empregadores ou da União. A reforma realizada constitui, assim, um importante serviço prestado à classe dos comerciários, propiciando a cerca de 3 milhões a 300 mil segurados e beneficiários do Instituto o direito à percepção de recursos financeiros mais elevados.

85 Está sendo cumprido o compromisso que assumi convosco de promover a redução dos aluguéis das casas construídas pelos Institutos e Caixas. Através de decretos executivos, o Governo já tomou medidas para melhorar o auxílio-maternidade e o auxílio-funeral.

O Governo também se preocupou com a situação das Caixas de Aposentadoria e 90 Pensões que, contando com pequenos quadros, não asseguravam plena garantia para a manutenção dos benefícios legais, à medida que aumentavam seus encargos. Tomou ainda em consideração a deficiência do sistema de caixas regionais, deixando sem amparo o segurado que enfermasse ou sofresse acidente em local situado fora de seu âmbito de atividades. A melhoria dos serviços, observada com a fusão das pequenas 95 caixas, comprovou o acerto da medida.

Completando esse programa, assinei hoje os atos necessários para que brevemente se ultime a instalação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Serviços Públicos e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, ambas de âmbito

100 nacional e reunindo mais de 350.000 trabalhadores. Assim, dois importantes grupos de trabalhadores deixam de ficar em situação de inferioridade, pois agora passam a gozar também dos mesmos benefícios assegurados aos contribuintes dos cinco grandes Institutos existentes.

105 Encontra-se em discussão no Congresso a Lei Orgânica da Previdência Social, que amplia a assistência aos trabalhadores, especialmente quanto à aposentadoria. A concessão do auxílio-enfermidade aos estivadores e trabalhadores portuários não mais dependerá do transcurso do período de 15 dias, em face do decreto que hoje assinei, alterando o regulamento do Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas.

110 A fim de acautelar os interesses do proletariado, o Governo estabeleceu normas estritas para a aplicação dos recursos do Fundo Sindical. Dêsse modo, a Comissão do Imposto Sindical já dispõe de um saldo superior a 40 milhões de cruzeiros, para a construção de quatro grandes colônias de férias, localizadas em Pernambuco, no Estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, com capacidade para hospedar cerca de 50.000 trabalhadores. As obras serão iniciadas este ano, e espero poder vê-las concluídas ainda no meu Governo.

115 Também graças ao Fundo Sindical foi possível ampliar os órgãos do Serviço de Recreação e Assistência Cultural aos Trabalhadores, custeando-se a instalação de bibliotecas em numerosas sedes de sindicatos e a concessão de bolsas de estudos para filhos de funcionários.

120 Em mensagem ao Legislativo, propus a aprovação de um projeto de lei que faculte maiores dotações ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.), através dos Institutos e Caixas, sem qualquer aumento nas contribuições pagas pelos trabalhadores. Esse projeto, que está no Congresso há vários meses, permitirá ao S.A.P.S. maiores recursos, para estender a todo o País os benefícios dos restaurantes populares, fornecendo alimentação mais barata e abundante ao trabalhador.

125 Esforça-se o meu Governo para estender ao homem do campo os benefícios da legislação trabalhista. Além do Serviço Social Rural, do seguro agrícola e do contrato de parceria para cultivo das terras, novos projetos serão encaminhados ao Congresso, para a concretização daquele objetivo.

130 Assim, não obstante as graves dificuldades do momento, o Governo não descarta dos vossos problemas e vai procurando solucioná-los nos limites das possibilidades atuais, ao mesmo tempo em que desenvolve ingentes esforços para a recuperação econômica do País. Os que acusam e culpam o Governo da inação ou de omissão não vêem que de tempos para cá houve quase o propósito deliberado de privar e despojar o aparelhamento administrativo de meios e instrumentos indispensáveis para a realização dos seus encargos.

135 Trabalhadores do Brasil. Meus amigos.

140 Ainda vos lembrais do tempo em que nenhuma garantia de estabilidade vos era atribuída, podendo o operário ser despedido sumariamente após longos anos de serviço; em que, na enfermidade, ficáveis abandonados no leito da dor; em que vos obrigavam a trabalhar de sol a sol, anos a fio, sem direito a repouso remunerado; em que vivíeis no constante temor da invalidez, ante a ameaça do completo desamparo para as vossas famílias; em que os vossos protestos eram abafados nas masmorras policiais. Hoje, tudo mudou. Mudou porque tivestes um Governo sensível aos vossos apelos, compadecido dos vossos reclamos. E, acima de tudo, um Governo que vos fez justiça, porque sois o esteio da nossa produção. Mas tudo isso também foi conquista vossa, com o metal de vossa vontade e com o vosso espírito de decisão.

A tarefa que pesa sôbre os meus ombros ainda não terminou. A vossa apenas se inicia. Não podeis descansar enquanto não tiverdes alcançado a plena segurança econômica e a certeza da justiça social.

150 Não deveis temer as dificuldades e, antes, crer nas possibilidades. Os que especulam com a miséria, os que locupletam com os lucros fáceis à custa do suor do povo, para viver na ostentação e no ócio, porfiam em procurar manter uma sociedade fundada no egoísmo e na injustiça. Mas êsse mundo vai morrendo. A evolução histórica o condenou. O mundo que nasce, o mundo que começamos a realizar, é âquele em que
155 todos têm o direito a participar da riqueza comum, porque para ela contribuem com o seu esforço. Mundo de oportunidades abertas para todos, sem privilégios nem desigualdades.

A nossa legislação trabalhista rasgou o caminho para as justas reivindicações proletárias. Orgulho-me de ter sido o meu Governo que deu os primeiros e decisivos
160 passos para a vossa redenção social, tão necessária ao próprio bem do Brasil. Hoje essa legislação, que permite a harmonia das classes, é vosso patrimônio precioso. Saberemos defendê-lo para vós e aumentá-lo para os vossos filhos.